

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

A ANÁLISE DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO GRUPO
“DIRETO DA ROÇA”: ESTUDO DE CASO EM UMA
ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE
ITAJUBÁ-MG.

ISABELA BRANDÃO JUNQUEIRA

Itajubá, junho de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE

ISABELA BRANDÃO JUNQUEIRA

**A ANÁLISE DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO GRUPO “DIRETO DA ROÇA”:
ESTUDO DE CASO EM UMA ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA NO
MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ-MG.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em **Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade** – PPG DTECS – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: **Organização, Trabalho e Tecnologias Sociais.**

Orientador: **Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin**

Junho de 2015

Itajubá - MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS
E SOCIEDADE

ISABELA BRANDÃO JUNQUEIRA

A ANÁLISE DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO GRUPO “DIRETO DA ROÇA”: ESTUDO DE CASO EM UMA ORGANIZAÇÃO SOCIOPRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ-MG.

Dissertação aprovada em banca examinadora em 30 de junho de 2015, conferindo ao autor o título de **Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Eugênio Veneziani Pasin (orientador)

Prof. Dr. Mauro José Andrade Tereso

Prof. Dra. Célia Ottoboni

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho as agricultoras familiares do “Direto da Roça” e a todas as pessoas que buscam uma transformação social.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me guiar nessa trajetória.

Aos meus pais por terem construído os alicerces de minha formação, com valores e princípios dos quais me orgulho, e por todo o apoio, incentivo e inspiração. Em especial à minha mãe, extensionista rural, que com sua sabedoria e sua silenciosa resistência cotidiana me ensinou pelo exemplo, a importância de lutar pela transformação social de agricultores e agricultoras familiares.

Aos meus amigos e familiares, agradeço pelas gargalhadas nos bons momentos, pelo apoio e consolo nas horas difíceis.

Ao meu namorado Jairo pelo amor, paciência e companheirismo.

Aos meus colegas de trabalho do CRAS por compreenderem minha ausência em decorrência das minhas pesquisas e trabalhos ao longo do período de mestrado.

Aos colegas da INTECOOP-UNIFEI pela coragem em aprofundar e desenvolver nova argumentação teórica e prática em temáticas pouco versadas na UNIFEI.

Ao meu orientador, Luiz Eugenio Veneziani Pasin, um exemplo de profissional. Sou grata por todo conhecimento e dedicação despendidos.

À EMATER-MG de Itajubá, em especial a extensionista Elza Maria Barros, pela acolhida, aprendizagem e compartilhamento de experiências e principalmente pela disposição e interesse em colaborar com a pesquisa. Muito Obrigada.

Às mulheres agricultoras familiares do “Direto da Roça” que fizeram parte de minha pesquisa e que me receberam com disponibilidade e atenção, contribuindo de maneira única e fundamental para o desempenho do trabalho de pesquisa.

Aos membros da banca examinadora pelas correções e o interesse em contribuir para este trabalho.

EPÍGRAFE

"Encontrou-se, em boa política, o segredo de fazer morrer de fome aqueles que, cultivando a terra, fazem viver os outros." - Voltaire.

JUNQUEIRA, Isabela Brandão. A análise do processo de organização do grupo “Direto da Roça”: estudo de caso em uma organização socioprodutiva no município de Itajubá-MG. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Instituto de Engenharia de Produção e Gestão, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.

RESUMO

As organizações socioprodutivas começaram a se popularizar no decorrer do século XIX e, desde então, vem sendo motivo de análises e debates importantes. Tais organizações, também denominadas de Economia Solidária, vêm surgindo em detrimento à crise do modelo fordista de produção e da reestruturação produtiva em todo mundo, com a perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores e com a modernização da agricultura. Neste contexto, as organizações socioprodutivas possuem um grande potencial para a geração de inovação e Tecnologia Social, pois buscam promover a inclusão social com atividades que geram emprego, renda e transformações sociais, organizando produtores e agricultores familiares. Presente no Município de Itajubá há 10 anos, a Loja “Direto da Roça” é constituída por um grupo de agricultoras familiares, que se organizaram para produzir e comercializar produtos rurais. O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de organização do grupo “Direto da Roça” desde o seu surgimento em 2003/2004 até o ano de 2014. A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso e é realizada a partir da técnica de observação participante juntamente com a entrevista. Como conclusão observa-se que o grupo ainda tem dificuldades em praticar a autogestão, sendo dependente de algumas parcerias externas. Observa-se, ainda, que a longevidade do “Direto da Roça”, além de demonstrar a capacidade de organização das mulheres perante seu empreendimento, demonstra a capacidade de articulação das práticas solidárias, Tecnologia e Inovação Social, bem como a importância da ação em conjunto entre as agricultoras familiares, EMATER-MG e Prefeitura Municipal de Itajubá-MG, o que possibilitou o diálogo entre o saber técnico e o saber local. A transformação social ocorrida na vida das agricultoras vai além da geração de renda, proporcionando consciência coletiva, aumento das sociabilidades, aprendizagem, autoestima, saída da condição de invisibilidade, geração de trabalho renda e melhores condições de trabalho.

Palavras-chave: organização socioprodutiva; transformações sociais; agricultura familiar.

ABSTRACT

The socio-productive organizations started to become popular during the nineteenth century and has since been important reason for analysis and debate. Such organizations also called for Solidarity Economy, have emerged over to the Fordist production model crisis and the restructuring of production worldwide, with the loss of rights won by workers and the modernization of agriculture. In this context, socio-productive organizations, have great potential for generating innovation and Social Technology, therefore, seek to promote social inclusion with activities that generate employment, income and social, organizing producers and family farmers. Present in the city of Itajubá 10 years ago, the Lodge "Direct from the Farm" is composed of a group of family farmers, who have organized to produce and market rural products. In this sense, the objective is to analyze the process of organizing the group "Direct from the Farm" since its emergence from in 2003/2004 by the year 2014. The methodology adopted for the development of research is based on the qualitative approach through a case study and is conducted from the participant observation technique along with the interview. As a conclusion it is noted that the group still has difficulties in practicing self-management, being dependent on some external partnerships. It is observed also that the longevity of " Direct from the Farm " and demonstrates women's organizational skills before your venture, demonstrates the ability of articulation of solidarity practices, technology and social innovation, and the importance of action set between family farmers, EMATER-MG and City of Itajubá-MG, which allowed the dialogue between the technical expertise and local knowledge. The social transformation in the lives of farmers goes beyond income generation, providing collective consciousness, increased sociability, learning, self-esteem, out of invisibility status, income generation work and better working conditions.

Keywords: socio-productive organization; social transformations; family farms.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Loja “Direto da Roça”	64
Figura 02	Instrumentos de trabalho da Loja “Direto da Roça”	68
Figura 03	Interior da Loja “Direto da Roça”	76
Figura 04	Localização dos Bairros das agricultoras familiares do município de Itajubá-MG	90
Figura 05	Produtos comercializados no “Direto da Roça”	92
Figura 06	Artesanatos comercializados no “Direto da Roça”	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Estrutura Organizacional de uma Associação	20
Tabela 02	Perfil das agricultoras familiares por idade	66
Tabela 03	Perfil das agricultoras familiares por estado civil	66
Tabela 04	Perfil das agricultoras familiares por fonte de renda	66
Tabela 05	Perfil das agricultoras familiares por escolaridade	67

LISTA DE SIGLAS

ABCAR: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

AEGRE: Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

C&T: Ciência & Tecnologia

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ES: Economia Solidária

FAO: Organização das Nações Unidas para a Fome e a Agricultura

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITS: Instituto de Tecnologia Social

LEED: *Local Economic and Employment Development*

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

OECD: *Organisation de Coopération and Développement Économiques*

PIB: Produto Interno Bruto

PMI: Prefeitura Municipal de Itajubá

PMSF: Programa Minas Sem Fome

PNAD: Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA: Plano Nacional da Reforma Agrária

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER: Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF: Secretaria de Agricultura Familiar

SIBRATER: Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

TC: Tecnologia Convencional

TS: Tecnologia Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Objetivo	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1. Transformações no mundo do trabalho e sua relação com o rural	17
2.2. Sistemas alternativos de produção, organizações socioprodutivas e Economia Solidária: novas estratégias de geração de trabalho e renda.	21
2.3. Tecnologias Sociais	28
2.4. Inovação Social em Organizações Socioprodutivas	35
2.5. Gênero e Agricultura familiar.....	38
2.6. Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	48
2.6.1. <i>O papel da EMATER-MG</i>	53
3. MATERIAL E MÉTODOS	59
3.1. Metodologia.....	59
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	62
4.1. Organização de mulheres “Direto da Roça”	62
4.2. Perfil das mulheres	64
4.3. Instrumentos de trabalho da Loja	66
4.4. O processo de organização da Loja “Direto da Roça”	68
4.5. Os relatos das agricultoras familiares	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DAS ASSOCIADAS DO	108
“DIRETO DA ROÇA”	108
PROPOSTA DE ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO	109

1. INTRODUÇÃO

A “reestruturação produtiva” ocorreu como consequência da acumulação flexível, estratégia utilizada pelo modo de produção capitalista em 1970, em decorrência da crise dos modelos Toyotista/Fordista e também da necessidade de manter as taxas de lucro. Segundo Harvey (2005) a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Trouxe novos setores de produção e taxas crescentes de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível permite que o crescimento do sistema capitalista esteja centrado na exploração do trabalho e na dinâmica tecnológica e organizacional. Trouxe inúmeras transformações, que para além da esfera do trabalho e da produção, acarretaram mudanças diversificadas no âmbito da sociedade. Pode-se dizer que, para a classe trabalhadora, isso se traduziu no aumento do desemprego (agora estrutural) e na perda dos benefícios e garantias sociais conquistados. Nesse sentido, o cooperativismo e as variadas formas de associação e organizações socioprodutivas surgem como formas alternativas de produção, uma exigência para sobrevivência da população colocada à margem do sistema vigente.

Assim, a sociedade civil vem se organizando em cooperativas, associações e organizações socioprodutivas para implantação de propostas que identifiquem e/ou analisem os problemas locais. Tais propostas também colaboram para novas formas de fazer política. É nesse contexto que surgem novos conceitos e se evidencia o aumento das formas associativas de produção baseados na Economia Solidária (SANTOS, 2002; BARBOSA, 2007).

As formas associativas de produção baseados na Economia Solidária reúnem práticas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade, na proteção ao meio ambiente e na autogestão. A partir dessa definição, pode-se dizer que são indicadores comuns para classificar um empreendimento solidário a distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos; gestão democrática e tomada e decisão coletiva.

As organizações socioprodutivas baseadas na Economia Solidária possuem características que as permitem desenvolver um grande potencial para a geração de inovação e Tecnologia Social, já que ambas buscam promover a inclusão social com atividades que geram trabalho e renda, organizando produtores e agricultores familiares.

A Inovação Social tem como característica central a melhoria da qualidade de vida e bem estar dos indivíduos em coletividade (BIGNETTI, 2011). As Tecnologias Sociais, em geral, têm dimensão local e aplicam-se a pessoas, famílias, cooperativas e associações (ITS,

2007).

Nesse sentido, é importante identificar as ações entre as experiências em Economia Solidária, Tecnologia e Inovação Social que são protagonizadas pelas agricultoras familiares. Pois, é importante identificar e analisar as ações que tem contribuído para a transformação da sociedade e dessa forma traçar um novo horizonte para a construção social, que inclua os direitos humanos básicos a uma parte significativa da população e isso engloba as mulheres, principalmente a mulher agricultora familiar.

Levando-se em consideração que as relações de gênero são formas de representação construídas pela sociedade, torna-se passível sua reconstrução. As relações de gênero revelam que as mulheres ocupam uma posição subordinada e que seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

No entanto, nos últimos anos as agricultoras familiares têm estruturado diferentes formas de ações coletivas (grupos informais, associações e cooperativas) o que vem fortalecendo e aumentando suas possibilidades de autonomia econômica, política e social.

As agricultoras familiares têm utilizado da multifuncionalidade e pluralidade da agricultura para associar seus aspectos agrícolas e não agrícolas e, assim, direcioná-las como estratégias de geração de trabalho e renda. As atividades não agrícolas representam um complemento para a continuidade da unidade produtiva, através da produção de quitandas¹, doces, compotas e artesanatos que envolvem espaços do interior da casa para produção. São várias estratégias buscando os mesmos fins, uma prática necessária para a continuidade de permanência na agricultura, bem como a inclusão das agricultoras familiares no processo produtivo de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, as ações coletivas podem se constituir em instrumentos para que as agricultoras familiares ampliem seu capital social, poder de negociação, assim como, vivencie diferentes experiências, tomada de decisão coletiva e democrática e a ocupação de cargos de lideranças.

Paralelamente às estratégias adotadas pelas agricultoras familiares em suas formas de organização, é necessário e importante analisar também a presença da esfera pública e suas instituições conveniadas, bem como os programas de Governo (Federal, Estadual e Municipal) envolvidos nesse processo. É evidente a importância do poder público no desenvolvimento de organizações associativas, dada a escassez de recursos disponíveis por parte dos agricultores (as) e de suas organizações.

¹ Nesse trabalho, quitandas significa produtos caseiros, feitos de forma artesanal.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) norteia as ações do governo federal direcionadas à qualificação, reorganização e fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil. Uma das formas de compreender a Extensão Rural se traduz em um processo formativo, educativo e organizacional de agricultores e agricultoras familiares, e como um importante serviço de apoio à transição do modelo atual de desenvolvimento rural para modelos mais sustentáveis. Reconhece-se como responsabilidade do Estado, a manutenção deste serviço enquanto uma política pública e gratuita. A empresa responsável pelos serviços de ATER nos estados é a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que em parceria com o poder público municipal, estadual e federal implementa políticas públicas e ações de assistência técnica e extensão rural voltadas ao desenvolvimento rural sustentável de cada município (MDA, 2005).

Uma das políticas públicas executadas pela EMATER é o Programa Minas Sem Fome (PMSF). O referido programa é um subprograma do Fome Zero, voltado para o combate à fome e desnutrição de famílias e pessoas do meio rural e de periferias urbanas. O objetivo é implementar ações que contribuam para a inclusão da população de baixa renda no processo produtivo, especialmente agricultores familiares, tendo como finalidade implementar ações que possibilitem às populações vulneráveis à fome e à desnutrição o acesso aos meios para produzir alimentos componentes da cesta básica para consumo e como alternativa de incremento de renda, visando assegurar a segurança alimentar e nutricional dessa população, de forma permanente e sustentável. Nesse sentido, o programa incentiva a produção de alimentos, agregação de valor e geração de renda (EMATER, 2011).

O PMSF juntamente com a EMATER-MG visa fornecer aos agricultores familiares, meios para a geração de trabalho e renda, com vistas à melhoria da qualidade de vida dessa população.

No município de Itajubá-MG, um dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER-MG, com o auxílio do PMSF e em parceria com a Prefeitura Municipal de Itajubá e agricultoras familiares do Município de Itajubá é a organização socioprodutiva de agricultoras familiares da Loja “Direto da Roça”. A referida Loja tem como atividade produtiva a agroindustrialização de produtos vegetais e de origem animal, onde se tem como produto final geleias, doces, conservas, bolos, roscas, biscoitos, bolachas, queijos e demais produtos.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar o processo de organização do grupo “Direto da Roça” do Município de Itajubá-MG, desde o seu surgimento em 2003/2004 até o ano de 2014. A questão problema aqui posta busca desvendar quais os fatores

condicionantes do processo de organização do grupo “Direto da Roça” do Município de Itajubá, contemplando como objeto de estudo as agricultoras familiares participantes do grupo “Direto da Roça” do Município de Itajubá-MG.

A metodologia adotada para desenvolvimento desta pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso. O primeiro momento da pesquisa empírica aconteceu a partir da técnica de observação participante e na pesquisa de campo, seguida da entrevista semiestruturada.

Pode-se afirmar que o estudo de caso aqui analisado, foi relevante na medida em que identificou aspectos importantes, como o protagonismo das agricultoras familiares dentro de um processo que envolve e entrelaça diversos temas, como a comercialização, produção, Economia Solidária, poder público, inovação e Tecnologia Social, e também por ser uma organização que vem atuando por mais de 10 anos.

1.1. OBJETIVO

Objetivo Geral:

Identificar os fatores condicionantes do processo de organização do grupo “Direto da Roça” do Município de Itajubá-MG, desde o seu surgimento em 2003/2004 até o ano de 2014.

Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar a importância do grupo “Direto da Roça” como forma de geração de trabalho e renda;
- Identificar e analisar as conquistas, os avanços e as dificuldades encontradas pelas mulheres ao longo dos 10 anos de existência do grupo “Direto da Roça”;
- Analisar as características condicionantes e indutoras para o processo de viabilização e garantia de permanência no período de 10 anos do grupo “Direto da Roça”;
- Identificar e analisar as características relacionadas ao grau de dependência da organização do grupo “Direto da Roça” em relação aos organismos externos e parceiros (EMATER-MG, Prefeitura Municipal de Itajubá, Governo do Estado de Minas Gerais, etc.).

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Transformações no mundo do trabalho e sua relação com o rural

As formas de relação entre sociedade civil e o Estado, as condições de sobrevivência, de produção e trabalho tem passado por profundas transformações, particularmente depois da crise do regime fordista. De acordo com Harvey (1992) a crise do referido regime, se desenvolveu por diversos fatores, como: rigidez dos investimentos nos mercados, mudanças nos contratos de trabalho, aumento do preço do petróleo, deflação, entre outros.

A crise do regime fordista comprometeu o Estado de bem estar social, e conseqüentemente desencadeou a introdução de tecnologias flexíveis, voltadas a uma produção mais diferenciada; a expansão de novas formas de organização do trabalho mais afeitas à flexibilidade da produção e a adoção de novas formas de organização industrial, baseadas em processos de enxugamento e terceirização das empresas, voltadas, seja para a produção mais ágil e diversificada, seja para a economia de capital imobilizado, surgindo um novo modo de acumulação, a acumulação flexível (HARVEY, 1992). Em suma, a acumulação flexível e seus inúmeros desdobramentos trouxeram como consequência principal a perda de benefícios e direitos sociais pelos trabalhadores.

A dissolução do pacto entre a classe trabalhadora e o sistema fordista de produção, bem como o abandono das políticas econômicas keynesianas, deu lugar à volta ao ideal liberal. Assim, ocorreu a adoção de políticas de privatização de setores importantes da economia, que antes eram concentrados no Estado; a abertura dos mercados nacionais ao grande capital internacional; o fim das políticas de emprego e o ataque às políticas de proteção ao mercado de trabalho são características centrais desse novo modelo.

A crise da dívida externa não poupou o Brasil, que mesmo com um expressivo movimento social e político de esquerda, e a recente constituição do Estado Democrático de direito, instituído pela Constituição Federal de 1988, adotou como projeto econômico o neoliberalismo. Pode-se afirmar que o modelo de gestão brasileira está assentado no neoliberalismo desde meados dos anos 80 (GIFFIN, 2007).

O modelo econômico referido foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem estar social, pois defendiam que a crise do capitalismo resultava do

poder excessivo dos sindicatos e do movimento operário, que não permitiam a acumulação e aumentava os gastos sociais do Estado, o que desencadeava processos inflacionários. O novo modelo econômico, de acordo com o mesmo autor, se apoia em três pilares principais:

- a redução dos gastos públicos em ‘bens de cidadania’ através da privatização de entidades, bens e serviços públicos que passaram a ser fonte de lucro privado acessados por consumidores através do mercado;

- a flexibilização do mercado de trabalho, através do abandono de políticas de proteção ao emprego e retrocesso nos direitos e nas organizações trabalhistas;

- a desregulamentação dos mercados financeiros e dos controles nacionais sobre a moeda (GIFFIN, 2007).

Em meio às mudanças ocorridas desde o abandono das políticas de proteção ao mercado de trabalho, até os dias atuais, algumas estão relacionadas à produção agrícola. Sandroni argumenta que a estrutura da vida rural está se modificando como resultado da liberalização e globalização dos mercados, da agricultura internacional e das políticas de desenvolvimento.

Sandroni explica que:

“No Brasil, o processo de modernização foi induzido por impulsos externos, os setores que se transformaram passaram a coexistir com setores tradicionais o que gerou problemas sociais, êxodo rural descontrolado, crescimento urbano exagerado e marginalidade social crescente. (SANDRONI, 2004, p. 405)”

Dessa forma, tal contexto econômico atingiu a comunidade rural, que sofreu com o processo de modernização da agricultura, caracterizado por Biswanger (1994) como estratégias urbanas de Desenvolvimento rural. Essas estratégias baseavam-se no estímulo à modernização da grande propriedade tradicional, o que provocou a redução prematura da mão de obra agrícola além de inflacionar o preço da terra, acirrando os conflitos fundiários e a consequente expulsão dos pequenos produtores rurais (GUANZIROLI et al., 2001).

A modernização latifundiária foi estimulada como política de enfrentamento ao “atraso” da agricultura, pois segundo esta visão o potencial da agricultura era limitado para estimular o crescimento econômico. Dessa forma, o “urbano” passou a ser identificado com o “progresso” capitalista das fábricas; e os rurais - ou a “classe dos proprietários rurais”, com o “velho”, e com o “atraso” no sentido de que buscavam impedir o progresso das forças sociais (SILVA, 1997).

A modernização agrícola trouxe consequências perversas, dentre as quais estão a concentração fundiária e o aumento do uso de mão de obra provisória. Essa situação agravou a distribuição de renda do setor rural. Ocorreu a redução de incentivos agrícolas e o acesso ao crédito rural, e em contrapartida ocorreu uma modernização cada vez mais excludente, sobretudo com a expansão das novas tecnologias na agricultura.

Os agricultores (as) familiares não conseguiram se beneficiar das mudanças proporcionadas pela modernização da agricultura, muitos foram expulsos do campo e outros que não tiveram acesso aos novos mecanismos, instrumentos e técnicas, seguiram produzindo com base na força de trabalho da família em situação de clara desvantagem para competir com o novo modelo produtivo do agronegócio. Para Delgado, a modernização na agricultura provocou intensa diferenciação entre as regiões e exclusão de grupos sociais (DELGADO, 1985). Ela não contribuiu para que se encurtasse a distância entre o grande e o pequeno produtor no Brasil, mas sim, o contrário, mostrando-se altamente excludente. Nesse sentido, Silva (1997) afirma que a agricultura brasileira se dividiu entre agricultura do rico e agricultura do pobre.

O processo de modernização no mundo rural contribuiu para o aumento da produtividade, no geral favorecendo grandes proprietários e alguns segmentos da produção. Os produtores rurais pequenos foram prejudicados pela política de modernização de viés industrial e também pela ausência e insuficiência de políticas públicas voltadas para “apoiar, consolidar, e expandir a produção familiar em particular programas de reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica” (GUANZIROLE et al., 2001).

Como uma das respostas às situações de desemprego, ausência de benefícios e políticas sociais, se evidencia o aumento das formas associativas de produção. É grande a diversidade e a complexidade das formas de associativismo econômico vivenciadas na sociedade, em especial, pelos trabalhadores rurais. No entanto, nem sempre as formas de associativismo econômico constituídas pelos trabalhadores rurais coincidem com as definições legais vigentes, apesar dos nomes utilizados serem similares. Isso pode estar relacionado, na maioria das vezes, com a dificuldade de acesso ao crédito, falta de documentação, falta de apoio para elaboração de projetos, taxas de juros incompatíveis com o empreendimento e burocracia dos agentes financeiros (FARIA, 2011).

Dentre as formas de associativismo estão as associações e as cooperativas, que tem como uma de suas características o trabalho em conjunto, em prol de objetivos comuns. Tais formas associativistas de produção tem se apresentado como uma alternativa de geração de renda para os pequenos e médios agricultores, como uma forma de agregação de

conhecimento para os agricultores e alternativa para melhorar as condições sociais da população agrícola. Contudo, nem todas as organizações conseguem se organizar formalmente, devido à falta de conhecimento, apoio governamental e auxílio no processo de legalização.

Uma associação pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007).

Pode-se afirmar que as principais características das associações (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007), são:

- União de duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns;
- O patrimônio é constituído pela contribuição dos associados, através de doações, fundos e reservas. Não possui capital social;
- Seus fins podem ser alterados pelos associados em assembleia, tendo cada um direito ao voto;
- São entidades de direito privado e não público, podendo realizar operações financeiras e bancárias, porém as sobras de operações financeiras devem ser aplicadas na associação;
- Os dirigentes não recebem remuneração;
- Os dirigentes podem representar a Associação em ações coletivas de seu interesse;
- Possui um sistema de escrituração contábil simplificada.

Outra forma de associativismo são as cooperativas. O cooperativismo é um sistema econômico e social que tem como base as cooperativas. A Cooperativa pode ser definida como uma sociedade de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam além do suprimento de necessidades, buscando realizar determinados programas educativos e sociais que sejam formadores para a cooperativa e para a sociedade.

Para ser considerada uma cooperativa a organização deve ser de pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.

O principal objetivo de uma cooperativa é comercializar a produção dos seus cooperados, permitindo que os mesmos controlem a renda e possa reinvestir parte desses benefícios para o bem comum do grupo. Nesse sentido, todos os membros das cooperativas

são também donos delas. Ao se constituir uma cooperativa cada cooperando contribui com uma quantia em dinheiro para formar o capital social da mesma.

Em alguns casos o cooperativismo pode ser considerado uma alternativa, principalmente quando pretende representar a pequena produção. Nos dias atuais o cooperativismo possui uma grande expressividade dentro dos ramos econômico e social. Segundo Zurita *et al.* (2004), elas se diferenciam da sociedade mercantil pelos seguintes fatores: número ilimitado de associados; variabilidade do capital social, representação por quotas; limitação do número de quotas do capital social para cada associado; impossibilidade de cessão de quotas do capital social a terceiros, estranhos à sociedade; singularidade de voto; necessidade de quorum para realização da assembleia geral; retorno das sobras líquidas do exercício proporcionalmente às operações realizadas pelo associado; existência de fundos de reserva para assistência técnica educacional e social; neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial, social e de gênero; prestação de assistência aos associados e, se previsto no estatuto, extensível aos empregados; área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Nesse contexto, é possível afirmar que as formas de organizações baseadas na participação, na solidariedade, na cooperação em torno de objetivos semelhantes, têm se constituído em estratégias importantes para assegurar melhores condições de vida. Essa prática, “mais do que uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social” (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007).

Nesse sentido, evidencia-se, com a crise do mercado de trabalho, cada vez mais a necessidade do ser humano em se associar em cooperativas e associações, na busca de transformação da qualidade de vida, geração de trabalho e renda. Pode-se afirmar que as formas associativas de produção apresentam-se como um espaço de inovações criativas e democráticas de desenvolvimento, com a presença de novos atores políticos e sociais que viabilizam a partir de sua auto-organização os interesses sociais (ARAUJO *et al.*, 2009).

2.2. Sistemas alternativos de produção, organizações socioprodutivas e Economia Solidária: novas estratégias de geração de trabalho e renda.

Para alguns autores (MORIN, 1982; BUARQUE, 1993; SANTOS, 1993; SEN, 2000) a crise não é só do mercado de trabalho, mas também do modelo de desenvolvimento em seu conjunto, que será enfrentada somente na medida em que mudarmos a compreensão implícita na teoria da modernidade de que a finalidade do processo civilizatório é a acumulação de riquezas.

Nesse sentido, estudar questões relacionadas ao Desenvolvimento Econômico na perspectiva de compreender de que forma as sociedades vem se desenvolvendo torna-se imprescindível para elucidar as transformações ocorridas no mundo atualmente. É indispensável romper com a ideia de que o crescimento econômico pode ser tratado como um fim em si, e que o mesmo, gera por si só o desenvolvimento. Pois, com as disparidades sociais e econômicas em escalas mundiais, a política social volta a ganhar importância e passa a ter uma dimensão econômico-social, impondo uma ampliação do escopo das discussões de desenvolvimento econômico.

Visualiza-se, então, a urgência de um conceito de desenvolvimento que leve em conta não apenas o valor da produção e o crescimento do Produto Interno Bruto -PIB (BUARQUE, 1993; SEN, 2001), mas que “coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos”, levando em consideração “outros fatores como qualidade de vida, socialização do poder, acesso aos serviços públicos e aos benefícios da tecnologia” (DOWBOR, 1996, p. 29).

Contudo, o processo de hegemonização de um modelo único de desenvolvimento impossibilitou um desenvolvimento igualitário, ao contrário, aprofundou as desigualdades entre nações e desestruturou econômica e socialmente uma parcela significativa de países, o que demonstra a insuficiência do sistema capitalista em lidar com as demandas que o mesmo reproduz.

As inovações propostas pelo sistema capitalista atual é a fonte da ansiedade, do mal estar, da dúvida, das incertezas do futuro “o ritmo da mudança rápido, e em contínua aceleração, torna uma coisa indiscutível: que o futuro não será como o presente” (BAUMAM, 1999, p. 239). Assim, é ingênuo acreditar no desenvolvimento social, ambiental, do acesso ao saber, dos vínculos entre cultura e desenvolvimento baseando-se somente nos métodos das racionalidades do capital. Resolver o problema da exclusão e do mau desenvolvimento supõe uma mudança de escala no próprio significado do desenvolvimento, logo, uma mudança de escala do próprio modo de pensar.

Tal processo leva em consideração uma postura democrática dos meios de discussão, proposição e construção de novas alternativas. Trata-se de instrumentos capazes de promover a elaboração de consensos por meio da articulação e negociação dos interesses em jogo, os quais devem incluir o conjunto dos movimentos sociais organizados de forma a garantir um desenvolvimento viável economicamente, equilibrado socialmente e sustentável ambientalmente (LEITE, 2003).

Nesse contexto, o que vem ocorrendo é a mobilização da sociedade civil em prol do engendramento de propostas que identifiquem e/ou analisem os problemas locais. Para além da identificação da situação, tais propostas apresentam novas formas de fazer política e novas concepções de desenvolvimento. Essas propostas tem se materializado em vários países do mundo, conformando experiência de importantes dimensões. O trabalho associado, cada vez mais, é visto como possibilidade prática, e tem se materializado por iniciativas dos próprios trabalhadores e nos últimos anos também por estímulo governamental. Pode-se dizer que atualmente existem diversas iniciativas de auto-organização em que os trabalhadores possuem a posse dos meios de produção, praticam a gestão democrática e realizam a distribuição dos resultados segundo critérios definidos por eles próprios. Esse conjunto de experiências é denominado de Economia Solidária (NOVAES, 2005).

Tais experiências trazem consigo o debate sobre os limites e possibilidades dessa modalidade de trabalho, uma vez que o tema acolhe ideias e, principalmente, práticas muito distintas.

Nesse sentido, Barbosa (2007) salienta que a Economia Solidária possui diferentes usos. Nos últimos anos ela passou a ser definida como “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão” (SENAES, 2004). Também costuma ser usada para designar quaisquer práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal; para governos e entidades civis, vem sendo entendida como uma modalidade específica de economia popular que reúne grupos e associações, cooperativas ou pequenas empresas, baseadas na cooperação e na autogestão. É válido destacar que outros segmentos sociais também a incorporam como toda e qualquer iniciativa empreendedora desenvolvida por desempregados excluídos do mercado com vistas a constituir seu próprio negócio.

Nas pesquisas em geral recorre-se a indicadores comuns para classificar um empreendimento como solidário, avaliando as experiências a partir de: autodenominação de cooperativa ou associação/empresa autogestionária; distribuição igualitária ou equitativa dos rendimentos; gestão democrática por meio de fóruns coletivos de tomada de decisão;

existência legal definida em estatutos e normas em assembleias dos associados (BARBOSA, 2007).

Na V Plenária de Economia Solidária, Euclides Mance definiu Economia Solidária através de diferentes enfoques que se associam. Nesse sentido, a mesma seria uma forma de gerar trabalho e renda, uma forma estratégica de desenvolvimento sustentável, com um caráter ecológico; um instrumento de política pública para a inclusão social; um setor econômico de modo de produção pós-capitalista; um modo de vida para a realização do bem viver:

“Um eixo de lutas, contando com a mobilização de amplos setores sociais que responde as demandas imediatas, negando as estruturas capitalistas de produção, distribuição, consumo, financiamento e acumulação e degradação ambiental, combatendo igualmente o individualismo, a exploração dos trabalhadores, a expropriação dos consumidores e diversas formas de dominação cultural e afirmando novas estruturas de produção, comercialização, consumo, financiamento, e desenvolvimento tecnológico, justas e sustentáveis. (V PLENÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, pag. 18 2012)”

Na primeira corrente a Economia Solidária é vista como uma possibilidade de superação gradual do capitalismo. Paul Singer é considerado um dos principais autores desse pensamento.

Esses empreendimentos são organizações caracterizadas como de natureza coletiva, permanente, podendo ser de estrutura singular ou complexa, e se distribuem por um conjunto de atividades como produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo solidário. É importante observar também que nem todos os empreendimentos da Economia Solidária são informais ou desvinculados do mercado, mas sua identidade principal reside na sua condição de provedor do sustento do grupo sem a presença da mercantilização do trabalho, com uma racionalidade produtiva fortemente imbricada nas relações sociais de seus membros (LISBOA, 2004).

As diversas definições de Economia Solidária se traduzem em diferentes perspectivas sobre onde essa economia esta inscrita no contexto atual, bem como suas consequências a longo prazo. Nesse sentido, Wirth *et al* (2011), por meio de uma revisão bibliográfica, discorrem sobre os principais autores da Economia Solidária, destacando suas principais teorias organizando-os em quatro grupos teóricos:

“a) aqueles que percebem na Economia Solidária uma possibilidade de superação do capitalismo, b) aqueles que defendem uma complementaridade

entre a Economia Solidária e o Capitalismo, c) aqueles que expandem sua análise para além da Economia Solidária, focando na economia popular e, por fim, d) aqueles que percebem a Economia Solidária como um espaço de prática da autogestão no momento histórico atual, mas que defendem sua generalização na sociedade, tendo o “autogoverno pelos produtores livremente associados” como horizonte. (WIRTH *et al*, 2011, p. 194)”

Para Singer, a Economia Solidária constitui alternativa econômica e social de suplantação do modelo capitalista. O autor considera que, num primeiro momento, essa aparece como um “híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas que na realidade se constitui como síntese que supera ambos” (SINGER, 2003, p. 13). A concepção de Economia Solidária sugere uma lógica distinta que não é do mercado, uma lógica híbrida na qual se fundem diversas sociabilidades, a pública, a privada e que está em construção podendo ser vista como uma alternativa às transformações do capitalismo contemporâneo.

A segunda corrente aposta na complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Laville e França-Filho (2004), seus principais autores, consideram as recentes experiências de Economia Solidária como integrantes da economia plural. Inspirados em Polanyi, tais autores alegam que apesar do capitalismo ser o “modelo” predominante, com ele sempre existiram outras formas de economia. Na V Plenária de Economia Solidária discutiram-se os quatro princípios do comportamento econômico colocados por Karl Polanyi, quais sejam: 1- domesticidade: motivação de fazer economia para as necessidades domésticas, como cuidado com a reprodução e a vida da família; 2-Reciprocidade: a economia pressupõe o interesse recíproco de duas partes, que não são necessariamente monetários; 3-Redistribuição: há sempre uma perspectiva de poder redistribuir os acúmulos do grupo para aqueles que não podem sobreviver sozinhos (atualmente papel das políticas sociais); 4-Mercado: onde ocorre as trocas de excedente entre aqueles que geram produtos e serviços (V PLENÁRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).

Tais princípios foram se equilibrando na história da sociedade e aos poucos com o desenvolvimento do capitalismo, o princípio do mercado vai se transformando e se sobrepõe aos demais princípios. Nesse sentido, “as trocas mercantis não representam a totalidade do sistema, mas constituem a esfera mais privilegiada pelo capitalismo, que acarretou na sobreposição das relações mercantis às relações sociais e às relações entre as pessoas” (WIRTH, FRAGA e NOVAES, 2011, p. 05). Pode-se dizer que essa corrente aponta para humanização do sistema capitalista de produção, e não para sua superação (WIRTH, FRAGA e NOVAES, 2011).

Numa terceira perspectiva, Coraggio (2007) e Kraychete (2007) afirmam que a Economia Solidária não deve ser compreendida como uma possibilidade de rearticulação entre Estado, mercado e sociedade, mas como uma prioridade política que precisa ser assumida pelo Estado. Os autores dessa corrente tem o intuito de entender o que é a economia popular, e como elas podem ser estimuladas através de políticas públicas que tenham conhecimento da sua realidade, em vez de descrever como essas organizações devem ser, segundo os princípios cooperativistas.

A quarta e última corrente estaria inscrita na luta histórica dos trabalhadores, apostando na autogestão como meio e fim dessa luta. Os autores dessa corrente (SARDÁ DE FARIA, 2010; DAL RI e VIEITEZ, 2008; TIRIBA, 2008; NASCIMENTO, 2005; NOVAES, 2007) acreditam que a ênfase dos estudos sobre o trabalho associado está na autogestão, apontam para necessidade da generalização da construção do socialismo autogestionário. Para eles, as organizações do trabalho associado, inventados pelos próprios trabalhadores, são espaços que podem potencializar outras formas de luta.

Segundo os autores adeptos à perspectiva da autogestão, a maioria das associações de Economia Solidária realiza a autogestão possível e tem potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital. Tais autores defendem que as organizações de trabalho associado estão em constante conflito com a lógica do capital dominante. Nesse sentido, seria necessária a superação do trabalho alienado e todas as suas vertentes. Seria necessário não só a superação das unidades produtivas, mas da sociedade como um todo.

Acredita-se que os empreendimentos solidários somente serão consolidados com a prática da autogestão. Pois a Economia Solidária só será possível se “desencadear o começo de uma tendência” ou o “desenvolvimento de lutas que tendam à autonomia” (BERNARDO, 2006, p. 2), caso contrário as organizações de trabalho associado nada mais seriam que conveniente com a lógica capitalista. A Economia Solidária, por meio da autogestão, torna possível a inscrição de um novo projeto de sociedade. Podemos, ainda, afirmar que não há autogestão sem Economia Solidária e que não pode haver Economia Solidária sem autogestão (FRAGA, 2011).

Assim, pode-se dizer que a Economia Solidária é um modo de organizar a vida econômica, social e política de uma sociedade, a partir dos princípios da autogestão, cooperação, solidariedade e justiça social. Tem como centro a valorização do ser humano nas relações de trabalho, produção, comercialização e consumo.

Contudo, o que acontece é que na maioria das vezes, as tecnologias disponíveis na sociedade não são compatíveis com as práticas autogestionárias propostas pela Economia Solidária, o que, segundo Dagnino (2008), pode limitar a atuação dos grupos de trabalho associado, uma vez que as técnicas de produção capitalista carregam consigo seus próprios valores. A Tecnologia Convencional (TC) tem objetivos contrários aos dos empreendimentos solidários, se tornando, cada vez mais, um obstáculo à geração de empregos. Desse modo, não tem como utilizar a TC nos empreendimentos solidários, pois sua lógica é empresarial, exatamente o que querem evitar as concepções de Economia Solidária.

O que se vê hoje, com as TC, são economias onde o crescimento se dá sem criação de empregos (*job less grow the conomies*) ou, até mesmo, com a eliminação dos mesmos (*job loss grow the conomies*). Essa condição potencializa a exclusão social em praticamente todos os países (GAPI-UNICAMP, 2014).

Por esse motivo, se faz necessária a adequação dessas tecnologias, o que Dagnino (2008) denominou de Adequação Sociotécnica. A Adequação Sociotécnica é um processo coletivo (entre técnicos, pesquisadores, engenheiros e trabalhadores e trabalhadoras) de reprojeto das tecnologias existentes ou de desenvolvimento de novas tecnologias segundo os valores e interesses do coletivo de trabalhadores.

As características presentes nas organizações do trabalho associado faz com que as mesmas necessitem de tecnologias e inovações de cunho social, pois, buscam o mesmo objetivo, promover a inclusão social com atividades que geram emprego e renda, organizando produtores e trabalhadores sob a lógica de autogestão.

Desse modo, a Inovação Social é entendida como novas práticas, abordagens ou intervenções para mudar uma situação social de risco e exclusão ou para gerar novas relações entre o social e econômico, no nível individual, organizacional ou institucional (BIGNETTI, 2011). O conceito de Tecnologia Social (TS), por sua vez, compreende um conjunto de técnicas, produtos ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas e implementadas em interação com a população e que sejam apropriadas por ela, tendo sempre por princípio a participação coletiva, que representam efetivas soluções inovadoras para transformação, inclusão social e melhoria das suas condições de vida (ITS, 2007).

Considerando o exposto, é necessário relacionar a perspectiva da inovação e TS como efetiva contribuição para a promoção das organizações socioprodutivas baseadas na Economia Solidária, uma vez que a proposta comum está centrada na transformação social e desenvolvimento comunitário de maneira coletiva, além de apresentarem propostas complementares.

Acredita-se que essa seja a questão central para que as práticas de Economia Solidária consigam se desenvolver como um projeto de sociedade. Pois a Economia Solidária precisa da Tecnologia Social para se tornar uma alternativa viável ao capitalismo, e ao mesmo tempo a TS precisa da Economia Solidária como um projeto de sociedade, como um projeto de longo prazo, fortalecendo, assim, as estratégias para a superação da miséria e da exclusão (GAPI-UNICAMP, 2014).

Nesse sentido, se faz necessário aprofundar os conhecimentos sobre determinadas ações que possam ajudar a desenvolver as organizações socioprodutivas, contribuindo para o surgimento de novos valores necessários para a sociedade.

2.3. Tecnologias Sociais

A tecnologia pode ser compreendida como conhecimento, permanecendo esse termo relacionado à competência não só de produzir, mas de controle, sobre o ambiente produtivo. O conceito de tecnologia pode ser definido, ainda, como:

“[...] um conjunto de conhecimentos e informações utilizados na produção de bens e serviços, provenientes de fontes diversas, como a descoberta científica e invenções, obtidos por meio de distintos métodos, a partir de objetivos definidos e com finalidades práticas. Ou seja, tecnologia é um meio pelo qual se realizam as atividades humanas na produção das condições materiais de vida na sociedade. (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p.288).”

Lima Filho e Queluz (2005) ainda citam duas matrizes conceituais para tecnologia: a matriz relacional, que entende a tecnologia como construção, aplicação e apropriação de práticas, saberes e conhecimentos; e a matriz instrumental, que compreende a tecnologia como técnica, isto é, como aplicação prática de saberes e conhecimentos.

Nesse trabalho, a tecnologia é tratada em sua matriz relacional, inserida no diálogo com a sociedade e nas suas transformações.

Para Santos (2001), a tecnologia não pode ser desvinculada das relações sociais. Ao contrário, as tecnologias são materializações dessas relações sociais. O referido autor expõe que, há que se considerar que o tipo de tecnologia a ser empregada e construída depende do tipo de relações sociais existentes entre as classes sociais constitutivas do modo de produção.

Contudo, no modo de produção atual a tecnologia empregada é justificada pela sua eficiência técnica, baseada na racionalidade instrumental, o que justifica a eficiência da

tecnologia. Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico pode ser considerado fora do controle político, ou seja, os interesses sociais não são levados em conta nas escolhas tecnológicas (FREITAS; SEGATTO, 2014).

De acordo com Dagnino (2007) existem duas teorias contraditórias sobre o desenvolvimento da Ciência & Tecnologia (C&T) e suas consequências para a sociedade. A primeira versa sobre a suposta neutralidade da C&T, afirmando que a mesma “avança contínua e inexoravelmente, seguindo um caminho próprio, podendo ou não influenciar a sociedade de alguma maneira” (DAGNINO, 2007, p. 3).

Nessa visão teórica acredita-se que a tecnologia aplicada em um determinado momento na sociedade foi escolhida por ser a melhor opção em termos de eficiência técnica, e não por ser a melhor opção para um grupo social de maior poder. Fraga (2011, p. 108) relata que:

“A ideia da neutralidade parte de um juízo fundacional difuso, ao mesmo tempo descritivo e normativo, mas abarcante e potente, de que a C&T não se relaciona com o contexto no qual é gerada. Mais do que isto, que permanecer dele sempre isolada é um objetivo e uma regra da “boa ciência”. E, finalmente, que ela pode de fato ser isolada”.

Além de ser vista como neutra, a tecnologia também pode ser considerada universal. A crença na universalidade da tecnologia permite que a tecnologia seja retirada de seu ambiente original e seja utilizada em um ambiente distinto. Desse modo, a tecnologia pode ser utilizada fora do contexto para que foi produzida e ser reproduzida em outros contextos, independentemente dos interesses locais. Assim, a tecnologia, que deveria ser um instrumento de emancipação de seus beneficiários, pode se tornar um veículo de exclusão ao desconsiderar os valores culturais do local onde a mesma se manifesta. Esse processo é denominado descontextualização da tecnologia (FREITAS; SEGATTO, 2014).

Os mesmos autores revelam que é nessa condição que “reside a orientação do desenvolvimento tecnológico voltado a atender as demandas do mercado (oferta e demanda) e não a necessidade da sociedade, especialmente das comunidades locais que deveriam ser as mais beneficiadas pelo emprego da tecnologia” (FREITAS; SEGATTO, 2014, p. 311).

A segunda teoria corresponde à teoria crítica da tecnologia, que afirma que desenvolvimento da C&T está estritamente ligado ao contexto social. Feenberg (2005), afirma que o critério técnico de eficiência da tecnologia não é o determinante do processo, evidenciando que as escolhas sociais o influenciam. Escolhas estas que são determinadas por

diversos valores inscritos na sociedade, sobressaindo, as escolhas que favorecem a classe dominante.

Dessa maneira, o procedimento de escolha, que ingenuamente pode ser avaliado como neutro, é totalmente moldado pelo código técnico definido pelos interesses dos atores sociais que de alguma forma estão ligados como desenvolvimento da C&T. Assim, existe um interesse particular na escolha do código técnico tecnológico que será aplicado na sociedade.

“A implicação direta disso é que as tecnologias não seriam meros artefatos ou ferramentas, dispostos aleatoriamente a serviço do homem, em uma relação reducionista, mas, ao contrário, serviriam como suportes a estilos de vida. (FREITAS; SEGATTO, 2014, p. 308)”

Logo, a tecnologia não pode ser entendida como um artefato isolado, mas sim como um sistema Sociotécnico, que se relaciona com diversos aspectos da sociedade (ambiente, cultura, política, economia) gerando efeitos na sociedade e também sendo resultado desse processo. Dessa maneira, não é possível pensar a tecnologia sem pensar a sociedade na qual está inserida (FREITAS; SEGATTO, 2014).

Por isso, o Estado deve controlar as decisões sobre que tipo de desenvolvimento se almeja e investir em ações que levem a um desenvolvimento que seja sustentável e compatível com a cultura e realidade local. Nenhum país deve deixar suas decisões políticas a respeito da tecnologia ser determinada por terceiros, nem aceitar modelos preestabelecidos. Faz-se necessária a negação da neutralidade e da descontextualização da tecnologia. A ciência e a tecnologia devem ser vistas e tratadas com construções sociais influenciadas por valores e interesses do contexto no qual são desenvolvidas.

Para além das responsabilidades do Estado perante a tecnologia, se faz necessário, imediatamente, que a discussão do desenvolvimento tecnológico deixe de ser exclusiva do campo técnico e científico e que passem a considerar o campo político. Pois, dessa forma será possível contextualizar a tecnologia, qualificá-la de acordo com o local a ser aplicado. É preciso valorizar as demandas que se encontram excluídas do processo tecnológico convencional, ou seja, é preciso democratizar a tecnologia (FEENBERG, 2005, p. 3).

Concomitante, o referido autor coloca que “[...] onde quer que as relações sociais sejam mediadas pela tecnologia moderna, é possível introduzir controles mais democráticos e reformular a tecnologia a fim de acolher maiores *inputs* de perícia e iniciativa” (FEENBERG, 2004, p. 2-3).

As tecnologias refletem a contradição da sociedade, gerando meios de dominação, que criam seus próprios imperativos, inclusive para socialização dos indivíduos. Há a necessidade de tecnologias que levam em conta o mundo da pessoa, e seu espaço produtivo, político, organizacional e cultural, ou seja, Tecnologia Social (FERNANDES, 2010).

As Tecnologias Sociais estão baseadas na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas e carências concretas, tais como: resolução de problemas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. Uma Tecnologia Social sempre considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, associada a formas de organização coletiva, representando soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE JÚNIOR e PEDREIRA, 2004).

Silva (2013) apud Kapp e Cardoso (2013, p. 144) defende que a concepção principal de Tecnologia Social reside na “autonomia das pessoas, não apenas individual, mas, sobretudo coletiva ou, em outras palavras, sua emancipação de relações sociais de dominação e a construção de relações sociais de cooperação”.

Nesse sentido, as tecnologias sociais devem ser aquelas que têm como resultado a autonomia individual e coletiva. Vale salientar que a autonomia tratada aqui reside tanto no direito do grupo de se autogovernar, quanto em sua capacidade de formular as próprias normas (Silva, 2014). Pode-se dizer então que a Tecnologia Social pode ser entendida como ações que tem como objetivo capacitar a sociedade para que ela própria exerça a transformação social. Nesse contexto, as normas de produção não são definidas pelos técnicos e sim pela sociedade. O que se faz imprescindível, pois “restituir à sociedade o controle sobre os processos produtivos pressupõe uma transformação na própria estrutura de produção de conhecimento, isto é, no modo convencional de atuação do cientista ou do técnico especialista” (SILVA, 2014, p. 146).

Existem diversas definições para a Tecnologia Social, contudo, esse trabalho tem afinidade com aquelas que trazem como consequência a superação da alienação dos trabalhadores mediante a elaboração de um novo conhecimento técnico e científico.

Barros e Miranda (2010, p. 62) definem Tecnologia Social por um “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”.

A tecnologia social pode ser pensada, ainda, a partir de três componentes, como salienta Silveira (2006): 1) *hardware* – compõem-se de equipamentos e artefatos; 2) *software*

– refere-se aos métodos e programas de implementação; e 3) *orgware* – compreende os processos de organização e gestão.

Desta forma, a Tecnologia Social alcança amplo leque de produções de tecnologias de produtos, processos e organizações (THOMAS, 2009). Para o componente *orgware*, que é a TS que tratamos nessa pesquisa, pode-se observar como exemplo a gestão compartilhada, que se configura como um modelo de gestão baseada na cooperação e no comprometimento dos empreendimentos ligados. Nesse contexto a TS estaria presente no processo de organização de determinado grupo e como esse processo resultaria em aprendizagem, melhoria das condições de trabalho e bem estar social, o que pode vir a ser um programa de formação e/ou uma capacitação e não, necessariamente, um componente mecânico ou eletrônico. Muitas tecnologias se orientam, sobretudo, pela simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social, mas não estão necessariamente associadas a organizações coletivas.

Nesse sentido, Tecnologias Sociais são técnicas, materiais e procedimentos que resultam impacto social positivo, inventados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar uma problemática de caráter social. Segundo Maciel e Fernandes (2010), as Tecnologias Sociais emergiram como um movimento de “baixo para cima”, que se caracterizam pela capacidade criativa e organizativa de segmentos da população em gerar alternativas para suprir as suas necessidades e/ou demandas sociais.

De acordo com Pena (2010), o conceito de Tecnologia Social se baseia em experiências desenvolvidas nas comunidades urbanas e rurais, nos movimentos sociais, nos centros de pesquisas e nas universidades que “podem produzir métodos, técnicas ou produtos que contribuam para a inclusão e a transformação social, em particular quando desenvolvidas em um processo no qual se soma e se compartilha o conhecimento científico com o saber popular” (PENA, 2010, p. 43-44). A concepção de Tecnologia Social vai além do enfoque no objeto, dependendo da situação e da realidade dos sujeitos para transformar.

“É um posicionamento político, na medida em que é um situar-se no mundo das pessoas e de seu espaço, sua organização, de forma independente, autônoma e autogestionária. A TS é um instrumento pedagógico, pelo quais todos aprendem no construir das soluções. (ALMEIDA, 2010, p.14)”

Contudo, Brito (2013) alerta que o conhecimento gerado por experiências comunitárias bem sucedidas e comprovadas pela prática, ainda não é considerado como tecnologia no Brasil, sendo assim, as Tecnologias Sociais ainda não são consideradas como tal, mas deveriam ser pesquisadas e divulgadas, para a reaplicação em diferentes localidades.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2007) conceitua a Tecnologia Social a partir das características a seguir:

1. Quanto à sua razão de ser - a TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população;
2. Em relação aos processos de tomada de decisão - formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;
3. Quanto ao papel da população - há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos;
4. Em relação à sistemática - há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
5. Em relação à construção de conhecimentos - há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
6. Quanto à sustentabilidade - visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
7. Em relação à ampliação de escala - gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências. Gera, permanentemente, as condições favoráveis que deram origem às soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las.

Nesse sentido, a Tecnologia Social implica em compromisso com a transformação social, criação de um espaço de descoberta de demandas e necessidades sociais, relevância e eficácia social, sustentabilidade socioambiental e econômica, inovação, organização e sistematização, acessibilidade e apropriação das tecnologias, um processo pedagógico para todos os envolvidos, diálogo entre diferentes saberes, difusão e ação educativa, processos participativos de planejamento, acompanhamento, avaliação e construção cidadã do processo democrático (ITS, 2007). O ITS destaca ainda os valores que as Tecnologias Sociais possuem e buscam desenvolver nos ambientes em que atuam, quais são: inclusão cidadã, participação, relevância social, eficácia e eficiência, acessibilidade, sustentabilidade (econômica e ambiental), organização e sistematização, dimensão pedagógica, promoção do bem estar e inovação.

A Tecnologia Social, segundo Lassance Jr. e Pereira (2004, p. 68) cumprem, ainda, quatro fases essenciais:

- “a) a primeira é a fase de criação. As TSs nascem ou da sabedoria popular, ou do conhecimento científico, ou da combinação de ambas;
- b) a fase de viabilidade técnica, na qual há a consolidação de um padrão tecnológico (a multimistura tem uma fórmula e um método de produção; a

cisterna tem um projeto básico e um roteiro de construção);
c) a fase de viabilidade política. A tecnologia, por várias razões e meios, ganha autoridade e visibilidade. Especialistas influentes comentam e recomendam-na. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso. Movimentos sociais passam a apontá-la como solução;
d) a fase de viabilidade social, quando a tecnologia tem de se mostrar capaz de ganhar escala. É chave que se forme em torno dela uma ampla rede de atores que consigam dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Isso inclui a montagem de uma complexa logística de *delivery* e assistência. Ou seja, a tecnologia precisa ter bases de apoio para que seja demonstrada, reaplicada e cercada de orientações a quem a aplica.”

Assim, observa-se que a comunicação das fases acima implica na abertura de um amplo leque de articulação entre as organizações da sociedade e várias áreas governamentais. Existe um processo por trás da construção de Tecnologia Social, onde cada fase torna-se essencial para sua formação. É necessário o entrelaçamento e comunicação entre as quatro fases para que se torne possível a viabilidade e desenvolvimento de Tecnologias Sociais.

Nesse âmbito, pensar em TS sem considerar o projeto de sociedade é se limitar a soluções pontuais e muitas vezes assistencialistas, que não dão respostas para a superação de suas causas. Além disso, buscar soluções tecnológicas para necessidades populares sem a efetiva participação do trabalhador não irá gerar consequências compatíveis com as almejadas pela TS.

Vale ressaltar que as Tecnologias Sociais apresentam múltiplas características, que são ao mesmo tempo agrícolas, ecológicas, econômico-solidárias, promovem a segurança alimentar e representam modelo de organização (FERNANDES, 2010), o que faz com que as mesmas desenvolvam Inovação Social. A Tecnologia Social atrelada à Inovação Social constitui-se um instrumento poderoso de integração social, pois cria condições para que a comunidade desenvolva suas potencialidades com base na Economia Solidária. Pois, a Inovação Social promove a cooperação entre atores com objetivos comuns, possibilitando-lhes a obtenção de recursos, que não poderiam alcançar como agentes individuais, por meio da troca de informações e de conhecimento, da participação política e do associativismo.

Os estudos sobre Inovação Social estão direcionados para melhoria do desempenho social e econômico da sociedade, criando novas relações e modificando as já existentes, implementando as dinâmicas coletivas, envolvendo, também, solidariedade, reforçando a cooperação entre os atores, o que colabora para o nascimento das formas alternativas de produção baseadas em Economia Solidária (MULGAN *et al.*, 2007; ROLLIN & VICENT, 2007; JAMES *et al.*, 2008).

2.4. Inovação Social em Organizações Socioprodutivas

O termo inovação, desde seu início esteve ligado a questões de competitividade e lucratividade, tendo como componente central a inovação tecnológica de produtos (bem ou serviço), enquanto condição para o crescimento e desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2013).

Os estudos relacionados à temática partem, na maioria das vezes de concepções schumpeterianas onde “novas combinações” permitem o alcance de lucros excessivos. A inovação viria a ser entendida, a partir de então, como a forma inédita de fazer as combinações gerando resultado econômico. Ao longo do tempo, e, após Schumpeter, proliferaram as definições de inovação, com autores distintos ampliando ou restringindo o conceito originalmente desenvolvido por Schumpeter (OLIVEIRA, 2013).

Recentemente começa a se desenvolver no mundo as pesquisas sobre uma nova forma de inovação, a Inovação Social (CLOUTIER, 2003; DEES et al., 2004; MULGAN et al., 2007; SANTOS, 2009). Contudo, é possível afirmar-se que o tema é menos conhecido se comparado com a vasta literatura existente sobre a inovação tomada no seu sentido mais amplo (OLIVEIRA, 2013).

No que diz respeito às diferenças encontradas na Inovação Social, Bignetti (2011) ressalta que é possível fazer a adaptação de alguns dos conceitos schumpeterianos de inovação, principalmente das inovações tecnológicas, contudo as concepções schumpeterianas e neoschumpeterianas tradicionais se baseiam na ideia de resultado econômico e de lucro, enquanto que as Inovações Sociais se voltam para as questões sociais.

O Fórum de Inovação Social, promovido pela *Organisation de Coopération and Développement Économiques* [OECD] e pelo Programa *Local Economic and Employment Development* [LEED], apresentou como característica central da Inovação Social a melhoria da qualidade de vida, e que as Inovações Sociais tratam da melhoria do bem estar dos indivíduos e da comunidade, oferecendo soluções para os problemas individuais e coletivos (OECD, 2000).

A Inovação Social surgiu da necessidade de se buscar alternativas duradouras para o futuro da sociedade humana, uma vez que as estruturas existentes e as políticas estabelecidas não são capazes de eliminar grande parte dos problemas atuais, como as desigualdades sociais, as questões da sustentabilidade, as mudanças climáticas (MURRAY et al., 2010).

Assim, a Inovação Social é aqui definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais, principalmente, através da participação e da cooperação de todos os

atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (BIGNETTI, 2011).

O conceito de Inovação Social, na visão de Maurer (2011, p. 172), remete à ideia de “desenvolvimento de soluções inovadoras que visem contemplar as necessidades ou aspirações dos indivíduos de uma determinada sociedade”.

Existem vários conceitos sobre Inovação Social, Mulgan et al. (2007, p. 11) relata que em um relatório publicado pela Fundação Young, fazem referência à Inovação Social como “atividades e serviços inovadores que são motivados pela meta de um encontro com a necessidade social e que se difundem predominantemente entre as organizações que têm como primeiro propósito o social”. O mesmo autor ainda complementa que a Inovação Social se constitui de novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo interesse de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais (MULGAN et al., 2007).

André e Abreu (2006, p. 124) entendem a Inovação Social como “uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social”. Rollin e Vicent (2007) consideram a Inovação Social como alternativa que oferece novas oportunidades com distribuição de renda de forma mais equitativa, a qual se diferencia de inovações que enfatizam puramente o aspecto tecnológico, não se enquadrando na lógica de competitividade e lucratividade ou de atendimento dos caprichos do mercado consumidor. Sendo uma nova solução para um problema de ordem social, evidenciando-se ser mais eficaz, eficiente e sustentável que as concepções de inovação já introduzidas, beneficiando toda a sociedade com a criação de valor, ou seja, com ganhos coletivos em vez de privados, reduzindo as desigualdades sociais.

Outro autor, Harrison (2006) define Inovação Social como novas soluções para os problemas de caráter econômico e social, a partir do desenvolvimento de novos serviços, que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar do indivíduo e da comunidade. Entendida desta forma, o autor enfatiza que a Inovação Social traz duas grandes contribuições: 1- solução inovadora para uma situação considerada insatisfatória; e 2 - cooperação entre uma variedade de atores que criam conhecimento compartilhado em um processo de aprendizagem mútua. Rodrigues *et al* (2006) relaciona a Inovação Social às mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.

Nesse sentido, percebe-se que existem variados conceitos sobre a temática Inovação Social, contudo, a maioria dela concorda que a Inovação Social traz benefícios para sociedade

como um todo, diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação, voltadas fundamentalmente aos benefícios financeiros específicos de um indivíduo ou empresa. Nesse sentido, Bignetti (2011) apresenta cinco funções características da Inovação Social, quais: a finalidade, a estratégia, o lócus, o processo de desenvolvimento e a difusão do conhecimento.

No que diz respeito ao valor, o referido autor defende que a inovação se volta para criação de valor, e nesse sentido, se volta para os interesses dos grupos sociais e da comunidade. A Inovação Social, assim, se apresenta como uma resposta nova a uma situação social julgada não satisfatória e visa ao bem estar dos indivíduos e da coletividade através do atendimento a necessidades como saúde, educação, trabalho, lazer, transporte e turismo (BIGNETTI, 2011). Dessa forma:

“Enfatizam-se as estratégias de vinculação permanente e de cooperação intensa entre os atores envolvidos no sentido de se obterem transformações sociais duradouras e de impacto, que possam representar mudanças nas relações e nas condições sociais. (BIGNETTI, 2011, p. 07)”

Bignetti (2011) também chama atenção para o lócus da Inovação Social, o qual em geral, é voltado para as ações comunitárias e frequentemente começa com esforços pequenos e locais, pois os recursos de alavancagem são escassos. O processo de inovação também se revela importante, já que na Inovação Social o processo se desenvolve pela participação dos beneficiários e dos atores da comunidade durante todo o projeto. Concordando com Clouthier, Bignetti ressalta que a Inovação Social:

“É um processo de construção social, de geração de soluções dependente da trajetória. A concepção, o desenvolvimento e a aplicação estão intimamente imbricados e são realizados através da relação e da cooperação entre todos os atores envolvidos. Significa um processo de aprendizagem coletivo, que se baseia no potencial dos indivíduos e dos grupos, que adquirem as capacidades necessárias para realizar as transformações sociais (CLOUTHIER, 2003). Ainda mais, permite a formação de novas relações sociais e conduz a novas estruturas sociais (CLOUTHIER apud BIGNETTI, 2011, p.7).”

Outra função essencial da Inovação Social, ainda de acordo com os autores citados acima, repousa na difusão do conhecimento gerado pela inovação. As Inovações Sociais favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades, colaborando para a transposição de experiências de uma comunidade a outra, ou entre organizações. Silva e Lengler (2008) citam as organizações de natureza coletiva como alternativa de Inovação Social, as quais destacam as cooperativas, associações e sindicatos.

Nesse contexto, se faz importante destacar as definições e funções da tecnologia e Inovação Social que pode ocorrer em organizações associativas. Pois as mesmas promovem a inclusão social por meio da inserção produtiva e geração de trabalho e renda de agricultores e agricultoras familiares. A resolução dos problemas e dos conflitos deve garantir a lógica da proximidade entre as pessoas, da solidariedade, da autogestão e do seu protagonismo, pautada também em uma justiça social que leve em consideração a questão de gênero.

A Economia Solidária, as Tecnologias e Inovações Sociais para efetivarem-se como projeto de desenvolvimento, necessitam reconhecer as desigualdades de gênero existente na base da organização social, econômica, cultural e política da sociedade e, sobretudo contribuir para sua transformação, construindo a solidariedade de gênero como plataforma da nova sociedade que queremos (FBES, 2007).

A ideia de conseguir transformar as relações econômicas da sociedade como um todo em práticas solidárias também deve visar à mudança de vida das mulheres e assim traçar um horizonte para outra forma de organizar a construção social de gênero. Visto que uma das maiores barreiras para a transição de capital humano é a negação dos direitos humanos básicos a uma parte significativa da população, e isso se aplica genericamente às mulheres, em especial a mulher agricultora familiar (FBES, 2007).

Assim, se faz necessário ampliar o olhar perante as organizações socioprodutivas, tentando analisar o papel das mulheres agricultoras familiares dentro dessas organizações, bem como identificar de que maneira a geração de Tecnologia Social e inovação interfere no processo organizacional do grupo. Uma vez que as organizações socioprodutivas de caráter coletivo apresentam para os diversos segmentos sociais uma opção estratégica, capaz de transformar ou modificar determinada realidade.

2.5. Gênero e Agricultura familiar

A história da agricultura brasileira expressa, desde o início, o direcionamento das prioridades dos projetos de desenvolvimento nacional, voltadas à produção em larga escala para a exportação. Suas políticas não eram direcionadas de acordo com a necessidade de sobrevivência das comunidades rurais, pelo contrário, as políticas tinham como objetivo principal organizar a agricultura de exportação. Assim, a distribuição de terra foi direcionada em grande escala para quem possuísse capacidade de utilizá-la. Nesse contexto a pequena propriedade se apropriou das terras de qualidade inferior e/ou das mais distantes do centro de

consumo, permanecendo como um precário meio de subsistência de parte da população rural até os dias de hoje.

No entanto, pode-se evidenciar, nas últimas décadas, algumas mudanças nos esforços de reconhecimento e a criação de políticas públicas direcionadas para outro segmento que não seja a grande lavoura – no caso, o segmento da agricultura familiar (NOBRE, 2012).

O conceito de Agricultura Familiar envolve diversas definições e interpretações. Na última década ocorreu uma tentativa de resignificar tal conceito, com o intuito de melhorar a formulação de políticas públicas pra esse seguimento, e de tornar esta categoria central num modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, uma delimitação mais rigorosa ocorreu através da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabeleceu diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, bem como definiu quem pode ser enquadrado no conceito de agricultor familiar.

De acordo com artigo 3º da Lei nº 11.326, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural e que atenda simultaneamente aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.
- § 2º São também beneficiários desta Lei:
- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
 - II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
 - III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;
 - IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (BRASIL, 2006)

A delimitação do conceito de Agricultura Familiar facilitou o direcionamento das políticas sociais para esse seguimento e possibilitou uma melhor compreensão de quem são os agricultores familiares.

O conceito de agricultura familiar, também é definido por alguns autores. De acordo com Schneider, a agricultura familiar pode ser definida como um conjunto de indivíduos que constitui um grupo doméstico, com posse e exploração de uma mesma propriedade e que, portanto, constituem uma só unidade de produção e consumo (SCHNEIDER *et al*, 2003). O fato de um ou mais indivíduos do grupo familiar não participarem das atividades na unidade de produção, não descaracteriza o grupo enquanto agricultores familiares, mas introduz a formação de famílias pluriativas.

RÖHNELT (2011) citando Hespanhol (2008):

“Compreende a esfera da pequena propriedade familiar no contexto da agricultura brasileira como sendo um segmento que abarca diversas dimensões para o seu entendimento, pois é tanto produtivo quanto o é social, ambiental e cultural. Um dos enfoques do autor são as restrições impostas ao desenvolvimento da pequena propriedade, uma vez que o histórico das políticas públicas brasileiras revela o apoio aos médios e grandes proprietários e produtores rurais, deixando à margem um expressivo contingente populacional que se dedica à pequena produção de base familiar (RÖHNELT apud HESPANHOL, 2011, p. 41).”

Para a FAO e o INCRA, “[...] na agricultura familiar deve se considerar que a administração da propriedade rural seja feita pela família, que o trabalho em sua maioria seja desempenhado pelos membros da família e que os fatores de produção sejam de propriedade da família” (FAO/INCRA apud MEDEIROS, 2007, p.170).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário trata a agricultura familiar como um segmento em desenvolvimento, ainda em consolidação. Visto que seu desenvolvimento depende da associação de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam ser implementados, articulando diferentes atores e instrumentos.

Contudo, vale salientar, ainda, que existe a necessidade de uma maior valorização, tanto por parte dos governos quanto da própria sociedade em relação à agricultura familiar, bem como um maior investimento ao desenvolvimento das atividades da mesma, pois a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na vida de milhões de pessoas.

De acordo com o Censo Agropecuário 2006, a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Contudo os seus empreendimentos ocuparam, em 2006, 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O censo ainda afirmou que a mesma é responsável, apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens, por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno (IBGE, 2006).

A agricultura familiar exerce papel fundamental para o desenvolvimento de forças locais na sociedade, o qual permite reconhecer as diferenciações territoriais. Em consonância com a Tecnologia e Inovação Social, bem como as práticas solidárias, a agricultura familiar pode ser vista como mecanismos de defesa contra os processos de globalização hegemônica, o que tem contribuído para o surgimento de um novo modelo de Desenvolvimento Rural, com maior sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Apesar de não ser recente a presença desse segmento produtivo na agricultura, foi somente na década de 90 que a Agricultura Familiar passou a fazer parte das discussões como categoria social (SCHNEIDER, 2003), e no Brasil, foi somente em 1996 que a agricultura familiar, passou a contar com uma política de governo destinado a sua demanda – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O referido programa tem como objetivo principal ser um fundo de amparo às adversidades encontradas por esse segmento da agricultura para garantir seu espaço, tanto na esfera econômica quanto social.

Atualmente, o programa oferece um sistema de crédito a juros subsidiados, cujo objetivo é atender exclusivamente ao agricultor familiar e atua mediante financiamentos de projetos individuais e/ou coletivos de agricultores familiares e assentados de reforma agrária. A inserção dos/as agricultores familiares em políticas públicas específicas para agricultura familiar representou um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da importância desse segmento socioprodutivo, em especial a questão de gênero, uma vez que nos últimos anos também tem se considerado as mulheres agricultoras familiares.

Nesse sentido, existem várias linhas de crédito, voltadas aos diversos grupos e às diferentes demandas da agricultura familiar, sendo uma delas direcionada ao público feminino, como o “PRONAF Mulher: linha de crédito voltado aos investimentos da mulher agricultora integrante de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil” (RÖHNELT 2011, p. 43). Segundo Butto (2011), o PRONAF Mulher apoiou tanto atividades agrícolas quanto as não agrícolas, possibilitando o acesso ao crédito individual e coletivo.

A referida autora salienta que foi somente a partir do ano de 2003, momento em que a assistência técnica e extensão rural passou a ser uma atribuição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e que se constituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, que a dimensão gênero começou a fazer parte das ações e metas governamentais. Nesse contexto, os projetos a serem financiados, bem como as orientações metodológicas passaram a incluir às necessidades das trabalhadoras rurais e promover a igualdade de gênero.

A inclusão tardia das mulheres nos programas de governo para agricultura familiar se deve ao fato de os conhecimentos e noções no que se referem às mulheres, durante um longo período de tempo, se reduziram as suas diferenças físicas e biológicas em relação ao homem. O que resultou na condição de subordinação feminina, uma vez que eram consideradas mais fracas, frágeis e menos aptas às atividades racionais, o que legitimou a desigualdade e dependência em relação aos homens (BURG, 2005; BRUMER, 2000).

Por isso, acredita-se que os projetos de desenvolvimento rural, especialmente, aqueles voltados para agricultura familiar, ao se preocuparem com a questão de gênero devem se comprometer com a modificação da divisão sexual de trabalho. Pois, a divisão sexual do trabalho reforça e reproduz a desigualdade entre gênero. De acordo com Kergoat (1996), a divisão sexual do trabalho estabelece dois princípios, o primeiro se trata da separação do trabalho de acordo com o sexo (trabalho de homem e trabalho de mulher), segundo, promove a hierarquização desse trabalho, nesse contexto o trabalho dos homens é mais valorizado se comparado ao da mulher.

A hierarquização faz com que os homens sejam responsáveis pela esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, o que reforça o discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada, permanecendo o não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família. Tais princípios trazem como consequência práticas sociais balizadas pelas relações de gênero (KERGOAT, 1996).

As diversas correntes de pensamento feminista afirmam a existência de uma subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas argumentam que essa subordinação é decorrente de como as mulheres são construídas socialmente. E afirmam que o que é construído socialmente pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras de como as mulheres podem ser percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado (BUTTO, 2011; FARIA, 2011; BRUMER, 2000).

Dentro desse contexto, Suárez enfatiza que a palavra gênero vem sendo utilizada com o propósito de desconstruir a ligação entre mulher e natureza e que pode viabilizar simbolicamente a equidade entre homens e mulheres. Ainda segundo Suárez, o uso reiterado da categoria pode possibilitar a explicação da forma como a cultura constrói o masculino e o feminino, abrindo margem para uma desconstrução que é geradora de rupturas e transformações (SUÁREZ, 2000).

No estudo de gênero, homens e mulheres passaram a ser compreendidos de forma relacional, através de processos sociais, o que permitiu questionar o lugar de subordinação da

mulher e explicar suas raízes sociais e culturais. No entanto, as desigualdades entre homens e mulheres nos diversos campos da vida social persistem.

O termo gênero está associado às qualidades e características que a sociedade impõe a cada sexo. Essa abordagem determina as características e funções de acordo com o sexo e a percepção que a sociedade tem dele. São, portanto, formas de representação socialmente estabelecidas. Não são naturais, sendo possível sua reconstrução. Em suma, o que a perspectiva gênero faz, é refutar a ideia de que os papéis atribuídos ao sexo sejam justificados biologicamente. A categoria Gênero inova porque enfatiza o caráter social entre homens e mulheres historicamente construídos.

No decorrer da história, foram consideradas atribuições femininas o cuidado com a família, as atividades de reprodução da espécie, do cuidado com as crianças, idosos e incapazes, atividades domésticas, restringindo sua atuação na esfera privada. Ao contrário, as atividades realizadas no espaço público, ficaram a cargo dos homens (HOLZIMANN, 2006).

A visibilidade das mulheres agricultoras, assim como das mulheres em geral, tem se ampliado a partir do feminismo e dos movimentos sociais existentes no Brasil. Dessa forma efetivaram-se as diferentes oportunidades, relações e diferentes papéis sociais atribuídos a homens e mulheres; relacionando todos os aspectos da vida econômica e social, cotidiana e privada, cultural e política dos indivíduos. Percebe-se uma construção histórica de discriminação e preconceito no que se refere às mulheres, assim tais imposições destacam-se, de maneira mais incisiva no meio rural.

De acordo com Censo Agropecuário 2006, as mulheres correspondem quase à metade da população rural (IBGE, 2006). Isso corresponde a aproximadamente 15 milhões de mulheres, que podem estar sem os direitos básicos garantidos, como saúde e educação, e sem ter o devido reconhecimento da sua condição de agricultora familiar e camponesa. De acordo com Butto (2011) as mulheres rurais ainda representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não auferem remuneração.

A maioria dos estudos realizados no Brasil referente às mulheres rurais tendeu a considerá-las a partir de seu lugar na unidade de produção, na divisão do trabalho por sexo na agricultura, destacando em geral sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização (BRUMER, 1996; MENASCHE e ESCHER, 1996; BRUMER, 2000; BURG, 2005).

Tais estudos permitem concluir que as mulheres ocupam uma posição subordinada, e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles. Burg (2005) relata que é consenso entre

as mulheres pesquisadas por Abramovay (1997) que os homens, no papel de maridos e pais, apropriam-se do trabalho das mulheres e dos/das filhos/as e concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo.

Segundo Brumer, a posição subordinada das mulheres na esfera produtiva dos estabelecimentos rurais é assim evidenciada:

“As tarefas executadas no âmbito da esfera produtiva (produção destinada à comercialização) só são contabilizadas como parte de um esforço coletivo, na maioria das vezes aparecendo apenas como ‘ajuda’; seu trabalho na esfera produtiva permanece praticamente invisível, tendo em vista que é praticado no interior do estabelecimento, sendo os homens praticamente os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior (contato com extensionistas, bancos, sindicato, cooperativa, firmas vendedoras de insumos e compradores); elas não detêm o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário; elas não administram os recursos originados com a venda da produção. (BRUMER, 2000, p. 07)”

Burg coloca que na maioria das vezes o trabalho realizado pela mulher é considerado ajuda, ou ainda mera contribuição, o que contribuiu para a desvalorização e para a invisibilidade do trabalho feminino, bem como o papel das mulheres na agricultura familiar, e que no meio rural brasileiro, somente nos anos de 1980, a produção realizada pela mulher foi considerada geradora de valor e ela passou a ser identificada como trabalhadora rural ou agricultora (BURG, 2005).

Tais estudos demonstram aspectos relevantes concernentes à desigualdade das mulheres na unidade de produção familiar e que ainda são reduzidas as possibilidades das mulheres do campo de gerar renda monetária, de gerenciar a produção, decidir sobre os investimentos que pretendem realizar, apropriar-se de conhecimentos complementares e necessários para produzir e comercializar. Seu trabalho é predominantemente voltado para o autoconsumo e apenas um percentual muito limitado de mulheres obtém renda monetária, em decorrência da fusão entre trabalho reprodutivo e produtivo.

Contudo, nos últimos anos as mulheres têm estruturado diferentes formas de ações coletivas como grupos informais, associações e cooperativas com o intuito de criar, fortalecer e ampliar processos produtivos e de comercialização.

A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho abriu oportunidade de novas sociabilidades, segundo Silva et al. (2005) o envolvimento das mulheres rurais em atividades não agrícolas gera remuneração que lhes garante independência financeira para gastar em “suas coisas” ou para ajudar nas contas de casa.

De acordo com Schneider, a pluratividade, ou seja, a combinação de inserção ocupacionais não agrícolas aliadas a práticas da agricultura por parte dos membros de uma mesma família, é intrínseca às unidades de agricultura familiar (SCHNEIDER et al., 2006), e vem aumentando por diversos fatores, dentre os quais pode-se destacar a modernização da agricultura, a queda dos rendimentos agrícolas, as políticas que estimulam sua realização e as mudanças no mercado de trabalho. Tais atividades não agrícolas podem ser dos mais variados tipos, como o artesanato, como o turismo e a produção de produtos alimentícios.

Concordando com o referido autor, Röhnel (2011) afirma que as atividades de agricultura familiar são caracterizadas em sua pluralidade na sua multifuncionalidade, o que caracteriza a produção familiar em: trabalho eminentemente familiar, economia para o autoconsumo e autonomia na gestão da unidade produtiva. Segundo a autora:

“O termo multifuncionalidade – mais especificamente a multifuncionalidade da agricultura familiar – refere-se às múltiplas funções desempenhadas pela agricultura para a sociedade como um todo (...) a multifuncionalidade não se restringe a uma dimensão puramente econômica, ela se constitui em uma síntese de múltiplas dimensões, envolvendo atividades rurais agrícolas e não-agrícolas. Essas atividades não-agrícolas exercidas no espaço rural são estratégias de reprodução das famílias rurais e, conseqüentemente, de mudanças nas formas de ocupação e organização espacial (RÖHNELT, 2011, p. 70).”

Entende-se, dessa forma, que a multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura surgem como uma nova possibilidade de dinâmicas socioprodutivas e arranjos dos segmentos da agricultura familiar, estimulando a diversidade em relação às formas de ocupação da mão de obra, em atividades agrícolas e não agrícolas. Sendo assim, a multifuncionalidade da agricultura surge como uma nova possibilidade para geração de trabalho e renda, em especial das mulheres agricultoras familiares.

A pluriatividade na agricultura familiar é interpretada por muitos autores como uma estratégia de viabilizar e ampliar a agricultura familiar, ou simplesmente reação a situações de pobreza rural, como é o caso notável da região Nordeste (NASCIMENTO, 2005; SACCO DOS ANJOS, 2001). O desenvolvimento rural ou territorial pode estar associado à expansão das famílias pluriativas e não agrícolas, pois as pesquisas revelam que ambos os tipos de famílias têm renda superior às famílias exclusivamente agrícolas (NASCIMENTO, 2002; 2005).

Osakabe (2005) verificou em sua pesquisa, a partir da análise dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domicílio - PNAD, que nas famílias pluriativas a participação

das mulheres ocupadas pode ser mais significativa, sustentando que a pluriatividade entre os membros da família se deve ao trabalho provavelmente das mulheres.

É interessante notar que a pluriatividade ocorre sem gerar prejuízo ou abandono da agricultura, pelo contrário, a renda obtida através da combinação de atividades contribui para a reprodução social das famílias rurais, e para financiamento da atividade agrícola, sendo um fator de permanência no meio rural (SCHNEIDER et al., 2006).

As práticas de atividades não agrícolas representam um complemento para a continuidade da unidade produtiva, são diferentes estratégias adotadas buscando um mesmo fim, uma prática necessária para a continuidade de permanência na agricultura, bem como a independência e liberdade da mulher.

Assim, a combinação de atividades pode contribuir para a reprodução familiar e da atividade agrícola uma vez que grande parte de recursos obtidos em atividades não agrícolas é aplicada para suprir as necessidades básicas das famílias para investimentos na propriedade (SCHNEIDER, 2006). Da mesma forma, ela é apontada como fator de um desenvolvimento rural que extrapola o desenvolvimento da agricultura, já que pode gerar inclusão das mulheres no mercado de trabalho, independência, autoestima, além de a permanência dessas e de sua família no campo.

Essas novas e mais frequentes possibilidades de inserção no mercado de trabalho não agrícola tem contribuído para diminuição das diferenças entre o mundo rural e urbano, produzindo aproximações e dinamizando as economias locais e os rendimentos das famílias que ali residem (SCHNEIDER e MATTOS, 2006).

Diante disso, torna-se fundamental estudar como essas novas formas de geração de trabalho e renda, sobretudo as que absorvem a mão de obra feminina, estão influenciando não só as dinâmicas econômicas locais, mas também as configurações das famílias, para que se possam conhecer as populações rurais e a agricultura familiar nos seus mais diversos aspectos.

Segundo SCHAAF (2001), existem resultados relevantes produzidos em decorrência da organização das mulheres rurais a partir de suas ações coletivas, como: acesso aos direitos, redução das desigualdades de gênero, conquista da independência.

Maia e Siqueira (2011) ressaltam que a partir do momento em que as mulheres passam a conviver em rede favorecendo a troca de experiências, elas sentem-se mais valorizadas, pois tal experiência contribui para o seu empoderamento, além de favorecer o desenvolvimento local. Esse fortalecimento e valorização da atuação feminina é também proveniente do surgimento de associações, cooperativas e outras instituições que tem constituído um marco

para as famílias rurais, particularmente para as mulheres inseridas nesse contexto (MAIA; SIQUEIRA, 2011).

As ações coletivas, nesse sentido, podem se constituir em instrumentos para que as mulheres ampliem seu capital social, poder de negociação, assim como, vivenciem diferentes experiências com decisões democráticas de tomada de decisão e lideranças.

De acordo com Butto (2010), os movimentos sociais de mulheres e sua auto-organização são capazes de transformar relações na família, garantir sua participação em organizações mistas e impulsionar o Estado para elaborar políticas públicas voltadas para a promoção da sua autonomia econômica. Assim, o grande desafio é dar visibilidade às demandas das mulheres, criando espaços para elas participarem dos processos decisórios e, conseqüentemente, possibilitando que obtenham melhorias concretas nas suas condições de trabalho e maior autonomia em suas ações (BURG, 2005).

Nesse sentido, tem-se observado muitas mulheres em processos locais de comercialização, elas têm inserindo sua produção através de sua participação em organizações coletivas de mulheres ou mistas. De acordo com Dantas (2005) esses avanços estão relacionados a mudanças, ainda que pequenas no reconhecimento de sua presença na esfera pública, bem como a atuação de instituições que trabalham com extensão e bem estar rural. Nesse sentido, incentivar, promover e auxiliar a inserção das mulheres rurais em outros espaços significa inseri-las na esfera pública, uma vez que o processo de participação qualifica sua ação política. O grupo produtivo surge, então, como uma possibilidade de mudança, um caminho capaz de mudar os significados dos conflitos de gênero vivenciados em ambas as esferas.

Assim, o papel do Estado torna-se fundamental, uma vez que pode criar condições para o desenvolvimento rural, por meio de políticas públicas destinadas às comunidades rurais, em especial às mulheres. Se faz necessário o esforço de associar governo e sociedade civil em prol da superação dos atuais limites e conseguir impulsionar as transformações necessárias para a conquista da efetiva igualdade de gênero.

Uma política relevante para os agricultores familiares é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que foi construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003. Nesse contexto a Secretaria da Agricultura Familiar incluiu dentre as metas obrigatórias ações de apoio à organização produtiva de mulheres rurais nos convênios e contratos celebrados com as redes nacionais e regionais de assistência técnica no país (MDA, 2005).

Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), a PNATER foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, considerando elementos como gênero e o papel das organizações governamentais e não governamentais.

2.6. Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

A extensão rural no Brasil surgiu no pós-guerra, no Estado de Minas Gerais, como resposta do Estado a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo, conjugando crédito rural, conhecimento tecnológico e difusão de técnicas agropecuárias, através de assistência técnica (FERNANDES, 2014).

O serviço de assistência técnica e extensão rural focalizou, em seu início, a atenção na importância da adoção de novas tecnologias agropecuárias pelo produtor, procedimento que era considerado como única alternativa para o desenvolvimento do meio rural, seu objetivo era “promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura”, fazendo parte das estratégias voltadas à política de industrialização do país.

A ATER foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Sua metodologia era baseada na comunicação e difusão, com a finalidade de transmitir princípios, regras, práticas e informações para o meio rural. Em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos Estados. Em meados da década 1970, estatizou-se o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), coordenado pela EMBRATER e executado pela empresa estadual de ATER nos estados, a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Neste contexto, acontecia o processo de modernização da agricultura, o que fez com que a metodologia de trabalho da ATER voltasse para a qualificação do trabalho no campo associado ao aumento de produtividade, permanência do princípio da transmissão de conhecimento, inovações tecnológicas disponíveis para a adoção da mecanização e do pacote agroquímico nas atividades agropecuárias. Assim, o conceito de desenvolvimento restringia-se à noção de crescimento econômico, os principais indicadores de avaliação eram o aumento

da produção e da produtividade entendida como quantidade física produzida em relação à área física trabalhada. A tecnologia se destacava como único fator para o alcance de bons indicadores de resultados.

Este processo conduziu à desvalorização e desqualificação do conhecimento e do saber local, agindo de forma marginal ou inoperante no reconhecimento das especificidades e na orientação da agricultura familiar. Como resultado, pode-se observar a precarização do trabalho rural, o êxodo rural, mudanças na relação campo-cidade, abertura das fronteiras agrícolas e um elevado passivo ambiental.

Em 1990, a EMBRATER foi extinta, o SIBRATER desativado, abandonando-se os empenhos para garantir a existência de serviços de ATER no país. A participação financeira do Governo Federal, desde os anos 90, diminuiu abruptamente, passando a ser mínima em relação ao orçamento das empresas de ATER do setor público ainda existente. Na ausência do apoio federal aos serviços oficiais de ATER e diante da inexistência de uma política nacional para o setor, alguns estados da federação reestruturaram os serviços dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais. Nesse mesmo período, surgiram e expandiram-se várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não governamentais e por organizações de agricultores, entre outras.

O afastamento do Estado e da diminuição da oferta de serviços públicos de ATER ao meio rural revelou a insuficiência destes serviços em atender a demanda da agricultura familiar e dos demais produtores que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste.

Em 1995, com a realização em Brasília do Seminário Nacional Agricultura Familiar e Extensão Rural e com a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) é que se iniciou uma reestruturação da ATER no Brasil, culminando, em 2003, com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), em que é reestabelecida a missão da Assistência Técnica e Extensão Rural:

“Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade

(MDA, 2005, p. 09).”

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) norteia as ações do governo federal direcionadas para a qualificação, reorganização e fortalecimento dos serviços de ATER no Brasil. Compreende a Extensão Rural como um processo formativo, educativo e organizacional de agricultores e agricultoras familiares e como um importante serviço de apoio a transição do modelo atual de desenvolvimento rural para modelos mais sustentáveis. Reconhece como responsabilidade do Estado a manutenção deste serviço enquanto uma política pública e gratuita.

Adota um paradigma tecnológico baseado na transição agroecológica, na conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Ao considerar a diversidade das populações que compõem o universo da agricultura familiar define diretrizes, orientações estratégicas e metodológicas direcionadas para a inclusão social e a promoção da igualdade entre homens e mulheres. De acordo com a PNATER:

“As ações de Ater pública devem auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania. Para tanto, a Política de Ater reconhece a pluralidade, as diferenças regionais, a diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural e nos diferentes territórios, abrindo espaço para experiências de caráter bastante variado [...]. (MDA, 2005, p.06)”

Deste modo, a intervenção dos agentes de ATER deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. Isso se traduz, na prática, pela capacitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos.

Nesse processo, o meio rural se aproxima de uma dinâmica territorial, que enseja modelos e/ou arranjos produtivos que valorizem a identidade local, os recursos naturais, o capital humano e social existentes. Dessa forma, o desenvolvimento rural não significa necessariamente a urbanização rural - que não pode ser confundido com revalorização do espaço rural – e muito menos a implantação somente de uma agricultura moderna, pois depende da forma como se insere nos processos de integração local e global e de sua articulação com o meio rural (SOARES, 2006).

Para Abramovay (2007), é necessário que a intervenção da Extensão Rural valorize o territorial e não setorial:

“É aí que reside o segredo da abordagem territorial - há um tecido social a ser valorizado pela ação pública que exige cooperação entre os atores, para que consigam implantar um conjunto de bens públicos capazes de valorizar o que o território tem de melhor. (ABRAMOVAY, 2007, p.11)”

Assim, o desafio central para a atividade da Extensão Rural, na atualidade, é compreender a complexidade e a diversidade das regiões rurais, direcionando as suas ações para a construção das relações econômicas, sociais, culturais e políticas necessárias aos processos de desenvolvimento territorial.

Neste sentido, construir propostas que promovam a igualdade entre mulheres e homens implicam em reconhecer que a ATER é instrumento de extrema importância para o fortalecimento da organização econômica e da construção da autonomia das mulheres, assim como, da transformação das relações de desigualdade. Faz-se importante a intervenção com a abordagem de gênero, uma vez que esta pode gerar condições, a partir de acompanhamento técnico e capacitação do público beneficiário, para o incremento da diversificação da produção com base em alimentos tradicionais nas propriedades, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional da família e grupos sociais envolvidos, com melhoria da qualidade de vida de seus membros, e ao tratar questões relacionadas à organização das mulheres em grupos produtivos.

Segundo Butto (2011), as estratégias escolhidas para ampliar e fortalecer a participação econômica das trabalhadoras rurais através do acesso aos recursos produtivos, da sua participação social e da promoção da cidadania, contaram com a integração com os principais Programas do Ministério, quais: o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Programa Brasil Quilombola e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – além da criação de ações finalísticas, que também incluíram outros órgãos federais, além de governos estaduais e locais.

A autora ainda chama a atenção para o investimento público orçamentário para as políticas destinadas as mulheres rurais. Constatou-se a ampliação relevante dos recursos no Plano Plurianual 2008-2011 no que se refere às mulheres trabalhadoras rurais. Essa dotação orçamentária foi distribuída em dois programas governamentais: 1) Programa de Assistência

Técnica e Extensão Rural, por meio da ação Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais e; 2) Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres, por meio da ação Organização Produtiva de Mulheres Rurais e da ação Documentação da Trabalhadora Rural. No que diz respeito ao total de recursos investidos, passou de 8 milhões, no Plano Plurianual 2004-2007, para 180 milhões acumulados do período coberto pelo PPA 2008-2011.

Apesar de muitas mulheres ainda se encontrarem na invisibilidade no campo, alguns indicadores começam a se modificar, como, por exemplo, a ampliação de 31,5% dos rendimentos das mulheres em 2006 em relação a 2004. O que pode ser visto como consequência dos programas de governo implementados nos últimos anos (BUTTO, 2011).

Com o intuito de consolidar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural para as mulheres rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE) e da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), apresenta o documento referencial - Assistência Técnica e Extensão Rural Para Mulheres: Contribuição à Política Nacional de ATER (PNATER).

Esta política se apoia numa pedagogia de promoção da igualdade entre homens e mulheres, por meio de: a) adoção de metodologias que reconheçam e estimulem a participação e o protagonismo das mulheres na elaboração de projetos de desenvolvimento e nos processos produtivos, através do fortalecimento da participação delas na gestão coletiva e, desconstrução da noção do trabalho das mulheres como ajuda; b) valorização e aprimoramento dos conhecimentos existentes, que permita a diversificação dos serviços e das atividades produtivas de base familiar e coletiva, tendo em vista a realização de atividades agrícolas e não agrícolas sustentáveis econômicas e ambientalmente por parte das mulheres e que promova inovações tecnológicas, quando for uma necessidade identificada pelas próprias mulheres.

O referido documento defende que a ATER não deve ser pensada como um fim em si mesmo, e sim como parte de um projeto de construção de um modelo de desenvolvimento rural baseado na igualdade, na solidariedade e na democracia. O documento ainda retrata que o envolvimento das mulheres propiciou, embora que de forma minoritária, mudanças significativas no ambiente familiar, principalmente na melhor distribuição do trabalho doméstico, e destacam duas ações de fortalecimento econômico das mulheres, quais:

“A *Geração de Renda e Agregação de Valor* (...) intervindo na qualificação dos processos produtivos, seja na melhoria da qualidade dos produtos, seja na sua apresentação e divulgação, visando ampliar e/ou inserir a produção das mulheres em diferentes mercados. A *Gestão Econômica* das mulheres é

realizada através das capacitações e o assessoramento às mulheres para a gestão econômica, administrativa e financeira da sua produção, a promoção do seu maior empoderamento econômico, desenvolvendo habilidades que lhes permitam atuar com maior poder de decisão e autonomia. (MDA, 2005, p. 15)”

Os projetos de ATER para mulheres visam o fortalecimento da autonomia, a organização popular e a valorização dos saberes locais com a intencionalidade de realizar as atividades com base nos princípios de metodologias participativas, criando um ambiente de identidade, solidariedade e cumplicidade entre as mulheres rurais, considerando os saberes e conhecimentos acumulados pelas próprias mulheres, estimulando e criando condições para o envolvimento das beneficiárias, desde a sua elaboração, monitoramento, até a avaliação.

Atualmente, percebe-se que a assistência técnica e extensão rural direcionam uma importância maior a questões como gênero, meio ambiente, capacitação, profissionalização, organização e meio ambiente como fatores de desenvolvimento, em vez de privilegiar apenas a tecnologia agropecuária. A capitalização do setor passou a incorporar, além do crédito rural propriamente dito, preocupações como a organização do homem e sua família para a produção em escala, o beneficiamento da produção com objetivo de obter agregação de valor à produção, a valorização da produção cultural, a inclusão de atividades geradoras de renda não agrícola, e o consequente aumento do faturamento do agricultor no espaço rural.

Nesse contexto, o papel da extensão rural passa a ser o de provocador e auxiliador das mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural. Navarro (1999) explica que na extensão rural, a equipe extensionista, caso pretenda obter bons resultados, deve trabalhar em nível de comunidade com diagnóstico rural, lembrando que cada comunidade é diferente, levando esse diagnóstico a um planejamento, para que o próprio homem rural possa atuar como ator de sua própria mudança. Todavia, o agente de mudanças – o extensionista rural – deve entender a necessidade de assumir, cada vez mais, o papel de auxiliar o desenvolvimento local, por um lado, incorporando no seu dia a dia os interesses dos agricultores, suas famílias e suas organizações e, por outro lado, colocando-os acima dos interesses da instituição da qual faz parte.

Um das instituições que trabalham nessa perspectiva de atuação é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Estado de Minas Gerais - EMATER-MG.

2.6.1. O papel da EMATER-MG

A EMATER-MG foi criada em 1975 e desde então tem como o objetivo “planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, buscando difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida no meio rural do Estado de Minas Gerais, de acordo com as políticas de ação do governo estadual e federal” (EMATER, 2011).

Em decorrência da crise econômica de 1979, ocorreram mudanças no público alvo atendido pela EMATER-MG, que desde então passou a atender pequenos e médios produtores para produção de alimentos básicos. A responsabilidade de assistir os grandes produtores foi direcionada para as empresas privadas de assistência técnica. No entanto, na década de 90 a empresa volta a oferecer serviços aos médios e grandes produtores, com o propósito de gerar recursos adicionais, para ampliar e melhorar o atendimento aos produtores rurais de agricultura familiar. Ainda na década de 90, ela passa por um processo de modernização incorporando a visão de foco no cliente e nos resultados desejados, definindo sua missão e seus objetivos estratégicos.

A EMATER–MG é uma empresa pública, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira. Encontra-se vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. É responsável, em parceria com o poder público municipal, estadual e federal, pela implementação de políticas públicas e ações de assistência técnica e extensão rural voltada para o desenvolvimento rural sustentável, em mais de 92% dos municípios mineiros.

Atualmente a EMATER é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária – MDA, consolidando-se como Empresa de Desenvolvimento Sustentável, tendo um papel destacado na construção e implementação de políticas públicas. É um dos instrumentos do governo de Minas Gerais para a ação operacional e de planejamento no setor agrícola do estado, especialmente para desenvolver ações de extensão rural destinadas aos produtores de agricultura familiar.

De acordo com Relatório de Atividades 2011 o apoio à agricultura familiar é consequência:

“[...] de uma política estratégica para garantir segurança alimentar e nutricional, proporcionar a inclusão social de grupos marginalizados e permitir o desenvolvimento sustentado de toda a sociedade mineira. Para tanto, a EMATER–MG desenvolve suas ações em parceria e de forma integrada com o Sistema Operacional da Agricultura de Minas Gerais; os produtores rurais, suas formas associativas e suas entidades de classe; as diversas organizações e empresas do setor privado e público e,

especialmente, com o Poder Público Municipal. (EMATER, 2011, p. 14)”

Dentre os resultados buscados pela EMATER estão: a melhoria da qualidade de vida e condições de produção dos produtores de agricultura familiar, a inclusão social de grupos e comunidades rurais, por meio de programas geradores de emprego e renda e as ações de organização rural para o desenvolvimento com sustentabilidade e atendimento aos direitos de cidadania.

Vale destacar a missão da instituição: “Promover o desenvolvimento sustentável, por meio da assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira” (EMATER, 2011, p. 09). Nesse sentido, mais do que procurar promover a assistência técnica, a EMATER–MG tem a preocupação com a melhoria da produtividade e da qualidade dos agricultores familiares.

A EMATER–MG, coerente com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, adota em sua prática extensionista, procedimentos metodológicos participativos que possibilitam realizar diagnósticos da realidade municipal nos aspectos socioeconômicos e ambientais e o envolvimento dos agricultores e parceiros na construção de estratégias e implementação de ações que visam superar os desafios e potencializar as oportunidades identificadas.

A instituição, assim, trabalha com o intuito de fortalecer a agricultura e o agronegócio, a valorização das famílias e a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira, com o compromisso da sustentabilidade, de forma a conciliar desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente.

A EMATER–MG, atualmente, atende 400 mil agricultores e, para a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão, conta hoje com 2.027 profissionais, atuando em 793 municípios, tendo em sua estrutura operacional 32 Unidades Regionais, 06 Unidades Verde Minas – com prioridade em educação ambiental – e 01 Unidade Central em Belo Horizonte.

O serviço de assistência técnica e extensão rural são prestados prioritariamente a agricultores familiares e suas organizações, sendo atendidos também pela EMATER-MG, médios, grandes produtores e público urbano. A EMATER-MG deve responder às necessidades dos agricultores, de suas famílias e organizações, com ênfase em:

- Produção agropecuária com inclusão socioeconômica e produtiva de agricultores e jovens rurais;

- Assessoramento técnico às unidades individuais e coletivas de beneficiamento e processamento de alimentos;
- Organização e fortalecimento das formas associativistas de grupos de interesse, associações, cooperativas e conselhos de gestão;
- Acesso às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural;
- Comercialização da produção com inserção da agricultura familiar no mercado;
- Preservação do meio ambiente e educação ambiental;
- Segurança alimentar e nutricional das famílias;
- Gestão dos empreendimentos familiares e coletivos;
- Implementação de políticas públicas com aplicação de recursos para melhoria de vida do agricultor familiar;

Estas propostas têm um forte conteúdo de mobilização e organização social, explicitados nas suas estratégias: privilegiar o uso de metodologias participativas; valorizar os distintos saberes (científico e popular); incorporar uma visão holística (que compreenda os processos socioeconômicos em sua relação com o ambiente); estimular dinâmicas de participação ativa das populações, através de diagnósticos e planejamentos em conjunto; estimular parcerias em todos os níveis; estimular formas associativas; respeitar as diferenças de gênero, de culturas, de grupos de interesses; buscar a inclusão social; tomar o agroecossistema como uma unidade básica de análise, planejamento e avaliação dos sistemas de produção agrícola; apoiar a implementação da Reforma Agrária e o fortalecimento da Agricultura Familiar.

Essas ações são empreendidas de forma articulada com o poder público – municipal, estadual e federal – e integradas com demais parceiros, o que possibilita o alcance de resultados favoráveis para dinamização da economia local, redução das desigualdades regionais, promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis e melhoria da qualidade de vida da população rural.

A EMATER-MG, apesar de não colocar como prioridades do seu trabalho a questão de gênero, trabalha com o intuito de ampliar o acesso das mulheres rurais às políticas públicas. O serviço de assistência técnica e extensão rural atuam também na formação e na qualificação nas atividades produtivas e no fortalecimento da organização coletiva econômica desse público. Todavia, a capacidade de organização e de mobilização das mulheres é algo fundamental que deve ser levado em conta quando falamos em propostas alternativas de desenvolvimento, como é o caso da agricultura familiar (LOVATTO et al., 2010).

A EMATER–MG, encontra-se presente no Município de Itajubá desde 1997, e de acordo com seu Relatório de Atividades 2013 “vem participando ativamente, com a Prefeitura e Câmara Municipal, agricultores e demais instituições parceiras, no processo de construção de estratégias e implementação de ações para o desenvolvimento sustentável do município” (EMATER, 2011).

O município de Itajubá encontra-se situado na região Sul de Minas, ocupa uma área de 294,835 km² e apresenta, segundo o censo IBGE 2010, população de 90.658 habitantes, dos quais 7.896 residem no meio rural, o que representa 8,71% da população total (IBGE, 2019).

Uma das políticas públicas já executadas pela EMATER-MG de Itajubá-MG foi o Programa Minas Sem Fome (PMSF). O referido programa é um subprograma do programa Fome Zero voltado para o combate à fome e desnutrição de famílias e pessoas do meio rural e de periferias urbanas. O objetivo é implementar ações que contribuam para a inclusão da população de baixa renda no processo produtivo, especialmente agricultores familiares, tendo como finalidade implementar ações que possibilitem às populações vulneráveis à fome e à desnutrição o acesso aos meios para produzir alimentos componentes da cesta básica para consumo e como alternativa de incremento de renda, visando assegurar a segurança alimentar e nutricional dessa população, de forma permanente e sustentável, nesse sentido, o programa incentiva a produção de alimentos, agregação de valor e geração de renda.

Um dos componentes de atuação do PMSF é a implantação de projetos de produção de alimentos, diversificação econômica, processamento de alimentos e geração de renda. O trabalho é realizado por técnicos locais da EMATER-MG que capacitam os agricultores, em termos de melhoria da produção, como a forma correta de plantio, boas práticas de produção, valor nutritivo dos alimentos, entre outros, com o objetivo de promover a geração de renda e agregação de valor ao produto rural dessa família.

Tais projetos buscam incluir a população em situação de vulnerabilidade nos processos produtivos e nos mercados locais e regionais, com a implementação de projetos de produção de alimentos, diversificação econômica e de geração de ocupação de renda, visando garantir o auto abastecimento de alimentos de quantidades e qualidade, autonomia na produção e o fortalecimento da solidariedade e das formas organizativas dos grupos envolvidos. Os projetos são implementados, por meio de associações e organizações comunitárias, que são responsáveis pela sua gestão. Além disso, busca o estabelecimento de parceria com as comunidades rurais e com entidades da sociedade civil organizada, por meio da capacitação dos beneficiários, tanto em aspectos técnicos de produção quanto em

organização e gestão social, bem como a valorização das entidades representativas dos agricultores e o fortalecimento da parceria com os municípios.

O PMSF juntamente com a EMATER-MG visa fornecer aos agricultores familiares segurança alimentar, meios para a geração de trabalho e renda, com vistas à melhoria da qualidade de vida dessa população.

Nesse sentido, O Programa Minas Sem Fome foi uma iniciativa do governo de Minas executados pela Empresa Técnica de Extensão Rural- EMATER-MG, com apoio das prefeituras. É evidente a importância do poder público no desenvolvimento de organizações socioprodutivas, devido às inúmeras dificuldades encontradas pelos agricultores/as familiares. Um dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER-MG de Itajubá-MG, com o auxílio do PMSF e em parceria com a Prefeitura Municipal de Itajubá e agricultoras familiares do Município de Itajubá é a organização socioprodutiva de agricultoras familiares da Loja “Direto da Roça”.

O grupo produtivo “Direto da Roça” foi criado em 2002 e encontra-se localizado no município de Itajubá, estado de Minas Gerais. A atividade produtiva desenvolvida é a agroindustrialização de produtos vegetais e de origem animal, onde se tem como produto final geleias, doces, conservas, bolo, roscas, biscoitos, bolachas, queijo e demais produtos. O grupo foi constituído por 22 mulheres, em sua maioria casadas e com idade entre 31 e 60 anos. O número de integrantes diminuiu para 17 – algumas produtoras saíram ao se aposentar, outras começaram a trabalhar sob encomenda – mas há perspectiva de ampliar o número de participantes. A Loja existe há mais de dez anos no Município de Itajubá, conta com a assistência técnica semanal da EMATER-MG como forma de garantir a comercialização de produtos oriundos da propriedade rural, com valor agregado. A Loja foi criada com o objetivo inicial de gerar trabalho e renda para essas agriculturas familiares.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1. Metodologia

O campo empírico da pesquisa são as agricultoras familiares do grupo “Direto da Roça” do Município de Itajubá, como um modo de organização, baseada em princípios solidários de alternativa de trabalho e renda. O universo da pesquisa foi composto pelas agricultoras familiares do “Direto da roça” e suas parceiras, especialmente com a EMATER-MG.

A metodologia adotada para desenvolvimento desta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso caracterizado por Yin (2005) como uma investigação empírica que analisa o objeto de estudo em seu contexto real. A pesquisa qualitativa foi escolhida, uma vez que:

“[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, medidas e estatísticas. (MINAYO, 1994, p.21-22)

Trata-se de uma abordagem que procura entender uma dada realidade, a partir da compreensão das relações existentes entre diversos atores que vivem socialmente.

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais (VENTURA, 2007). De acordo com Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que envolve ao mesmo tempo planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

Uma vez abordado a prática do estudo de caso, é primordial destacarmos as técnicas e os instrumentos que contribuem com a coleta de dados. Nesse sentido, Martins destaca dentre as inúmeras técnicas e instrumentos:

Observação participante, entrevista, análise documental e pesquisa

etnográfica. A observação é um procedimento empírico e sensorial. Consiste em um exame minucioso que requer envolvimento e atenção do pesquisador na coleta e na análise dos dados. (MARTINS, 2008, p. 22)

O primeiro momento da pesquisa empírica aconteceu a partir da técnica de observação participante, no dia a dia das mulheres na Loja “Diretos da Roça”, tendo como objetivo conhecer as formas de organização, desde quando as mulheres abrem a Loja, bem como se dá a relação com as outras associadas e o fechamento da Loja (do caixa) no final do dia, considerando uma relação direta entre o pesquisador e o fenômeno que está sendo observado. Esta técnica:

[...] consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelos menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 1999, p.113)

A observação participante é importante na medida em que se pode conhecer como se dá a dinâmica de funcionamento das mulheres, permitindo, conforme Cruz Neto (1994, p.59-60), “[...]captar uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais importante e evasivo na vida real”.

A observação participante e a consulta a documentos contribuíram para compreender o sistema de comunicação, organização e gestão da Loja “Direto da Roça”. Foi possível observar o espaço físico, o modo como elas se organizam para sistematizar as vendas, fechamento do caixa e troca de turno. Vale salientar o testemunho de momentos de interação em diferentes ocasiões, tais como entrega de produtos, formas de relacionamento entre elas, troca de informações pelo Caderno de Recados.

O pesquisador também analisou a atuação da EMATER-MG no Município de Itajubá, a assistência técnica, o acompanhamento e a orientação de suas políticas de geração de emprego e renda relativa à questão de organizações socioprodutivas. Ainda foram analisados outros documentos secundários, como: cadernos de recados, arquivos relacionados a capacitações, álbuns de registros fotográficos e o Plano de Trabalho da Loja.

Outra técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada. Nesta pesquisa foram realizadas dezesseis entrevistas semiestruturadas com as agricultoras familiares do “Direto da Roça” e uma com a Extensionista de Bem Estar Social da EMATER-MG de Itajubá-MG. A entrevista com a Extensionista se fez importante, uma vez que ela esteve presente desde o

início da organização do grupo, participando ativamente das decisões e capacitações.

Segundo Cruz Neto (1994), a entrevista semiestruturada se caracteriza pela articulação das duas modalidades existentes: a estruturada, em que as perguntas são formuladas antecipadamente, e a não estruturada, em que o pesquisado aborda livremente o tema da pesquisa. A importância dessa técnica, segundo Cruz Neto (1994, p.57), está no fato de que “[...] a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais”.

As entrevistas foram realizadas de forma individual e agendadas a partir de um prévio contato, sendo solicitada a autorização através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido- TCLE para que elas fossem gravadas e transcritas na íntegra. As questões elaboradas para as agricultoras familiares solicitavam narrativas sobre a origem, estrutura, dia a dia e atuação na Loja, história de vida dos entrevistados e suas percepções e perspectivas sobre o trabalho coletivo (dificuldades, pontos positivos, negativos) em seu momento de fundação no passado e sua situação atual, o papel da EMATER-MG e do Poder Público nesse processo e as mudanças ocorridas na vida após a organização da Loja. Já para a Extensionista de Bem Estar Social Rural as questões versavam sobre o papel da EMATER-MG, surgimento da ideia da Loja, os parceiros, as capacitações, assistência técnica e extensão rural.

Optou-se por preservar a coloquialidade da fala dos entrevistados, e assim aproximar a expressividade dos indivíduos ao leitor. A transcrição pretendeu reproduzir, de forma íntegra as expressões utilizadas. Este procedimento está de acordo com as contribuições de Weiss (1995), de que o leitor poderá ser iludido se o pesquisador interferir na fala do entrevistado: “[...] o relatório escrito deve assegurar uma transcrição fiel ao pensamento dos sujeitos e ao seu modo característico de se expressarem” (WEISS, 1995, p. 194).

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e sua análise foi realizada dentro de uma abordagem interpretativista, a qual sobressai o olhar das agricultoras familiares (BERGER e LUCKMANN, 2004).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. Organização de mulheres “Direto da Roça”

A organização de mulheres do “Direto da Roça” é uma associação informal formada por mulheres agricultoras familiares do município de Itajubá-MG. Tais agricultoras vêm produzindo e comercializando produtos processados de origem rural, como queijo, pães, bolachas, bolos, compotas etc., há mais de dez anos. A iniciativa conta com o apoio da EMATER-MG e Prefeitura Municipal de Itajubá desde seu início, e tem como objetivo a geração e trabalho e renda e agregar valor aos produtos de origem rural.

Considerando que esta dissertação tem como objetivo principal identificar os fatores condicionantes do processo de organização do grupo “Direto da Roça” do Município de Itajubá-MG, desde o seu surgimento em 2003/20014 até a atualidade, o roteiro proposto para a pesquisa de campo busca entender como as mulheres agricultoras familiares do “Direto da Roça” se organizam para administrar a Loja e qual o impacto desse trabalho na vida das mesmas. A imagem a seguir apresenta a parte frontal da Loja, onde se encontra a porta de entrada.



Figura 1 - Loja “Direto da Roça”.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Partindo das considerações metodológicas já apontadas na seção anterior desta pesquisa, cabe agora reiterá-las, afim de que se possa justificar nossa abordagem metodológica, tendo em vista o tipo de análise realizada nesta pesquisa, na qual foi priorizado o uso de método qualitativo. Isso significa que se busca observar, conforme Minayo (1998, p.22), o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos”.

Levando em consideração esta dinâmica, foi utilizada como principal técnica desta pesquisa a entrevista individual, semiestruturada e, apesar do uso de um roteiro pré-estabelecido, optou-se diante de cada narrativa as possibilidades da entrevista estender-se ou

não a respeito de determinada pergunta. Também foi utilizado um questionário fechado, que buscou identificar o perfil das agricultoras familiares.

As entrevistas com as agricultoras familiares só foram realizadas após concordância das mesmas, bem como agendamento prévio (dia e horário, conforme a disponibilidade), feito com a colaboração da extensionista de Bem Estar Rural da EMATER-MG. A primeira sessão da entrevista aconteceu com a extensionista de Bem Estar Social da EMATER-MG, mentora do projeto que se tornou a Loja “Direto da Roça”, e a segunda sessão com as agricultoras familiares. As entrevistas tiveram início em meados de Fevereiro de 2014, sendo finalizadas em Maio de 2014. O período da entrevista se fez longo, pois o acesso as mulheres ocorreu juntamente com o dia de receber o pagamento, que ocorre de quinze em quinze dias, e às vezes uma vez ao mês.

Para contribuir com eficiência dos relatos das entrevistas, utilizou-se o gravador como instrumento de apoio. Todavia, vinculou-se a prática do uso do gravador a de uma postura de respeito com a entrevistada, tendo em vista o que Smigay chama atenção: “o gravador pode ser aterrorizante para alguns” (SMIGAY, 2000, p. 151). Nesse sentido, o entrevistado que não se sentiu a vontade com a presença do gravador, este não foi utilizado. Nas entrevistas com as agricultoras familiares do “Direto da Roça”, apenas uma, do total de mulheres entrevistadas preferiu ser entrevistada sem o gravador, o que foi imediatamente atendido pelo pesquisador.

Sendo assim, procurou-se com a proposta metodológica tornar possível a captura das diferentes dimensões, impactos e dos significados da organização do grupo “Direto da Roça” tanto pelas mulheres, quando pela extensionista de bem estar social rural da EMATER-MG. Vale lembrar que a referida extensionista esteve presente em todos os momentos de construção da Loja, e que até hoje auxilia as agricultoras na organização do empreendimento. Por isso, se fez importante incluí-la na pesquisa.

4.2. Perfil das mulheres

Essa parte do trabalho apresenta o processo de construção da Loja, bem como as formas de gestão e organização das agricultoras famílias e as Instituições que participaram desse processo.

No Município de Itajubá-MG existe há 10 anos uma associação de mulheres, que se organizaram e hoje comercializam seus produtos na Loja “Diretos da Roça”. O processo de construção da Loja “Direto da Roça” se iniciou em meados do ano 2002, uma iniciativa da EMATER-MG com o apoio da Prefeitura Municipal de Itajubá.

A Loja “Direto da Roça” é composta por 17 agricultoras familiares associadas. O universo de pesquisa, porém, contou com a participação de 16 associadas, visto que uma delas não estava frequentando a Loja por motivos de saúde na família. Nesse sentido foram entrevistadas 16 agricultoras familiares no período de fevereiro a março de 2014.

Como já foi apontado, as entrevistas com as associadas só foram realizadas após concordância das mesmas, bem como agendamento prévio (dia e horário, conforme a disponibilidade).

A tabela a seguir apresenta o perfil das agricultoras de acordo com a idade, estado civil, fonte de renda e escolaridade.

Tabela 2 - Perfil das agricultoras familiares por idade.

IDADE	
31-40 anos	21,42%
41-50 anos	42,85%
51-60 anos	35,73%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 - Perfil das agricultoras familiares por estado civil.

ESTADO CIVIL	
Viúva	0%
União estável	71,41%
Casada	14,29%
Solteira	14,29%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 - Perfil das agricultoras familiares por fonte de renda.

FONTE DE RENDA	
Somente da Loja	64,29%
Outras	35,71%

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 5 - Perfil das agricultoras familiares por escolaridade.

ESCOLARIDADE	
Ensino fundamental incompleto	57,15%
Ensino fundamental completo	7,14%
Ensino médio completo	7,14%
Ensino médio incompleto	28,57%

Fonte: Elaboração própria.

Analisado o perfil das mulheres agricultoras familiares pode-se perceber que todas foram alfabetizadas. O fato de o grupo ser constituído por mulheres alfabetizadas permite que a forma de organização e gestão da Loja tenha êxito, uma vez que é necessário preencher fichas, caderno de controle e caderno de recados. A fonte de renda prioritária do trabalho na Loja pode apresentar a viabilidade do trabalho coletivo entre as agricultoras em detrimento de outras formas de geração de trabalho e renda. Sobre a faixa etária, a Loja não apresenta nenhuma agricultora com idade inferior a 31 anos de idade, isso pode estar relacionado com falta de jovens mulheres na agricultura (BRUMER, 2004, 2007; SIQUEIRA, 2004). Acredita-se que o estado civil seja uma informação importante, uma vez que o casamento não afetou o interesse em obter uma remuneração própria.

Conforme as informações apresentadas na tabela acima pode-se dizer que a Loja “Direto da Roça” é formada majoritariamente por associadas que se encontram entre 41 a 60 anos, casadas, com a renda, em sua maior parte, proveniente do trabalho associado.

4.3. Instrumentos de trabalho da Loja

Para organização e gestão do processo de comercialização, divisão dos lucros e fechamento de caixa as agriculturas criaram alguns instrumentos próprios de trabalho na Loja. Nesse sentido, segue as informações dos referidos instrumentos de trabalho utilizado na

organização e gestão da Loja “Direto da Roça”, com o objetivo principal de informar o leitor, uma vez que eles serão citados nas análises e discussões das entrevistas. Os instrumentos são:

- **“Cochinho”**: recipiente onde as agricultoras familiares colocam as etiquetas dos produtos vendidos. Quando o turno chega ao fim, elas retiram as etiquetas do “cochinho” para contabilizar os produtos vendidos de acordo com cada agricultora.
- **Etiquetas**: cada etiqueta contém o nome da produtora que fez o produto e seu respectivo valor.
- **“Canhotinho”**: é uma tabela impressa com o nome da cada vendedora e valor total vendido em cada turno. Existe um “canhotinho” por turno, e nele é anotado o valor de cada etiqueta retirada do “Cochinho”.
- **Ficha de vendas diárias**: No final do dia, uma ficha de vendas é preenchida somando a venda do dia inteiro. Essa Ficha é lacrada junto com a “Sacola”.
- **Sacola**: recipiente onde fica todo o dinheiro arrecadado por dia, junto com a ficha de vendas diárias. No final do dia essa sacola é lacrada.
- **Caderno de controle de vendas**: Antes de anotar no “canhotinho” a venda de cada agricultora, esse valor é registrado no caderno de controle de vendas.
- **Caderno de Recados**: meio de comunicação do grupo. Onde as agricultoras e a extensionista fazem sugestões, reclamações, passam informações, discutem e conversam entre si.

As imagens a seguir demonstram alguns dos instrumentos de trabalho da Loja: da esquerda para direita, na parte superior estão as etiquetas, na parte inferior a escala de trabalho, e do lado direito a Ficha de Vendas Diárias.

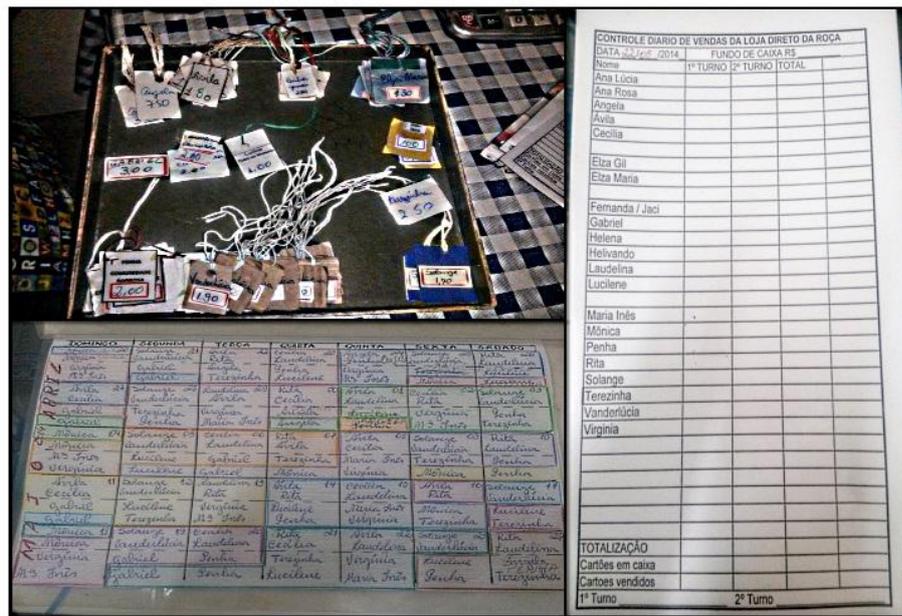


Figura 2: Instrumentos de trabalho da Loja “Direto da Roça”.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

4.4. O processo de organização da Loja “Direto da Roça”

O interesse das agricultoras em comercializar seus produtos surgiu após algumas capacitações oferecidas pela EMATER-MG através da implantação do Programa Minas Sem Fome. Com a conclusão dos cursos as agricultoras se sentiram capacitadas para comercializar seus produtos. A produção de quitandas, doces, compotas e artesanatos já faziam parte das raízes e do dia a dia de cada uma delas, praticá-los agora para comercialização e com base no princípio do trabalho coletivo era um desafio. Os estímulos para tal empreitada foram diversos, contudo a ideia surgiu, principalmente, da identificação feita pela extensionista de Bem Estar Social Rural da EMATER-MG de Itajubá-MG, de um grupo de agricultoras familiares que possuíam mão de obra capacitada e com interesse de comercializar seus produtos. Convencida da ideia de que era necessário organizar as agricultoras para comercializar seus produtos, a Extensionista de Bem Estar Social da EMATER-MG, Elza Maria Barros começou a averiguar formas de comercialização, que fossem justas e solidárias².

Eu dei muito curso pro Minas Sem Fome, daí ficou uma mão de obra capacitada e praticamente ociosa porque elas faziam as coisas só pra casa,

² Os trechos das entrevistas realizadas como parte do trabalho de campo serão apresentadas em itálico, sob recuo quando com mais de três linhas, ou inseridos no texto quando com três linhas ou menos.

e essa mão de obra poderia agregar valor aos produtos da propriedade e aumentar a renda da família. Aí, o gerente daqui conheceu um trabalho nesse estilo lá em Juiz de Fora, daí ele marcou uma excursão, porque eu queria fazer alguma coisa e não sabia o que, né? Então nós fomos a Juiz de Fora, conhecemos o trabalho de lá e eu copieei, “Ctrl C, Ctrl V”.

Assim, com a implantação do PMSF no Município de Itajubá-MG, o potencial de um grupo de agricultoras familiares foi reconhecido pela extensionista da EMATER-MG, que começou a articular o grupo para se organizar e iniciar a produção e comercialização de seus produtos. Foram realizadas muitas capacitações, principalmente relativas às boas práticas de produção de alimentos e visitas técnicas. Essas ações geraram muita expectativa nas agricultoras familiares, despertando o desejo de começar a comercializar seus produtos. Nesse contexto, a EMATER-MG, inspirada em uma experiência de organização de um grupo de mulheres no Município de Juiz de Fora - MG, teve a ideia de organizar o grupo de agricultoras familiares para a comercialização de produtos rurais, qual viria a ser a Loja “Direto da Roça”.

A extensionista Elza Maria relata que a EMATER-MG fez uma visita técnica ao Município de Juiz de Fora- MG, na qual observou desde o funcionamento da Loja, até o local onde estava em instalada:

Eu fui lá em Juiz de Fora, tinha dois pontos, um na rodoviária e outro no mercado e eu observei que no ponto da rodoviária entrava gente o tempo inteirinho e no mercado esse fluxo era menor, daí eu perguntei se tinha diferença das vendas e eles me informaram que na rodoviária era muito maior a venda. Daí eu já voltei com essa ideia fixa de abrir a loja na rodoviária.

Em seguida, a equipe local da EMATER-MG apresentou a ideia da Loja “Direto da Roça” para a Prefeitura Municipal de Itajubá - PMI, como explica a extensionista:

Daí eu falei com o prefeito, na época a rodoviária estava em reforma, aí eu pedi para o prefeito se era possível arrumar uma sala, ele disse que não teria problema e foi quando eu fiz o projeto e assegurei a loja na rodoviária. Eu acho que ficou quase dois anos para a rodoviária ficar pronta, eu não quis ir para outro lugar porque ele me ofereceu pra montar a loja em outro lugar, depois passar para rodoviária, mais não quis com medo de depois não dar certo. E na rodoviária é um lugar onde as pessoas ficam paradas, fazem uma hora, e acabam entrando na loja.

A extensionista relatou que não teve dificuldade alguma em conseguir um espaço para a Loja. E que após a confirmação da parceria da Prefeitura Municipal de Itajubá - MG foi elaborado o “Plano de trabalho para divulgação do Turismo, da agroindústria e Artesanato

Rural de Itajubá”, no ano de 2002, no qual as mulheres associadas ao grupo “Direto da Roça” e a Prefeitura Municipal de Itajubá - PMI se incluíram.

O referido Plano tem como objeto o convênio a ser celebrado entre a PMI e as associações rurais, cuja finalidade é promover a melhoria de renda das famílias rurais, por meio de agregação de valor aos produtos agrícolas e da oferta de produtos conservados e transformados, com qualidade garantida e sem o uso de aditivos químicos.

De acordo com o referido Plano, as metas a serem atingidas são:

- Aumento da renda das famílias, com conseqüente melhora na qualidade de vida;
- Fixação da família no campo;
- Capacitação periódica das famílias envolvidas no processo;
- Mobilização das comunidades, para produção e comercialização dos produtos;
- Divulgar a agroindústria e os artesanatos;
- Despertar e consolidar o espírito associativista em função do fator convergente que é a comercialização em conjunto;
- Consolidar a marca “Direto da Roça” como denominação de origem trazendo no seu bojo o produto de agricultura familiar, socialmente correto e isento de aditivos químicos.

O Plano fez a articulação entre as agricultoras familiares e o poder público, no qual a Prefeitura Municipal de Itajubá se comprometeu com o incentivo ao grupo de mulheres. O plano ainda definiu o papel da Prefeitura Municipal de Itajubá no processo de organização das agricultoras familiares do “Direto da Roça”:

- Cessão sem ônus da sala reservada para prefeitura municipal de Itajubá, localizado no terminal rodoviário;
- Fornecimento de material de escritório, em comodato, através da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Apoiar e incentivar as ações e implementação da Agroindústria;
- Promover o programa de incentivo ao Turismo Rural e Ecológico.

Assim, a PMI cedeu um ponto comercial na Rodoviária Interestadual de Itajubá para as mulheres comercializarem seus produtos. Uma vez assegurado o local para a comercialização, a equipe local da EMATER-MG iniciou o processo de organização das mulheres agricultoras familiares.

No primeiro momento a equipe local da EMATER-MG organizou uma reunião com todas as mulheres capacitadas (pela EMATER através do Programa Minas Sem Fome). Nessa

reunião foi apresentado o “Plano de trabalho para divulgação do Turismo, da agroindústria e Artesanato Rural de Itajubá” em parceria com a PMI. De acordo com Elza:

Eu fiz uma reunião com todas as mulheres capacitadas, tinha umas oitenta pessoas, que participaram da reunião. Eu mostrei a ideia, o que seria e tudo, então umas sessenta se interessaram, mas na hora que fui formalizar o grupo, o grupo tinha 40. Eu achei muita coisa, porque você trabalhar com um grupo grande fica complicado, mas eu falei “muita gente vai dar o seu fogo de palha, que muita gente tinha criança pequena, e não tinha assim um espírito empreendedor”. Então eu falei: vou deixar essas quarenta, mas sei que vai diminuir. Então, não deu outra, na realidade eu fiquei com 22 mulheres por um bom período de tempo. Era um número ideal, porque elas trabalhavam de 15 em 15 dias, mas a produção era direto e elas iam à loja pra ver o que estava faltando.

Assim, a Loja iniciou em 2002/2003 com 22 mulheres agricultoras familiares. Apesar de todas as mulheres associadas serem capacitadas pela EMATER-MG, depois da formação do grupo ocorreram algumas capacitações, no âmbito da assistência técnica e extensão rural, no sentido de tirar as dúvidas acumuladas no dia a dia da Loja, e auxiliar no planejamento e gestão da Loja.

[...] depois do grupo formalizado, elas teriam que aprender a trabalhar, inclusive para preencher aquelas fichinhas e tudo mais, e para poder ser um trabalho ordenado. Então essas capacitações eram feitas assim: vinha todo mundo pra receber toda semana, então meia hora, quarenta minutos, tinha uma reunião explicando e tirando as dúvidas.

Neste contexto, a extensionista atuou com uma postura comunicativa, com a intenção de fortalecer o grupo em um processo integral que incluiu o planejamento e a avaliação de ações que buscaram consolidar a organização do grupo.

Para a organização do funcionamento da Loja “Direto da Roça”, a extensionista Elza relata que não “copiou” totalmente a iniciativa de Juiz de Fora - MG, pois ocorreram várias adaptações nas formas de organização e gestão da Loja de Juiz de Fora para a construção da Loja “Direto da Roça” “lá em Juiz de Fora, algumas coisas eram feitas diferente e eu adaptei para a loja daqui”, o que em sua opinião facilitou o trabalho do grupo. Pode-se dizer, assim, que ocorreu a apropriação, adaptação e a recriação do conhecimento a partir das referências locais, gerando resultados mais ricos e duradouros (FONSECA, 2010).

Nessa perspectiva, Fonseca (2010) afirma que repetir experiências de sucesso tenderá a ser um processo profundamente inovador, com resultados também inovadores, e sua disseminação tende a gerar mudanças estruturais, principalmente no tocante a exploração dos

recursos naturais e na distribuição social, o que pode ser considerado uma Tecnologia Social - TS, uma vez que o efeito inovador da TS não reside necessariamente no ineditismo, mas também na sua capacidade de reaplicação de experiência assertivas em outras localidades.

A reaplicação de TS consiste na ideia de que o processo é e/ou deve ser de reinvenção da própria TS de acordo com a realidade, cultura e especificidade de cada local (FONSECA, 2010). Adaptações inteligentes e espírito inovador explicam por que se fala em reaplicação, e não em replicação, de Tecnologias Sociais. Assim, adaptar a iniciativa da EMATER-MG do município de Juiz de Fora - MG para o município de Itajubá pode ser considerado uma reaplicação de Tecnologia Social. Para além da reaplicação de TS, pode ser considerada também uma Inovação Social, uma vez que a iniciativa conseguiu organizar um grupo em associadas de seu próprio negócio.

Com o passar dos anos a Loja “Direto da Roça” também sofreu algumas modificações, de acordo com o aperfeiçoamento e satisfação das necessidades das agriculturas. Quando tiveram início as atividades da Loja, o horário de atendimento era das 8 horas às 22h30min, todos os dias da semana. Contudo, com o decorrer dos anos esse horário de funcionamento foi se alterando, até chegar a um horário que gerasse consenso entre as agricultoras familiares.

Em uma reunião elas pediram pra fechar as 10 da noite, em outra reunião pediram pra fechar as 9, e na última pediu pra fechar as 8 (...) Reunião que a gente faz umas vez no ano (...) E então a gente vê o que elas não estão satisfeitas, o que poderia melhorar, então eu acolho a opinião delas. O que eu digo pra elas sempre é “loja fechada não vende” então “tem que estar aberta”.

Na fala da entrevistada, percebe-se que apesar da EMATER-MG participar e até mesmo conduzir o processo de organização da Loja, uma vez não satisfeita, as agricultoras familiares modificam o funcionamento da Loja, da maneira que considerarem melhor. Contudo, a extensionista alerta que é necessário estar sempre fortalecendo e assessorando as produtoras, pois:

Elas muitas vezes vêm pra cidade e muitas vezes precisam pagar uma conta, ir ao supermercado, e fazer alguma coisa ou outra, fecha a loja pra ir fazer, então eu canso de dizer que isso tem que fazer fora do horário da loja, então eu sou meio que firme com elas, porque elas não entendem que aquilo é delas, elas não têm esse espírito empreendedor de ver que “eu estou trabalhando no meu negócio, se eu não estou trabalhando bem, eu é que perco”, então algumas têm esse espírito, mais não são todas. E com isso eu tenho que ficar meio que de chefe, elas falam “ah, é a Elza que resolve” e eu falo “gente, isso aqui é seus, eu só ajudo a administrar”.

A extensionista entrevistada ainda explica que esse é um dos papéis da EMATER-MG, trabalhar com o incentivo e fortalecimento de organizações, associações, que o acompanhamento do trabalho desenvolvido é uma parte imprescindível para o êxito da mesma “*a EMATER deve continuar a orientar a produção, que é justamente para poder agregar o valor ao produto. O papel da EMATER é o aumento da renda do produtor rural, de geração de emprego e renda, e também de Economia Solidária da loja*”. Por esse motivo, de acordo com a extensionista, há 10 anos a EMATER-MG acompanha o trabalho feito pelas produtoras da Loja. A extensionista reforça que a continuidade da extensão rural contribui para o fortalecimento da gestão, organização e na relação entre as agricultoras, uma vez que, ao longo do tempo, pode acontecer de as mesmas irem estremecendo as relações.

A extensionista, ainda chama atenção para o fato de que a falta de continuidade da assistência técnica e extensão rural pode ser uns dos fatores da não longevidade de algumas associações. Contudo, vale destacar essa realidade por dois ângulos de análise, primeiro, a necessidade de emancipação dos grupos associativos, no sentido de construir com as associadas uma postura pautada na autogestão, incentivá-las a construir o “espírito inovador” mencionado pela própria entrevistada. O segundo ângulo diz sobre a necessidade do apoio da assistência técnica e extensão rural, sem proporcionar a dependência do grupo. O desafio encontra-se em continuar apoiando o grupo, fornecendo capacitações, cursos, e ao mesmo tempo promover e incentivar a independência e a prática da autogestão do mesmo.

A forma de intervenção da EMATER-MG na Loja também sofreu algumas alterações com o passar do tempo. A extensionista entrevistada explica que no início ela frequentava a Loja diariamente, pois as produtoras sentiam dificuldade de fechar o caixa, principalmente no segundo turno, quando na maioria das vezes só restava uma produtora na Loja. Então, no final do expediente, que era 22h30min, a extensionista auxiliava no fechamento do caixa. Entretanto, essa situação foi se modificando, pois as produtoras foram se familiarizando com o trabalho na Loja, não necessitando mais de orientação nesse sentido.

Atualmente, a extensionista relata que vai à Loja para recolher o dinheiro e fazer o pagamento das agricultoras, o que geralmente é feito de quinze em quinze dias, o que foi determinado por elas mesmas; a extensionista também faz a escala de trabalho mensal das produtoras e imprime os “canhotinhos” de controle de venda, além de prestar assistência técnica às propriedades.

As intervenções feitas pela EMATER-MG na organização e gestão da Loja, segundo Elza, sempre respeitam as especificidades de cada agricultora, no que diz respeito às escalas de trabalho na Loja. A extensionista relata:

Considero as disponibilidades de cada mulher (...) considero os dias que ela não pode trabalhar, e elas tem a oportunidade de trocar com outra associada. Primeiro eu faço a escala de sábado e domingo, colocando todas para trabalhar sábado e domingo, pra não acontecer de alguém ficar sem trabalhar final de semana. Aí eu começo a fazer durante a semana, eu vou colocando as outras associadas para completar.

No que diz respeito à organização para o funcionamento da Loja, não ocorreram muitas mudanças, de acordo com a entrevistada “do jeito que começou continua até hoje. Os canhotinhos, aqueles controles de turno, caderno de recados, desde o início da loja já tinha”.

O funcionamento da Loja, de acordo com Elza ocorre da seguinte forma: todos os produtos têm uma etiqueta onde consta o valor e o nome de quem o produziu. Quando se vende o produto, essa etiqueta fica na Loja, para depois contabilizar a quantidade de venda de cada produtora. Assim existe o caixa com o dinheiro e o caixa (“cochinho”) que fica com as etiquetas. O serviço é organizado por turnos, primeiro turno das 8 horas às 13 horas, e o segundo turno das 13 às 18h30min. Em cada turno são escaladas duas produtoras, que tem a responsabilidade de conferir a venda do turno anterior, fazer a venda do seu turno, o fechamento do caixa, a divisão de produtos vendidos por produtoras e deixar vinte reais como fundo de caixa.

Além de anotar no “canhotinho” a quantidade de vendas por produtoras, as responsáveis por cada turno anotam no Caderno de Controle, a quantidade de produto de cada produtora, o valor de cada um e a soma, como explica Elza:

Quem entra no segundo turno, vai e confere para ver se tem os 20 reais para ela trabalhar, aí ela vai e vê se está anotado no caderno grande, porque quando ela (a do turno anterior) vai somar as vendas, ela anota no caderno e coloca as fichas lá, então ela vai ver se pra cada associado, por exemplo: “Aline: tem 10 fichas de um real”, aí ela vai ver se esta marcado 10 fichas de um real igual a 10 reais no caderno, e vai até o “cochinho” ver se tem 10 fichas mesmo. Porque de repente ela coloca a quantidade de fichas certas no caderno, mas com a soma errada. Então quem trabalhou no segundo turno deixa tudo lá para quem chegar no primeiro turno conferir”.

Dessa forma, cada turno é finalizado pelas produtoras do turno seguinte. As produtoras trabalham em média duas vezes por semana, no período de um turno na Loja, onde estão expostos todos os produtos. No restante da semana trabalham com seu próprio produto em casa e, em alguns casos, trabalham em outro local. Durante a semana um dos técnicos da EMATER-MG faz visitas nas propriedades para acompanhar o processo de produção dos

produtos, também acontecem capacitações periódicas, para inserção de novos produtos, bem como melhorar os já ofertados.

A imagem a seguir revela o interior da Loja de dois ângulos diferentes.



Figura 3: Interior da Loja “Direto da Roça”.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Pode-se observar na Figura 3 o interior da Loja, onde se visualiza as prateleiras com os produtos comercializados (artesanatos e produtos alimentícios), bem como o refrigerador (que foi adquirido com o dinheiro da própria Loja).

De acordo com Elza, todos os produtos vendidos da Loja foram trabalhados com as mulheres em capacitações do Programa Minas Sem Fome - PMSF e pela assistência técnica e extensão rural feita pela EMATER-MG. Sobre a decisão da escolha de produtos que seriam ofertados na Loja, a extensionista relata que as agricultoras que escolheram os produtos que gostariam de produzir, de acordo com a matéria prima que cada uma possuía em casa “*elas fizeram os cursos, e dentre os produtos que eu tinha ensinado, cada uma falou ‘eu vou fazer isso, vou fazer aquilo’*”. A única regra definida em relação à produção dos produtos foi que nenhuma delas poderia repetir produtos dentro da Loja, e assim não gerar concorrência dentro da organização.

Ficou determinado que cada produto só poderia ser feito por uma associada, que as associadas não poderiam fazer produtos iguais. Até para manter o padrão de qualidade. Os associados podem ter vários produtos, mas não pode fazer igual a de outra associada.

Essas informações também foram reveladas pelas agricultoras, as quais entendem esse acordo como um fator importante na prevenção de desacordos e desentendimentos entre elas. Quando questionadas sobre os problemas enfrentados em relação às escolhas dos produtos, elas afirmam que não tiveram muitos problemas:

Porque a gente já sabia desde o começo que a gente não podia fazer nenhum produto idêntico ao da outra pessoa, não podia fazer igual, vender o mesmo produto. Então a gente já sabia que ia ser assim. E pelo contrário, eu me dou muito bem com todas elas, gosto de todas elas.

Não, mais é porque eu só faço produto diferente. Eu observo bem as receitas que tem dentro da loja, porque é perigoso, porque daí vira um rolo.

Eu que escolhi, eu faço e não repito a das colegas.

Pode-se perceber que as agricultoras respeitam as regras que elas mesmas escolheram para a Loja. Em relação à venda dos produtos, as agriculturas foram unânimes ao afirmarem que não fazem produtos repetidos uma das outras, por que respeitam as normas da Loja, e sabem que se não respeitarem pode haver desentendimentos.

Sobre a divisão do lucro dos produtos vendidos, é retirada a quantia de 5% de cada vendedora, que fica para a Loja. Esse valor é usado para compras coletivas, como: sacolas plásticas, vassouras, guardanapos. O valor restante desses 5% é acumulado para melhorias na Loja. Dentre as agricultoras o lucro é dividido de acordo com a venda dos seus respectivos produtos “*porque o mantimento, cada uma compra o seu produto, então os gastos são delas, daí eu ensinei a fazer o custo de produção pra ver quanto se gasta com produto em cada receita [...] o valor, o preço a ser colocado em cada produto*”. Assim, na organização da Loja cada agricultora recebe de acordo com a venda do seu produto, se o produto não vende, ou tem a validade vencida, ela não precisa retirar os 5% da Loja dele, mas também não tem nenhum lucro com o produto.

Sobre a rotatividade das agricultoras familiares da Loja desde a sua fundação, foi possível perceber que o número de agricultoras familiares teve algumas oscilações, o que na visão da entrevistada é considerado natural:

Quando a loja foi organizada, as pessoas que foram capacitadas e que quiseram entrar, elas entraram. Acontece que teve gente que morreu, aposentou, fico doente, gente que saiu mesmo, então o que aconteceu, houve essa substituição natural, mais o quesito é: ser do meio rural, de Itajubá e ter participado de algum curso que eu dei. Porque em todos os cursos é trabalhado as boas práticas de fabricação.

Dentre as agricultoras presentes na Loja atualmente, pode-se afirmar que 6 delas permaneceram na Loja desde a sua fundação, 6 delas encontram-se entre 8 a 5 anos de permanência da Loja e 4 delas com menos de 1 ano de participação na Loja. De acordo com essa afirmação pode-se dizer que a maioria das agricultoras estão associadas à Loja desde os primeiros anos de implantação.

Um elemento importante a ser observado é a forma de comunicação entre as agricultoras familiares, pois as mesmas não fazem reuniões, nem assembleias. A única data em que todas as agriculturas se reúnem é na comemoração de aniversário da Loja. Por esse motivo a comunicação da Loja é realizada através de um caderno de recado, onde cada uma delas deixa seus recados, reclamações, sugestões de mudanças, etc. Quando questionada sobre os motivos do grupo não se reunir, a extensionista explica que:

Eu tentei fazer reunião, mas é difícil, elas não têm esse princípio empreendedor; elas acham que reunião é bobagem, dá trabalho. E umas delas têm outros trabalhos, tem horário de ônibus. E outra, elas também tem o telefone umas das outras, também me ligam, uma delas é responsável pela chave da loja, então elas se comunicam.

Nesse sentido, o caderno de recados foi um instrumento encontrado pelas agricultoras familiares e a extensionista pra substituir as reuniões e não prejudicar a comunicação entre elas. O caderno de recados é utilizado desde o início da Loja até hoje, e vem cumprindo sua missão de fazer a comunicação do grupo.

Nesse trabalho, o pesquisador teve acesso a poucos cadernos de recados, referentes aos anos de 2010, 2011 e 2014. Pois, a maioria deles é descartada depois de utilizado. Todavia, a análise desses cadernos confirmou a eficácia de sua função, uma vez que se encontrou nos cadernos variados tipos de discussões, acordos e decisões entre o grupo e a extensionista. Pode-se perceber que todas as associadas escrevem no caderno, os assuntos tratados são dos mais diversos, desde encomenda de produtos por clientes, avisos sobre a escala de trabalho, pagamentos, divisão de serviços entre elas (limpar a geladeira, varrer a Loja, organizar prateleiras) e até mesmo discussões sobre o não cumprimento de regras (não retirar produtos vencidos, esquecer-se de deixar a chave da Loja com outra associada).

As agricultoras também fazem solicitações para extensionista pelo caderno, pedem as fichas de controle, avisam o dia que não podem trabalhar, negociam a data do pagamento. Também é anotado no caderno as reclamações feitas pelos clientes e a melhor resolução encontrada no momento da reclamação.

Há também situações de discussões, brigas, “fofocas” redigidas no caderno. Exemplo disso foi uma ocasião em que as agricultoras estavam burlando algumas regras da Loja, nesse caso a extensionista lembrou as regras e disse que as mesmas tinham até uma data específica para voltarem a seguir as regras. Nesse episódio houve muita discussão pelo caderno, uma apontando os erros das outras, pedindo para que acontecesse uma reunião para que elas colocassem as “cartas na mesa”. Contudo, depois de muita discussão elas se desculparam pelo caderno e combinaram de conversar pessoalmente e também se comprometeram a cumprir as regras. Segue algumas colocações das agricultoras no caderno e recados:

[...], cara colega! Como assim??? Simplesmente não comparece... não avisa! Não combina nada! Assim não pode colega! Vamos combina o dia do pagamento da falta?

Caras colegas! Tem duas sacolas com produtos em cima do freezer, é para repor quando vender, Ok? Obrigada.

[...] você tem que colocar a data e validade nos ovos, o cliente esteve aqui e não quis levar por não sabia.

Não é possível, já foi vendido o produto junto com a fichinha outra vez. É fácil levar sem pagar, quem sai no prejuízo é o produtor, assim não dá. Faz parte de quem esta aqui prestar muita atenção nos fregueses, e conferir os produto que estão levando, e retirar as fichas, se não dá errado!

As agricultoras também se organizam para relatarem no caderno as insatisfações conjuntas, como:

Dona Elza e colegas! Depois de várias reclamações resolvemos registrar: uma cliente veio aqui e disse que vai deixar de comprar na loja devido ao mau atendimento em certos horários da Loja. Os clientes devem ser bem tratados sempre!!! Nossos problemas pessoais devem ser deixados fora da Loja.

Assim, apesar de não se encontrarem em reuniões periódicas as agricultoras conseguem se comunicar e até mesmo construir reclamações e decisões em coletividade com o auxílio do caderno de recados.

Quando as agricultoras colocam produtos novos na Loja, elas também se utilizam do caderno para comunicar as demais colegas de trabalho, deixam, ainda, recado explicando o produto, para que serve e como deve ser consumido “*meninas, estou fazendo farinha de berinjela, se alguém perguntar para que serve, é bom para eliminar gordura, para colesterol e câncer de fígado*”.

A extensionista também utiliza o caderno de recados para se comunicar com as agricultoras, avisa o dia do pagamento pelo caderno, e avisa quando não consegue atender todas as solicitações para formular a escala de trabalho. O caderno também é utilizado pela extensionista para alertar as agricultoras sobre possíveis situações, como assaltos, circulação de notas falsas e como elas podem evitar e lidar com isso.

Fica evidente nos cadernos de recado o forte papel da extensionista na Loja, fortalecendo, organizando, chamando a atenção para alguns comportamentos inadequados e fazendo cobranças quando ocorre falta de responsabilidade. No caderno também encontrou recados das agricultoras e da extensionista parabenizando umas as outras por alguma atitude, situação ocorrida, ideia ou iniciativa dentro da Loja, ou mesmo na vida pessoal delas. Recados agradecendo favores, disposição e colaboração de todas.

Pode-se dizer que o caderno de recados, apesar de ser um instrumento simples, consegue fazer a comunicação, interação, coesão e a aproximação do grupo. Uma vez que ele é utilizado por todas em variados tipos de situação. Nesse sentido, conhecer o processo de construção da Loja “Direto da Roça” expõe a importância de conhecer seus instrumentos de trabalho, formas de organização e gestão da produção e comercialização, interação entre os atores envolvidos e seus territórios.

Ao conhecer o processo de construção da Loja Direto da Roça e através das falas da extensionista entrevistada, percebe-se a importância das políticas de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, revela também a importância da implementação de Programas de Governo nas localidades e do apoio e ação conjunta da gestão municipal. A assistência técnica e extensão rural em consonância com o Programa Minas Sem Fome contribuíram, sem dúvidas, para a construção e longevidade da Loja “Direto da Roça”.

Nesse contexto, é possível afirmar que o papel da extensão rural perante as agricultoras familiares do “Direto da Roça” foi o de provocador e auxiliador das mudanças sonhadas e desejadas pelas agricultoras. Vale salientar, ainda, a importância do papel da extensionista nesse processo. Uma vez que ela esteve presente em todos os momentos do grupo, desde as capacitações até nos dias de hoje, fortalecendo o grupo e respeitando suas particularidades.

A extensionista, aqui, pode ser considerada o agente de mudanças, pois assumiu todos esses anos o papel de auxiliar no desenvolvimento do grupo, incorporando no seu dia a dia os interesses do grupo. Destarte, é possível afirmar que a conexão entre os fatores citados acima foram decisivos para o processo de desenvolvimento da Loja.

No entanto, cabe ressaltar que a relevância dos atores e instituições envolvidos com o processo de construção da Loja “Direto da Roça”, não exclui o papel importante que essas agricultoras familiares exercem nesse processo. Assim, uma série de fatores foram identificados como condicionantes para a continuidade e longevidade da Loja, uma vez que ela se encontra há mais de 10 anos no Município de Itajubá, contendo uma parte das agricultoras produzindo na Loja em igual período. Nesse sentido, as agriculturas familiares também foram entrevistadas, a fim de revelar quais os impactos, benefícios e dificuldade enfrentados por elas para a construção do trabalho coletivo na Loja “Direto da Roça”.

4.5. Os relatos das agricultoras familiares

Conforme relatado anteriormente, a Loja “Direto da Roça” é constituída de agricultoras familiares, que com o apoio da EMATER-MG e PMI se organizaram para produção e comercialização de produtos rurais. Ao analisar o grupo de agricultoras, vários fatores se destacaram como importantes para a prosperidade da organização das mesmas na Loja durante esses 10 anos. Os fatores analisados revelam a capacidade das agricultoras desenvolverem em seu trabalho habilidades para organização e apropriação do conhecimento técnico, princípios solidários, inovação e Tecnologia Social, o que resultou em transformações sociais ocorridas em suas vidas. Revelou-se, também, que as relações sociais entre as agricultoras são baseadas em fatores intangíveis como: confiança, reciprocidade, participação mútua, o que reforça a cooperação entre elas.

As produtoras quando indagadas sobre as mudanças ocorridas em suas vidas depois de iniciarem as atividades coletivas, demonstraram que o trabalho coletivo é economicamente mais viável que o trabalho individual e o trabalho flexível. Basta olhar os diversos depoimentos das envolvidas na Loja sobre o trabalho em coletividade *“é bom, tão bom quanto trabalhar em casa de família, toda vez que a gente recebe a gente compra mais mercadoria, a gente ajuda em casa, e a gente ainda guarda um pouco, pra numa hora que precisar a gente ter um pouquinho”*. Outra produtora ainda relata que *“se você for trabalhar em casa de família você vai ganhar menos”* e ter mais aborrecimento *“(…) Aqui não tem nenhuma perturbação, se alguma coisa acontece, alguma coisa errada, todo mundo conversa e vê o que tá errado, vamos fazer então assim pra ver se da certo”*.

Ainda, quando comparado ao valor que elas recebiam em outros postos de trabalho, uma delas afirma: “*o que to fazendo (produto) o povo compra bastante. E eu posso fazer outras coisas ainda. Então eu to tendo mais resultado do que a faxina*”.

Nesse sentido, pode-se observar que a Loja “Direto da Roça” apresenta sinais de viabilidade sob o ponto de vista socioeconômico, pois proporciona as agricultoras familiares meios para a obtenção de trabalho e renda melhores que as oportunidades que as mesmas possuíam anterior a organização do grupo. As agricultoras relatam que com o trabalho na Loja:

Eu consegui comprar a minha casinha, eu tenho mais dinheiro, mais porque meu marido é aposentado, então só com a aposentadoria dele não teria dado pra gente compra a casa.

Eu consegui comprar minha casa, deu pra ajudar a construir, os móveis que eu comprei também foi com o dinheiro da loja.

Eu viajo, eu fui pra praia e fiquei um mês com o meu filho. Eu comprei uma geladeira. Eu comprei fogão, micro-ondas, móvel, tudo e você vai arrumando devagar, né?

Aumentou muito a renda, a gente conseguiu comprar um carrinho, eu consegui reformar minha cozinha.

Com mais de dez anos em funcionamento, o grupo produtivo tem transformado significativamente a vida das mulheres participantes. Observa-se pela fala das entrevistadas que uma das questões centrais diz respeito à melhoria da renda.

Antes das agricultoras se organizarem na Loja, algumas desenvolviam seus trabalhos individualmente, através de “bicos”, fazendo produtos sob encomenda, algumas agricultoras estavam completamente sem remuneração, envolvidas com a atividade doméstica, e pelos relatos outras trabalhavam como empregada doméstica.

A maioria dos estudos e pesquisas referentes à situação da mulher agricultora familiar (BRUMER, 1996; MENASCHE; ESCHER, 1996; BRUMER, 2000; BURG, 2005; BUARQUE, 2002) têm demonstrando que ainda são reduzidas as possibilidades das mulheres do campo de gerar renda monetária, de gerenciar a produção, decidir sobre os investimentos que pretendem realizar, apropriar-se de conhecimentos complementares e necessários para produzir e comercializar, que o seu trabalho é predominantemente voltado para o autoconsumo e apenas um percentual muito limitado de mulheres obtém renda monetária, em decorrência da fusão entre trabalho reprodutivo e produtivo e de sua relação de subordinação

ao marido. Contudo, o que se encontra nas agricultoras familiares do “Direto da Roça” é uma postura diferente, uma vez que a pesquisa revelou que a maioria de seus companheiros, familiares, esposos e filhos apoiaram o trabalho delas desde o início:

Tive bastante apoio da minha mãe, porque ela colaborou comigo. Que ela olhava meu menino pra mim na época, “pra mim” ta vindo, né [...] meu marido achou uma boa ideia.

Todos me “deu” força, no começo meu marido ajudava até eu fazer as coisas.

Tive. Ele (esposo) me apoiou, até porque quem me ajuda com a matéria prima é meu marido, então ele que tem as vacas e tira leite e tudo.

Tive, tive apoio. E continuo tendo apoio.

Dentre as agricultoras entrevistadas, quatro relataram que não receberam apoio inicial do esposo:

Ele ficou meio cabreiro sabe, porque eu sou muito espletada, [...] acharam que eu não ia dar certo.

Meu marido não queria muito essa liberdade não, mais eu falei não saio e vou continuar.

Meu marido ainda falou assim “será que você vai ter capacidade de, vai aguentar o serviço daqui e de lá?” daí eu falei assim, “se eu não aguentar eu largo o serviço da casa”, né? Serviço da casa eu faço a noite, outro dia, ou não faço.

Meu marido não me apoiou, não gostou da ideia, pois vários defeitos, fazia tudo pra não da certo.

Apesar de ir contra a vontade dos seus respectivos companheiros, essas agricultoras não desistiram da pretensão de comercializar seus produtos no grupo. Percebe-se que existe um diferencial entre essas agricultoras, que pode ser reconhecido pela força de vontade e crença nelas mesmas. Pode-se identificar até mesmo a prioridade da Loja em relação às obrigações domésticas na fala de uma delas. Outro diferencial encontrado está no fato de que a resistência dos companheiros das agricultoras mencionadas acima se conteve a iniciativa das agriculturas participar da Loja, uma vez que a mesma se consolidou, os companheiros passaram a apoiar o trabalho das esposas, em alguns casos eles até ajudam com transporte e matéria prima.

Mediante os dados revelados nessa pesquisa, a inserção das agricultoras familiares no grupo “Direto da Roça”, cumpriu com seu objetivo inicial, que era de proporcionar o aumento

da renda. Pois, através das falas das agricultoras fica evidente a entrada de renda adicional para suprir as demandas da família, cobrir os custos de produção e investir dentro da própria unidade produtiva. Contudo, além de cumprir com seu objetivo inicial, abriu oportunidade de novas sociabilidades na vida das agricultoras, como aumentar o círculo de amizades, conhecer pessoas, conversar, sair um pouco da vida doméstica, como destaca algumas delas:

Conhecer as pessoas, fazer amizade, divulgar o artesanato, sei lá, eu já ensinei uma senhora a fazer artesanato aqui, tem muita gente que vem aqui.

Eu aprendi a usar a língua melhor. Porque a gente mexendo com o povo assim a gente tem que saber falar, saber o que você fala, pra mim foi um ponto que eu consegui fazer isso. Sai um pouco de casa, muito bom, pra mim foi muito bom.

Depois que eu me associei a loja eu tenho uma segurança maior em saber que eu posso sonhar que eu tenho possibilidade de realizar.

O primeiro eu acho que é a amizade né, depois que entrei aqui eu fiz muitos amigos, conheci bastante gente.

Eu venho pra cá, eu não to só lá na roça, to interagindo com todo mundo, que aqui a gente vê o mundo lá fora, faz amizade, e o melhor é isso. É muita coisa boa, quando eu saio e venho trabalhar, não sei, parece que a gente esquece os problemas, é gostoso, a gente volta com outro animo pra casa.

Verifica-se, assim, que para além dos incrementos de trabalho e renda, esta atividade, quando desenvolvida pelas agricultoras, é apontada como fator de ganho na esfera da sociabilidade e da cultura, e em termos do reconhecimento do trabalho feminino a partir do momento em que a mulher passa a contribuir economicamente para as despesas familiares (LUNARDI, 2006).

Algumas produtoras ainda revelaram fatores como autonomia e independência financeira como fatores importante de trabalhar na Loja “Direto da Roça”:

A gente se sente valorizada, porque a gente todo mês tem aquele dinheirinho da gente, você depender só do marido também.

Eu acho legal porque é autonomia né? Você trabalha pra você mesma, não tem patrão, não tem horário rígido.

Não depender de filhos e marido.

Comecei a ser mais independente, comecei a ter mais comunicação de trabalhar ali com as pessoas.

As agricultoras colocarem em evidencia as questões de autonomia e independência financeira. Nesse contexto, a renda é vista como símbolo de afirmação e de legitimação perante os demais membros da família. Ter uma renda própria pode incentivar as agricultoras a batalharem por igualdade de condições, além de representa também um aprendizado social.

Nesse sentido, a sensação de melhoria em relação à autonomia e independência das agricultoras familiares sobre o modo próprio de vida é um dos aspectos essenciais da organização do grupo “Direto da Roça”, uma vez que vão saindo da invisibilidade e ao mesmo tempo desenvolvendo Inovação Social.

Quase tão importante quanto à melhoria da renda foi o estreitamento dos laços de sociabilidade. A partir das entrevistas realizadas com as agricultoras, é possível identificar vários motivos que levaram sua permanência na Loja “Direto da Roça”, como: a perspectiva de aumentar a renda familiar; a expectativa não depender do marido; vontade de fazer amigos; possibilidade de ter contato com mais pessoas; a possibilidade de aproveitar a produção excedente; e a esperança de trabalhar em uma atividade menos desgastante.

Dessa forma, pode-se observar a presença de elementos que caracterizam o processo inovativo social, em que as agricultoras familiares, como sujeitos sociais, vão continuamente transformando suas vidas, pois segundo Rodrigues *et al* (2006) a Inovação Social corresponde a mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.

Vale destacar, também, como Inovação Social, o horário de trabalho das agricultoras na Loja “Direto da Roça”, pois a jornada de trabalho permite que o trabalho realizado na Loja seja desenvolvido juntamente com as atividades domésticas, já que as produtoras não precisam se ausentar completamente da propriedade familiar. Pois, para a comercialização dos produtos, as agricultoras familiares se organizam, ficando cada uma dois dias por semana na Loja, nos demais dias da semana fazem seus produtos em casa.

Nesse sentido, as agricultoras relacionaram o fato de conciliar trabalho, filhos, afazeres domésticos, como um fator positivo de trabalhar na Loja. Quando questionadas sobre os pontos positivos da Loja, as agriculturas revelaram:

Mais fácil sim porque a gente tem os dias da gente, [...] os horários da gente certinho, e o resto dos dias da semana para gente fazer os produtos e manter a loja sempre cheia né? E tomar conta de casa, dos filhos, marido, da para associar bem.

Não tem patrão, não tem horário rígido, aqui é meio período só por dia, e não são todos os dias, então eu trabalho meio que livre e tem a maneira

também de expandir, porque se produzir a semana inteira você vende a semana inteira. E tem tempo de fazer a produção em casa, é um trabalho tranquilo nesse sentido.

E eu posso fazer outras coisas ainda. Então eu to tendo mais resultado do que a faxina, porque eu posso ficar em casa fazendo os produtos, só venho pra cá no dia da escala minha, tenho tempo de ficar com as crianças.

Conciliar o trabalho pode ser considerado importante para a continuidade das mulheres no estabelecimento, pois a esfera doméstica é concebida como o espaço de representação do papel da mulher, um espaço onde se desenvolvem atividades como: cuidar da casa, o preparo da alimentação, o espaço das relações familiares e dos diálogos.

Identifica-se nas agricultoras a conduta de se responsabilizar pelo lar e pelo provimento do grupo familiar. As afirmações acima demonstram que apesar das mulheres estarem inseridas no mercado de trabalho, isso não elimina a necessidade dos cuidados com a família, tipicamente consideradas femininas. Essa situação é definida por Brumer (1996) ao afirmar que apesar de inseridas no mercado de trabalho as mulheres ainda continuam responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com a família, em todas as sociedades. Tal situação também é revelada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ao afirmar que:

“Apesar das transformações ocorridas nas famílias e do maior acesso das mulheres aos bancos escolares, às universidades e ao mercado de trabalho, persiste praticamente intocável a responsabilidade feminina pelo chamado trabalho doméstico. (IPEA, 2010, p.4)”

Nesse contexto a adaptação do horário de trabalho da Loja ao chamado “trabalho doméstico” pode ser considerado como fator determinante para a permanência das mesmas na Loja, uma vez que essa iniciativa fez com que as mulheres estivessem a possibilidade de associar os trabalhos e assim permanecer na Loja “Direto da Roça”.

Assim, o horário de trabalho na Loja gera uma dupla satisfação nas agricultoras: a realização do seu trabalho como agricultora familiar e ao mesmo tempo a realização do seu trabalho como mãe, esposa e dona de casa. Contudo, os relatos demonstram que são elas que seguem fazendo a conciliação do trabalho público com o privado, ou seja, o trabalho reprodutivo não é assumido por marido, família, comunidade ou sociedade, são elas que têm que seguir cumprindo essa tarefa.

Tal situação também pode ser refletida por outro ângulo, o qual o horário de trabalho na Loja contribui para reforçar a divisão sexual do trabalho, uma vez que adequa o trabalho privado e público da mulher, configurado na dupla jornada feminina.

Nesse sentido, é necessário incorporar no trabalho com as agricultoras familiares do “Direto da Roça” a reflexão e o questionamento da divisão sexual do trabalho e o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados com a produção da vida. Tais reflexões podem contribuir para a emancipação das mulheres, uma vez que as mesmas interpretem o trabalho doméstico como não exclusivos femininos.

Ainda, outra característica presente no grupo das agricultoras, que pode ser relacionada com a Inovação Social é a consciência coletiva entre as participantes da organização, pois as mesmas reconhecem o grupo como condição para conseguir manter a Loja, uma das produtoras relata que *“O prático pra mim eu vejo, eu ponho 5 produtos, vamos supor, mais a outra coloca mais 5, a outra coloca 10, isso junta a loja, você entendeu?”*

Nessa afirmação a agricultora chama a atenção por afirmar que sozinha não conseguiria manter uma Loja, considerando que a união das agricultoras em prol de uma oferta coletiva de produtos é que se constitui a Loja de fato, ou seja, faz com que a Loja se concretize. Outra afirmação das agricultoras sobre a importância da coletividade *“[...] a loja está sempre cheia, dá volume. Ninguém gosta de entrar em loja vazia, e eu não conseguiria sozinha encher uma loja dessas. É muito difícil”*. A mesma agricultora ainda completa *“[...] já imaginou se eu fosse fazer os produtos das outras, eu morria! Então tendo esse grupo de pessoas, a união de todo mundo, cada um fazendo o seu, estando todo mundo ali é bom é muito bom”*. Essas afirmações também revelam a existência de princípios solidários na Loja, uma vez que o trabalho coletivo abre oportunidade das agricultoras unidas construírem seu espaço de comercialização.

Assim, pode-se dizer que a construção de organizações socioprodutivas e a consequente geração de Inovação Social estão condicionadas por fatores culturais locais, políticos, sociais e solidários. Reforçando a afirmação de que “os objetivos e impactos das inovações sociais são preponderantemente locais, ainda que possam repercutir amplamente na sociedade” (INTERNATIONAL ROUNDTABLE..., 2010). Entender sua constituição pode levar a sua utilização como mais um recurso em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades menos favorecidas.

Hulgard e Ferrarini (2010, p. 259) chamam a atenção para o importante papel do Estado ao entender a Inovação Social *“como experiência concreta e especialmente ligada ao campo da política pública, [que] não pode ser considerada fenômeno isolado do contexto institucional no qual emerge”*. Assinalam, ainda, a complicada relação entre Estado, mercado e organizações da sociedade civil, assim como os diferentes princípios econômicos que constituem a sociedade de hoje.

Em relação às políticas públicas e programas de governo, a organização socioprodutiva do “Direto da Roça” revela que as Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural podem apresentar condições indutoras de criação de Inovação e Tecnologia Social, uma vez que tais políticas têm como objetivo fortalecer as organizações de agricultura familiar, através de metodologias educativas e participativas, reconhecendo as potencialidades locais, buscando a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2005).

Nesse sentido, as políticas de ATER, quando cumprem seu papel, podem ser relevantes indutoras de Tecnologia Social, uma vez que os fatores implicados na construção de TS são:

“A transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, o atendimento de necessidades sociais, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes (acadêmicos e populares), a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, a busca de soluções coletivas, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos. (FERNANDES, 2010, p. 09)”

Percebe-se na experiência do “Direto da Roça” que as políticas de extensão rural e os fatores para geração de TS caminham lado a lado, um reforçando o outro, em uma relação de apoio múltiplo que culminou com o processo inicial de transformação social das agricultoras familiares.

Durante os meses de Setembro a Novembro de 2014 ocorreram algumas visitas nas propriedades das agricultoras. Contudo, metade das agricultoras foi visitada, isso ocorreu por que nem todas se sentiram confortáveis com a visita na propriedade, o que foi respeitado pelo pesquisador. Nas propriedades visitadas pode-se perceber que existe dependência em relação à sede, pois todas as mulheres dependem do espaço privado para realizar sua produção. Elas realizam a produção dentro da própria cozinha, que é adaptada ao tipo de produto produzido. Algumas agricultoras têm mais de um forno na cozinha, outras têm pedra de mármore, fogão a lenha etc.

A dependência em relação à sede pode ser considerada um elemento que demonstra a fragilidade na estruturação da produção, o que demonstra que as mulheres têm menos recursos próprios. Construir espaços próprios para produção requer capital de giro, diversificação dos espaços de comercialização, aperfeiçoamento dos produtos. Além disso, é necessário rever a capacitação, pensar a ampliação dos produtos e agregar valor.

Resgatando a história de vida e condições econômicas e sociais das agricultoras familiares, pode-se dizer que sem apoio de políticas públicas de crédito e de assistência técnica e extensão rural se faz difícil a mudança nos espaços de produção. Nos estudos referentes às mulheres rurais (FARIA, 2011), com frequência é apontada a necessidade de ampliar as informações e de formação para garantir um maior acesso às mulheres às políticas públicas. Tais pesquisas afirmam que há um reconhecimento de que há muito desconhecimento das políticas e programas disponíveis específicos para o público em questão. Existe uma concentração das mulheres no artesanato e na agroindústria de alimentos que se combina com a produção agrícola. Os desafios maiores estão concentrados no acesso ao crédito, comercialização e acesso à capacitação. (FARIA, 2011).

Vale ressaltar, ainda, que as agricultoras familiares do “Direto da Roça” residem em diferentes bairros na cidade de Itajubá, ou seja, não se trata de um grupo ou de uma associação de comunidade rural. Por esse motivo as mesmas se organizam nas próprias residências e não em um espaço comum. As 16 agricultoras do “Direto da Roça” entrevistadas estão distribuídas em 10 bairros rurais no Município de Itajubá-MG, que muitas vezes estão distantes um dos outros, como ilustra o mapa abaixo:

Localização dos Bairros Rurais no Município de Itajubá - MG

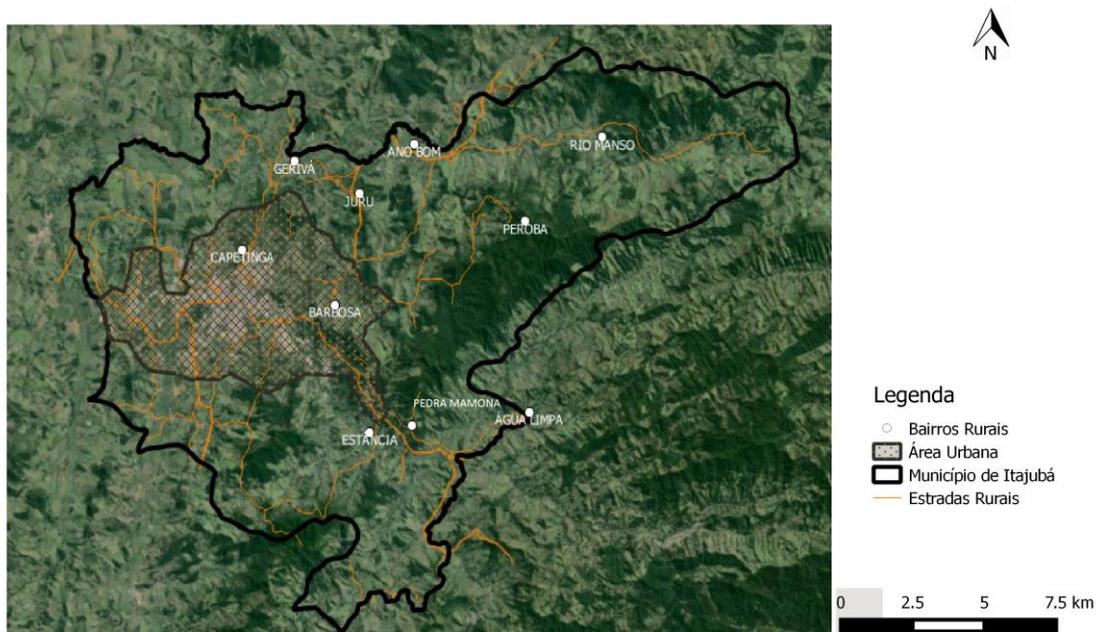


Figura 4: Localização dos Bairros das agricultoras familiares do município de Itajubá-MG.

Fonte: Google Earth

De acordo com mapa as agricultoras familiares apesar de residirem em territórios rurais, encontram em territórios distintos, o que faz com que as responsabilidades sobre a produção, matéria prima, transporte dos produtos sejam feitos, na maioria das vezes individualmente. Cada produtora tem a sua responsabilidade e dificuldade de acordo com o território que reside. O processo coletivo do grupo está concentrado na organização da gestão da Loja, e não no processo produtivo.

Nesse sentido, o espaço de produção na esfera privada também pode ser relacionado com o esforço das agricultoras em produzir e comercializar seus produtos de acordo com a realidade vivenciada. A longevidade da Loja revela, nesse sentido, a capacidade de articulação para estabelecer relações de parceria entre elas e com as organizações que realizam apoio ao grupo.

Destaca-se, também, a importância e necessidade de atores sociais externos para atuarem como catalisadores no processo de organização. As agricultoras, quando questionadas sobre a importância da participação da EMATER-MG na Loja “Diretos da Roça” foram unânimes ao afirmar que o apoio foi e continua sendo essencial para a Loja, uma vez que foi quem ajudou nas capacitações, na gestão e organização do empreendimento.

Foi um apoio bastante grande, Ela (extensionista) que deu força, que passa os cursos, quando a gente quer aprender a fazer alguma coisa ela ensina, então é bastante importante pra gente.

Se não fosse esse apoio da EMATER a loja não existia.

A EMATER na minha vida foi uma benção, que eu já mexo com a EMATER a 20 anos, a EMATER ajuda a gente com o Pronaf, ajuda a gente na plantação, no pasto. Então a EMATER na minha vida fez muita diferença. Na minha família fez muita diferença.

Olha a EMATER ajuda bastante a gente lá na roça, não só com cursos, mais com essa iniciativa dela de ta apoiando a gente na lojinha, ela parece a que assim, ajuda a gente a livrar um pouco das burocracias, ajuda a gente como melhorar as coisas na roça, é um empurrão pra gente procurar algum progresso. Ajuda a gente até a ter mais união na roça.

A atuação da EMATER-MG, nesse sentido, esteve ligada à formulação de planos, programas e projetos visando à intervenção na realidade social, especialmente no que se refere às estratégias de ação das comunidades locais. O que fez com que o saber técnico penetrasse, ainda que gradativamente, nas entranhas da organização do grupo “Direto da Roça”, e assim efetivou a sua viabilização e fortaleceu o sucesso e a continuidade da mesma.

A ação extensionista foi capaz de contribuir tanto para o atendimento das necessidades da comunidade tanto quanto para ajudar os indivíduos, promover sua auto realização, aumentar sua autoestima e desenvolver seu espírito coletivo.

Vale salientar que essa troca de conhecimento não se deu de forma passiva, uma vez que foram agregadas aos saberes existentes novas maneiras de trabalhar com receitas, também novos ingredientes, além de ensinamentos formais fornecidos pelos técnicos da EMATER-MG, que fizeram com que houvesse uma otimização do processo produtivo. Dessa forma percebe-se que há uma troca solidária de conhecimento entre as agricultoras familiares e os técnicos da EMATER-MG.

O programa de governo Minas Sem Fome, aplicado pela EMATER-MG, teve papel fundamental, pois conseguiu adequar as metas do programa à realidade local dos sujeitos. Essa adequação se deu por meio do trabalho participativo, criando-se assim um elo de confiança entre as agricultoras familiares e a extensionista, fazendo com que fossem alcançados resultados mais efetivos. Dessa forma as capacitações estavam alinhadas a cultura local, como afirmam as agricultoras:

Como minha família já tem assim um desempenho com coisas de cozinha, e minha mãe já fazia, assim, algumas coisas doces, bolachas, e a gente sempre tava no meio, a gente tinha assim no sangue.

É a gente mostrar o que a gente sabe fazer de melhor, porque nem todo mundo tem esse hábito assim de mexer com coisas de cozinha, não é todos que tem esse dom, eu me sinto bem.

Os saberes locais que foram colocados em prática nesse empreendimento, trouxeram resultados positivos para as agricultoras, uma vez que o modo de produção artesanal, as receitas já faziam parte da história e cultura do grupo.

As imagens a seguir revelam algumas prateleiras da Loja, onde estão expostos os produtos e os artesanatos produzidos pelas agricultoras:



Figura 5: Produtos comercializados no “Direto da Roça”.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.



Figura 6: Artesanatos comercializados no “Direto da Roça”.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

A Figura 6 apresenta os artesanatos produzidos e comercializados pelas mulheres, dentre os quais estão: chaveiros, imagens de santos, pano de prato, avental, travesseiro perfumado, enfeites para decoração, toalha de mesa etc.

Dessa forma, ao analisar o grupo de produtoras do “Direto da Roça” destaca-se a capacidade de organização e apropriação do conhecimento técnico pelas agricultoras familiares, o que se pode afirmar que é consequência direta das atividades extensionistas adotada pela EMATER-MG, juntamente com as capacitações do PMSF, integrando as ações coletivas com os saberes locais, que viabilizou a transferência e a reaplicação da Tecnologia Social entre as agricultoras familiares. O que esta de acordo com a proposta da Rede de Tecnologia Social, que é desenvolver e disseminar uma tecnologia que seja:

[...] adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; não promotora do controle, segmentação, hierarquização e dominação nas relações patrão-empregado; orientada para o mercado interno de massa; incentivadora do potencial e da criatividade do produtor direto e dos usuários; capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos como cooperativas populares, incubadoras e pequenas empresas. (RTS, 2006, p. 19)

Assim, o PMSF e a assistência técnica e extensão rural passam a existir como uma alternativa eficaz de promoção da qualidade de vida e geração de trabalho para as agricultoras familiares, uma vez que provê meio para o acesso aos diferentes domínios da vida, produzindo métodos e técnicas que contribuam para a inclusão e a transformação social em particular quando desenvolvidas em um processo no qual se soma e se compartilha o conhecimento científico com o saber popular, o que pode gerar motivação para participação do sujeito no desenvolvimento social, político, econômico da comunidade.

Verifica-se, assim, que para além dos incrementos de emprego e renda, as políticas públicas de extensão rural e o PMSF quando adequadas à realidade local e em prol do desenvolvimento de grupos socioprodutivos é apontada como fator de ganho na esfera da sociabilidade e da cultura, em termos do reconhecimento do trabalho, incremento de habilidades, das relações interpessoais e do bem estar emocional, uma vez que criou autonomia e satisfação pessoal. Assim, se faz importante a inserção de políticas públicas associadas às organizações de grupos, uma vez que esse tipo de prática pode gerar fatores positivos, que vão além da geração de renda.

Apesar dos inúmeros fatores positivos suscitados pela relação entre a EMATER-MG e as agricultoras familiares, foi identificado dentro da lógica de organização socioprodutiva do

“Direto da Roça” que não ocorreu emancipação das agricultoras familiares. Atualmente, pode-se afirmar que as agricultoras familiares controlam apenas uma parcela do processo produtivo, que está diretamente ligado a produção dos produtos. O processo de organização e gestão da Loja ocorre com forte dependência da EMATER-MG.

Existe uma relação de dependência entre as agricultoras familiares e a EMATER-MG. A relação de dependência se faz preocupante na medida em que o grupo não desenvolveu, nesses dez anos, autonomia suficiente para dar continuidade na Loja sem a interferência da EMATER-MG.

Embora a EMATER-MG esteja contribuindo para a organização do trabalho de forma coletiva, ela deve ficar atenta ao compromisso de desenvolver um trabalho autogestionário com o grupo. Pois, se a autogestão do grupo não for atendida em algum espaço de tempo, pode contribuir para o rompimento dos laços coletivos de trabalho. Nesse caso, a situação de dependência das agricultoras acontece, especificamente, em relação à extensionista que mais teve contato com o grupo.

A autogestão, nesse contexto, pode ser associada a uma forma de resistência ao desemprego e podem contribuir com a formação e articulação das agricultoras em prol do seu trabalho, promovendo resistência às dificuldades experimentadas no trabalho associado no sistema vigente.

Assim, para além da assistência técnica e extensão rural para as agricultoras familiares, há necessidade de oferta de formação ou capacitação para a autogestão. O que não supõe apenas uma capacidade para atuar profissionalmente nos empreendimentos, mas sim de como empreender a tarefa baseados nos princípios da Economia Solidária e autogestão. Pois o fundamento da autogestão coloca que:

[...] é preciso saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente, é preciso saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem tréguas; é preciso saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização. Nisto constitui o fundamento da tarefa da autogestão. (Shulgin apud Freitas, 2009, p.30)

Portanto, é preciso superar as dificuldades que as agricultoras podem apresentar ao participarem das organizações baseadas em princípios solidários, pois na maioria das vezes, essas agricultoras são pessoas humildes, com resistências para discutir e opinar a respeito dos assuntos discutidos, esperando que as decisões sejam tomadas por um responsável técnico. É

preciso incentivar a autonomia, romper a barreira com a dependência e proporcionar mecanismos para que as agricultoras participem ativamente do processo de organização e tomada de decisão e assim construam juntas, uma possibilidade de emancipação social.

É necessário motivar o grupo de maneira que elas percebam a importância de criar habilidades próprias que gerem autonomia e independência perante os organismos externos. Esse processo não é fácil, e sim bastante complexo, não ocorrendo rapidamente, nem mesmo naturalmente, por esse motivo deve contar com o apoio da sociedade civil organizada e políticas de governo. Pode-se afirmar como indicação geral que para fortalecer os grupos de mulheres e avançar em sua autonomia econômica, implica em se ter um conjunto de políticas integradas em relação.

A experiência de trabalho associado, em especial de agricultoras familiares, vem construindo pilares para uma nova forma de organização, produção e gestão baseadas na Economia Solidária, em uma sociedade baseada em contradições. Acredita-se que por esse motivo as contradições se encontram presentes dentro dessas organizações. No entanto, tais contradições não condenam tais grupos ao fracasso, pelo contrário, constituem um ponto de partida possível para uma transformação para além dos valores atuais da sociedade. Para tanto, as experiências de trabalho associado necessitam de apoio financeiro e de assessorias para construir os conhecimentos e as ferramentas necessárias para lograr essa alternativa.

Enfim, o surgimento de grupos produtivos de mulheres rurais tem colocado inúmeros desafios para o Estado brasileiro, visto que a própria existência desses grupos demandam medidas específicas e adequadas para a proposição e implementação de programas e políticas públicas específicas para as mulheres. Tais grupos têm muito a contribuir para a sociedade brasileira, no que se refere ao reconhecimento de novos sujeitos políticos e a luta por uma maior democratização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização socioprodutiva “Direto da Roça” demonstrou a capacidade de organização das produtoras perante seu empreendimento. Revelou também as transformações ocorridas na vida das agriculturas familiares envolvidas com a atividade coletiva. A condução das atividades relacionadas à produção e comercialização dos produtos da Loja “Direto da Roça” tem proporcionado ao longo destes 10 anos uma experiência única que vai além da capacidade de organizar e comercializar os seus produtos.

A Inovação Social nesse estudo demonstrou que, quando atrelado às organizações socioprodutivas, gera melhoria da qualidade de vida oferecendo soluções para os problemas coletivos. As Inovações voltadas ao bem estar humano, que visam à melhoria do desempenho social da sociedade, acabam por introduzir novas dinâmicas coletivas, envolvendo, também, solidariedade e participação e reforçando a cooperação entre os atores.

Ao mesmo tempo a indução da Tecnologia Social, alcançadas pelas agricultoras, através da partilha do conhecimento científico com o saber popular, valorizou suas experiências e revelou mudanças em alguns âmbitos de suas vidas, como novas sociabilidades, autonomia, independência e aprendizado.

Expõe também o papel e a importância da ação em conjunto entre as agricultoras familiares, EMATER-MG e Prefeitura Municipal de Itajubá-MG, interação essa que possibilitou o diálogo entre o saber técnico e a cultura e o saber popular, o que ampliou o conhecimento das agricultoras familiares, proporcionando condições indutoras de criação da Tecnologia Social. Constituindo, ainda, em um poderoso instrumento de integração social, fortalecendo os trabalhadores para o enfrentamento coletivo dos problemas de natureza social e econômica, viabilizando atividades de produção e melhoria nas condições de vida.

A análise das Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural demonstram que as políticas públicas quando levam em consideração a dimensão cultural e histórica do público atendido se tornam espaços importantes para a transformação social e que podem desenhar significados para além do aumento da renda, englobando fatores sociais, culturais, psicológicos nas vidas das mulheres produtoras rurais.

Vale ressaltar os princípios da Economia Solidária como um dos pilares da geração de trabalho e renda, inclusão social e autonomia das agricultoras familiares, pois proporcionaram às agricultoras familiares a possibilidade de se beneficiar igualmente das conquistas e dos caminhos a percorrer durante esses anos. A produção e a comercialização baseadas no

trabalho coletivo proporcionaram às agricultoras familiares pesquisadas nesse estudo conquistas e avanços incalculáveis, uma vez que contribuiu para aumentar a autoestima das mulheres, independência, novos conhecimentos e habilidades e o reconhecimento social do seu trabalho.

Ademais, a partir das entrevistas concedidas pelas integrantes do grupo, percebe-se que as atividades do grupo criaram expectativas de melhoria de vida, tanto na dimensão econômica quanto social destas mulheres proporcionando visibilidade para elas.

A busca por melhores condições econômicas antecede a participação das mulheres na Loja. São mulheres que desejam um trabalho e uma renda própria que contribuam para melhorar suas condições e de sua família. Um trabalho no qual sintam orgulho de fazê-lo. Mesmo que o “aumento da renda” esteja presente na fala das agricultoras, a possibilidade do encontro, da conversa, do compartilhamento de experiências e trajetórias de vida tão distintas, assume neste grupo uma função fundamental.

Fatores como sociabilidade e liberdade de escolha também foram revelados e trazem a reflexão a respeito da complexidade de dimensões que “estão em jogo” no momento de constituição de um grupo produtivo de mulheres. Essa constatação coloca em evidência que há uma série de elementos que são responsáveis por proporcionar a sinergia em um grupo produtivo. Tais fatores também nos alertam para o perigo de atribuir-lhes características gerais, bem como pensar em estratégias e propostas para o seu melhor funcionamento, que sejam padronizadas.

Assim, a condução das atividades relacionadas à comercialização dos produtos da Loja “Direto da Roça” tem proporcionado ao longo destes 10 anos, para as mulheres produtoras, uma experiência única que vai além da capacidade de geração de trabalho e renda.

Conclui-se que a organização socioprodutiva “Direto da Roça” teve como aspectos condicionantes do seu processo de organização a geração de trabalho e renda, novas sociabilidades, a capacidade de articulação do saber técnico com o saber popular, as práticas solidárias, tecnologia e Inovação Social e o acompanhamento da assistência técnica e extensão rural através da EMATER-MG. Revelam também as transformações ocorridas nas vidas das agricultoras envolvidas com essas atividades. Pode-se afirmar que a forma de organização da Loja baseada na Economia Solidária fortalece o sucesso e a continuidade da mesma.

Contudo, a principal dificuldade identificada nessa pesquisa foi a existência de uma relação de dependência das agricultoras familiares em relação à EMATER-MG. Este é um desafio a ser enfrentado pela EMATER-MG em conjunto com as agricultoras familiares, pois

em longo prazo pode comprometer a continuidade do grupo, já que o grupo não desenvolveu, ao longo dos anos, autonomia suficiente para dar continuidade à Loja, sem a participação ativa da EMATER-MG.

Logo, o “Direto da Roça” demonstrou que é possível garantir que mulheres sejam protagonistas de um processo que envolve e entrelaça diversos temas, comercialização, produção e Economia Solidária. Diante disso, torna-se fundamental estudar e registrar as experiências obtidas pelas organizações socioprodutivas, que de alguma forma representem transformações sociais, pois sua constituição pode levar a utilização de mais um recurso em favor da inclusão social, identificar políticas e ações que possam ajudar a inserir gradualmente essas iniciativas num quadro mais amplo de desenvolvimento e emancipação dos atores envolvidos, contribuindo para o surgimento de novos valores necessários para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R.; SILVA, M. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: ABEP, NEPO/UNICAMP e abordagem básica. Distrito Federal: ONU, 1997.
- _____. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação**. XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2007.
- ALMEIDA, A. S. de. A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento de Tecnologias Sociais. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília/DF:Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. p. 9-15.
- ANDRÉ, I.; ABREU, A.. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, 2006.p. 121-141.
- ARAÚJO, C. A. L.; TOLENTINO, M. A.; THEÓPHILO, C. R.. **Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros - MG**. In: In: 33º Enanpad, 2009, São Paulo.
- BARBOSA, R. N. de C.. **A Economia Solidária como Política Pública**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 2007.
- BARROS, L.; MIRANDA, I. O papel das redes sociais para a construção e o compartilhamento do conhecimento em Tecnologias Sociais. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.**
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes. 2004.
- BERNARDO, J. **A Autogestão da Sociedade Prepara-se na Autogestão das Lutas**. Revista Piá Piou, 2006.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**. 47(1):3-14, janeiro/abril 2011by Unisinos - doi: 10.4013/csu.2011.47.1.01
- BRASIL (2006). **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**.

- BRITO, V. **Tecnologia Social é inédita e revolucionária**. Disponível em: <http://www.rts.org.br/eventos/forum_RTS/tecnologia-social-e-inedita-e-revolucionaria>. Acesso em: maio de 2014.
- BRUMER, A. A mulher e o desenvolvimento rural. In: Presvelou, C; Almeida, R.; Almeida, J. A. (orgs) **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria, ED UFMS, 1996.
- _____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.
- _____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1, p. 205-227, 2004.
- BUARQUE, Cristina. **Estratégias para a Reforma Agrária sobre a Ótica de Gênero**. Projeto Gênero e Reforma Agrária. Brasília: Projeto de Cooperação técnica – TCP/BRA/8922 (A). MDA/INCRA/FAO, 2002.
- BUARQUE, Cristovam. **A desordem do progresso**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 131f. Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BUTTO, A.. Mulheres na política de desenvolvimento rural. In *Brasil Rural em Debate. Coletânea de Artigos*. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2010.
- _____. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e Cidadania. In: **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural** / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L.(Org.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2006. 358 p.
- CHAMBON, J.-L; DAVID, A. DEVEVEY, J.M.. **Les innovations sociales**. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- CLOUTIER, J.. *Qu'est-ce qu'une innovation sociale?* **Crises**, 2003. Disponível em: <www.crisis.uqam.ca>. Acesso em: 18/03/2010.
- CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 67 – 89.
- CRUZ-NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 279 p.

- _____. **Tecnologia Apropriada: uma alternativa?** 1976. Dissertação (Mestrado). UNB, Brasília, 1976.
- _____. **Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico.** Campinas: Unicamp, 2007.
- _____. BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. (2004). Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr. et al. **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil. p.15-64.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C.G. A educação do movimento dos Sem-Terra. Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade.** Campinas vol. 25, n. 89, , Set./Dez. 2004. p. 1379-1402.
- DANTAS, I. A construção da economia feminista na Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. **Revista Agriculturas**, outubro de 2005 v. 2 nº 3.
- DEES, G.; ANDERSON, B.B.; WEI-SKILLEM. Strategies for Spreading Social Innovations. **Stanford Social Innovation Review**, 2004.
- DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro no Brasil.** São Paulo: Ícone, 1985. **Previdência Rural.** Relatório de Avaliação Socioeconômica. Brasília: IPEA, Texto para discussão, 1997.
- DÍAZ, Natalia Quiroga. ¿De que crisis estamos hablando? Cuestionamientos y propuestas a la política de activos desde la economía feminista y la economía social. In: CORAGGIO José Luis; COSTANZO, Valeria (editores). **Mentiras y verdades del «capital de los pobres».** Perspectivas desde la Economía Social y Solidaria. Buenos Aires: Imago Mundi, 2010.
- DOWBOR, Ladislau. (1996) “A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento” São Paulo, *Polis*, Nº 25. Editora da UNICAMP, 1998. **Estudos Sociedade e Agricultura.** n. 17, outubro, p. 55-77, 2001.
- EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório de Atividades 2011.** Disponível em: <<http://www.emater.mg.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2015.
- FARIA, Nalu. Mulheres rurais na economia solidária. Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural / Andrea Butto, Isolda Dantas, orgs. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.
- FBES: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. **Caderno de Aprofundamento aos debates**, FBES, nov. 2007.
- FEENBERG, Andrew. **Transform in technology.** Oxford: Oxford University Press, 2002.
- _____. O que é a filosofia da tecnologia. In: NEDER, Ricardo T. **A teoria crítica de Andrew Feenberg.** Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ Cds/Unb/Capes, 2010, p. 51-65.
- FERNANDES, M. I. **A extensão rural no Brasil.** Disponível em: <<http://www.emater-rondonia.com.br/extensaorural.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

- FERNANDES, R. C.. **Caminhos da Tecnologia Social: reflexos iniciais**. Tecnologia Sociais: experiências e contribuições para o desenvolvimento social e sustentável. Porto Alegre: Fundação Irmão José Otão, 2010.
- FISCHER, T. (2002) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. Salvador: Casa da Qualidade.
- FONSECA, Rodrigo. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In. Rede de Tecnologia Social – RTS (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF** : Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010.
- FRAGA, Laís S. **Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento**. Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária / ÉdiBenini...[et al] (organizadores).-- 1.ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2011.
- FRAISSE, G.; E PERROT, M. Introdução: ordens e liberdades. In: Duby, G.; Perrot, M. (orgs.) **Histórias das mulheres no Ocidente**. O século XIX. Porto: Edições Afronamento, 1994 v. 4.
- FREITAS, Carlos C. G. Segatto, Andrea Paula. **Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia**. Cad. EBAPE.BR, v. 12, nº 2, Artigo 7, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2014. pag. 302- 320.
- FREITAS, L. C. **A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito**. In: Pistrak, M. M. A Escola-Comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GAPI-Unicamp (2014). Tecnologia Social e Economia Solidária : construindo a ponte (Artículos). En: Mundos Plurales. Revista **Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, 1(1):59-78.
- GIFFIN, Karen. **Financeirização do Estado, erosão da democracia e empobrecimento da cidadania: tendências globais?**. Rio de Janeiro, 2007.
- GIL, A.C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. 2 ed. São Paulo. Cortez. 2003. Paulo - SP. Anais do 33º Enanpad, 2009.
- GUANZIROLI, C.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, 284 p.
- GUÉRIN, I.. “**Sociologia econômica e relações de gênero**”, Mimeo, 2003.
- HARRISSON, D.. (2006). L’innovation sociale: une introduction. **Annals of Public and Cooperative Economics**. ed. 77 (2), p. 129–138.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HOLZIMANN, L.. Divisão Sexual do Trabalho. In Cattani, A. D.; Holzmann, L. (orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**, Porto Alegre: Editora UFRRG, 2006.

- HULGÅRD, L.; FERRARINI, A. V. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública? **Revista Ciências Sociais**, Unisinos, v.46, n.3, p.256-263, set./dez. 2010.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. *Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.
- IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo**. Disponível em: www.idesam.org.br. Acessado em: Março de 2015.
- INSTITUTO ECOLÓGICA. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo, 2007**. Disponível em: <<http://www.ecologica.org.br/index.php>>. Acesso em: março de 2015.
- INTERNATIONAL ROUNDTABLE ON SOCIAL INNOVATION. **Work shop Report**. Canadá : Policy Research Initiative - PRI. 18 march 2010.
- IPEA. *Comunicados do IPEA Nº 42- PNAD 2008: Primeiras análises – O setor rural*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 29 de março de 2010.
- ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Caderno tecnologia social: conhecimento e cidadania**. ITS, 2007.
- JAMES, A. et al.. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**. Volume 6, Fall, 2008.
- KERGOAT, Daniele. *Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho*. In: MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina; LOPES, Marta Júlia Marques (org.). **Gênero e Saúde**. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.
- KESSELER, N et al.. **Práticas sustentáveis nas pequenas propriedades de agricultura familiar: um estudo de caso**. Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET , e-ISSN 2236 1170 - v. 17n. 17 Dez 2013, p. 3367 – 3375.
- KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 32 – 66.
- LASSANCE JR, A.; PEDREIRA, J. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas. In: Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004.
- LASSANCE Jr, A.; PEREIRA, J. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento** /Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.
- LAVILLE, J. L. e FRANÇA FILHO, G. C. **Economia Solidária, uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

- LEITE, Márcia. Trabalho e sociedade em transformação. **Mudanças produtivas e atores sociais**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIMA FILHO, D. L.; QUELUZ, G. L. A Tecnologia e a Educação Tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. In: **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 19-28, jan./jun, 2005.
- LISBOA, Armando de Melo. **Socioeconomia solidária**: marco conceitual latino americano. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. Uberlândia, junho 2004. *Anais...*, 2004. Disponível em: <<http://www.sep.org.br>>. Acesso em: abril de 2004.
- LOVATTO, Patrícia; CRUZ, Patrícia Postali; MAUCH, Carlos Rogério; BEZERRA, Antônio Amaral. Gênero, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Uma Análise sobre o Papel da Mulher na Agricultura Familiar de Base Ecológica. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.15, n. 2, p.191-212, maio/ago, 2010.
- LUNARDI, R. **Turismo Rural: a contribuição da mulher**. Dissertação – Mestrado em Extensão Rural – Programa em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria/UFMS, Santa Maria, 2006.
- MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. A importância das dinâmicas estaduais para a difusão de Tecnologias Sociais. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável**: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. pp. 25-30
- MAIA, Zildenice Matias Guedes; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. **O papel das mulheres na reconstrução do conceito de ruralidade: uma experiência de trabalho feminino da Associação de Mulheres Pescadoras e Artesãs do Município de Grossos-RN**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza/CE 2011.
- MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAURER, A. M. & SILVA, T. N. (2011). Parcerias interorganizacionais como indutoras de empreendimentos socioambientais de natureza coletiva: Três casos envolvendo o artesanato. **Teoria e Prática em Administração**, v. 1, (1), p. 43-61.
- MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A Produção Familiar e suas Diferentes Formas de Representação. In: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angêlo. (Orgs.) **Abordagens Teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p.169-178, 2007.
- MENASCHE, R; ESCHER, S. Gênero e Agricultura Familiar; **Cotidiano da vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba, 1996.
- MINAYO, M.C.S. et al.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **Referências para a dinamização econômica nos territórios rurais**. Brasília: MDA/SDT (&Ceades) 2010.

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005. 26 p. Cartilha.
- MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relatório Nacional SIES 2005/2007**. Brasília: MTE/Senaes. 2007
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Lisboa, Publicações Europa-América *progresso*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.
- MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B. 2007. **Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated**. London, The Young Foundation. Disponível em: <www.youngfoundation.org>. Acesso em: junho de 2014.
- MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G.. (2010). **The Open Book of Social Innovation**. London, NESTA/The Young Foundation. Disponível em: <www.nesta.org.uk/publications/assets/features/theopen_book_of_social_innovation>. Acesso em: junho de 2014.
- NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2005, 218p.
- _____. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. Campinas: UNICAMP, 2002, 153 p.
- NAVARRO, A. C.. **Política agrícola, desenvolvimento e extensão rural**. 1999. 18 p. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Extensão Rural (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006- Brasil: uma análise de gênero. In: Butto, Andrea, Dantas, Isolda e Hora, Carla. **As mulheres nas estatísticas agropecuárias. Experiências em países do sul do Brasil**. Brasília: MDA, 2012.
- NOVAES, H. T. **O fetiche da Tecnologia – a experiência das fábricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2007.
- NOVAES, Henrique Tahan. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas** / Henrique Tahan Novaes.-- Campinas, SP.: [223f], 2005. Orientador: Renato Dagnino. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.
- OLIVEIRA, N. D. A.. **Desenvolvimento sustentável, inovação, tecnologia social e empreendedorismo coletivo, em relacionamentos intercooperativos: Sistema CREDITAG e cooperativas de produção agrícola de Rondônia**. Porto Alegre, 2013. 279 fls. Tese de Doutorado (Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES. (2000). Forum on Social Innovations. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: junho de 2014. **Revista de Ciências Sociais**, Unisinos, v.47, n.1, p.3-14, jan./abr. 2011.

- OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro: In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, 43, Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.
- PENA, J. de O.O papel da tecnologia social para o desenvolvimento sustentável. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS)**, 2010. pp. 43-46.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação. As origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- RELATÓRIO DA V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia Solidária bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**, Goiás, 2012.
- RODRIGUES, A. L. & MALO, M. C. (2006). Estruturas de governança e empreendedorismo coletivo: O caso dos doutores da alegria. **RAC**, v. 10, (3), p. 29-50.
- RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso. Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: **A participação da mulher nas atividades socioprodutivas na Localidade de Trapeira - Canguçu/RS**. Dissertação – Mestrado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni. Rio Grande: FURG, 2011. 127p.
- ROLLIN, J.; & VICENT, V.. **Acteur set processusd' innovation sociale au Québec**.: Universitédu Québec, 2007.
- SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 17, outubro, p. 55-77, 2001.
- SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.
- SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**, 6^a edição, Lisboa: Afrontamento, 1993.
- _____. “Os processos da globalização” In: Santos, Boaventura (Org.) **A globalização e as ciências sociais**, São Paulo, Cortez Editora, 2001.
- SANTOS, F. M.. **A Positive Teory of Social Entrepreneurship**. Fontainebleau, França, INSEAD, social innovation centre. (INSEAD, WorkPaper Series, 2009, 23, EFE, ISIC).Disponível em: <www.insead.edu/facultyresearch/centres/isic/>. Acesso em: junho de 2014.

- SARDÁ DE FARIA, M. **A autogestão na Revolução dos Cravos (1974-1975)**. In: SCHIMIDT, C.; NOVAES, H. T. *Economia Solidária e Transformação social*. Porto Alegre: Ed UFRGS, no prelo, 2010.
- SCHAAF, A. V. D.. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCHNEIDER, S; MATTOS, E. J.. A Pluriatividade no meio rural gaúcho: caracterização e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Extensão rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, 2006.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENAES. *Termo de Referência em Economia Solidária*. Plano Nacional de Qualificação: TEM/SPPE, 2004.
- SILVA, Viviane Zerlotini. Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a Reprodução. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Orientador: Silke Kapp Belo Horizonte: UFM, 2014. 377 p.
- SCHNEIDER, S.. (Org). A diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006, p. 165-186. ____ Herança e diversidade de gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9n.1, p.22- 55, 2006.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. **O Novo Rural Brasileiro**, Revista Nova economia. Belo horizonte, 1997.
- SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J. A. J.; SOUZA, M. de. O turismo rural e as organizações sociais locais no distrito de São Pedro, Bento Gonçalves – RS. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 7, n. 5, p. 335-344, 2005.
- SILVA, T. N.; LENGLER, L.. (2008). Sustentabilidade, empreendedorismo e cooperação em associações de apicultores da região central do Rio Grande do Sul. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.2, (2), p.40-57.
- SILVEIRA, Caio. Conexões entre Desenvolvimento Local, Economia Solidária e Tecnologia Social. **Revista Trimestral de Debate da Fase**, proposta nº 112, dez. 2006.
- SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa, **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. Economia solidária. In: Cattani, Antônio. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- _____. Uma utopia militante. Repensando o socialismo. Petrópolis, **Vozes**, 1998.

- SIQUEIRA, Luisa helena Schwantz de. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2004
- SMIGAY, Karin Ellen Von. **Relações Violentas no Espaço da Intimidade**: drama privado ou tragédia pública? (2000). Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- SOARES, G. Desenvolvimento local e territorialidade. In: Tavares, J. R.; Ramos, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006.
- SOARES, Sergei.. “**Nota Técnica: a dimensão de Gênero do Salário Mínimo**”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada”, Textos IPEA. Brasília (2001).
- SUÁREZ, Mireya. “Gênero: uma Palavra para Desconstruir Idéias e um Conceito Empírico e Analítico”. **Gênero no Mundo do Trabalho**. I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Campinas, 2000.
- THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In. OTTERLOO, Aldalice *et al.* **Tecnologias sociais**: caminhos para a sustentabilidade. Brasília/DF: s.n, 2009.
- TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, no. 27 , Volume 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94.
- VENTURA, Magda. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pedagogia Médica. **Revista SOCERJ**. 2007; 20 (5):383-386.
- WEISS, R. S.. Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies. New York: **The Free Press**, 1995.
- WIRTH, Ioli; FRAGA, Laís; NOVAES, Henrique T. Educação, trabalho autogestão: limites e possibilidades da Economia Solidária. In: Batista, Eraldo Leme; Novaes, Henrique Tahan. **Trabalho, educação e reprodução social**: as contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2011, p. 191-218.
- WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão?. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/Faculdade de Educação. Campinas/ SP, 2010.
- YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- ZURITA, Benedito Roberto, CAMPOS, Guilherme Santos e, MELCHOR Paulo. **Orientação Empresarial**. SEBRAE/SP Setembro 2004. Disponível em: <http://www.reusa.com.br/biblioteca/Informativo_Cooperativas_SEBRAE.pdf>. Acesso em: março de 2015.

Questionário de identificação do perfil das associadas do “Direto da Roça”

Nome:	
Endereço:	
1. Sexo:	2. Idade:
(a) Masculino (b) Feminino	(a) 20 a 30 (b) 31 a 40 (c) 41 a 50 (d) 51 a 60 (e) 61 a 70
3. Renda média mensal individual (em Salários Mínimos):	
(a) 1 a 2 (b) 3 a 4 (c) 5 a 6 (d) acima de 6	
4. Estado civil?	
(a) casada (b) solteira (c) união estável	
5. Possui outra renda mensal além da associação?	
(a) sim (b) não	
6. Número de Dependentes:	
(a) 1 (b) 2 (c) 3 (d) acima de 3	
7. Escolaridade:	
(a) Ensino Fundamental Incompleto (b) Ensino Fundamental Completo (c) Ensino Médio Incompleto (d) Ensino Médio Completo (e) Ensino Técnico-Profissionalizante de Nível Médio (f) Tecnólogo (g) Ensino Superior Incompleto (h) Ensino Superior Completo	

PROPOSTA DE ROTEIRO DA PESQUISA DE CAMPO

O roteiro proposto para o trabalho de campo busca entender como as agricultoras familiares do “Direto da Roça” se organizam para administrar a Loja e qual o impacto desse trabalho na vida delas. Para tanto, o questionário semiestruturado será organizado em duas seções, a saber:

- 1. Questões abertas, de caráter subjetivo, a fim de compreender o histórico de organização socioprodutiva das mulheres agricultoras familiares participantes do “Direto da Roça” por duas vias, primeiro na concepção das mulheres, e segundo na concepção da Emater.**

Extensionista da EMATER-MG

- a) Como surgiu a ideia de criar o Direto da roça?
 - b) Desde o início houve o interesse das mulheres?
 - c) Teve alguma capacitação além dos cursos de produção (administração, economia)?
 - d) Durante os 10 anos quais foram as principais mudanças ocorridas na Loja (forma de gerir, produtos, escala das mulheres)?
 - e) A EMATER exerce o mesmo trabalho nesses 10 anos, ou em alguns quesitos as mulheres já são independentes?
 - f) Como funciona a divisão dos lucros? E como isso foi definido?
 - g) Quem é responsável pelo pagamento e fechamento do caixa?
 - h) A EMATER exerce alguma influencia no dia a dia da Loja? Se sim, como?
 - i) Qual o papel da EMATER na Loja? E da Prefeitura Municipal de Itajubá- PMI?
 - j) Quais foram as principais dificuldades encontradas para realização da parceria EMATER, Agricultoras e PMI?
 - k) Como é escolhido as associadas da Loja?
 - l) Como é escolhido o produto produzido por cada uma?
 - m) Quem e como é definido o preço do produto?
 - n) Como é feito a divisão das mulheres durante a semana na Loja?
 - o) Quantos dias por semana a Loja funciona?
- 2. Questões abertas, de caráter subjetivo, a fim de compreender o impacto do empreendimento na vida das mulheres.**

Agricultoras Familiares:

- a) Exerce ou já exerceu algum trabalho antes de se associar a Loja? Qual? Por quê?
- b) No início teve apoio da família? E hoje?
- c) Quais são os pontos positivos da associação? E os negativos?
- d) O que mudou na sua vida após a associação?
- e) Como foi a escolha do produto que você vende hoje na Loja?
- f) Quais foram as dificuldades encontradas por você para se associar ao Direto da Roça?
- g) Quantos anos você é associada? Já quis sair alguma vez?
- h) Qual a importância para você de ser associada à Loja?
- i) Qual a importância da Emater para a Loja e para vocês?
- j) Como a sua família enxerga seu trabalho hoje?
- k) Alguém da família ajuda na produção?
- l) Qual foi a mudança mais significativa que você percebeu depois que você entrou na Loja?